

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Gabriela Pereira Barone

**ESPAÇOS COLETIVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE SÃO
PAULO: PARQUE DO POVO E PARQUE AUGUSTA**

Campinas / SP

2019

Gabriela Pereira Barone

**ESPAÇOS COLETIVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE SÃO
PAULO: PARQUE DO POVO E PARQUE AUGUSTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas para obtenção do título de mestre em Urbanismo.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silva Schicchi

Campinas / SP

2019

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4
B265e Barone, Gabriela Pereira.
Espaços coletivos e patrimônio cultural na cidade de São Paulo: Parque do Povo e Parque Augusta / Gabriela Pereira Barone.- Campinas: PUC-Campinas, 2019.
161 f.: il.

Orientadora: Maria Cristina da Silva Schicchi.
Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

Incluem anexos e bibliografias.

1. Espaços públicos. 2. Patrimônio cultural. 3. Planejamento urbano. 4. São Paulo (Estado). I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologias. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. título.

CDD - 22. ed. 711.4

“ESPAÇOS COLETIVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: PARQUE DO POVO E PARQUE AUGUSTA”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

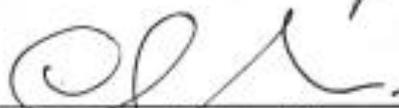
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Profa. Dra Maria Cristina da Silva Schicchi

Dissertação defendida e aprovada em 24 de junho de 2019 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra Maria Cristina da Silva Schicchi
Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Claudio Manetti
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Maria Isabel Villac
Universidade Presbiteriana Mackenzie

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer às instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho: à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela bolsa reitoria concedida no primeiro ano deste estudo e à CAPES, por todo o apoio concedido durante o período restante, já que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos funcionários do curso de Pós-graduação em Urbanismo, serei sempre grata pelos conhecimentos compartilhados e pelo acolhimento - em especial à Paula, pela atenção, carinho e dedicação de sempre.

À Cristina, meu mais sincero obrigada por toda a dedicação, honestidade, paciência e entusiasmo aplicados nesse trabalho. Obrigada por acatar meu desejo de trabalhar com espaços coletivos vistos sob uma outra perspectiva, guiando-me por caminhos ainda desconhecidos.

Aos professores Maria Isabel Villac e Claudio Manetti, agradeço pelo tempo despendido e pelas cuidadosas análises e sugestões.

Aos colegas e amigos que tive a chance de conhecer na POSURB, agradeço por todas as trocas (de conhecimentos, risadas e angústias): vocês com certeza tornaram essa caminhada menos solitária, mais curiosa e prazerosa.

A minha família, em especial à Lorenza, ao Fábio, à Glenda, à Carolina e à Fabienne, que me acompanharam de perto e me deram força nos momentos em que mais precisei.

Ao Felipe, minha eterna gratidão pelo incentivo e disposição de discutir tudo, sempre. Obrigada pelo olhar atento e pela dedicação e carinho depositados na revisão desse trabalho.

Ao Ary (*in memoriam*), que, mesmo sem saber e sem querer, foi o estopim dessa jornada.

À Rose e ao Adelmo pelo incentivo e apoio.

Ao André, pela paciência, companheirismo e amizade que tornaram tudo isso possível. À Julia e à Luísa, por partilharem do tempo e atenção aqui investidos. Obrigada por mudarem minha forma de ver o mundo!

Aos que não foram aqui citados, mas que de alguma maneira participaram comigo dessa caminhada, meus sinceros agradecimentos.

“Uma cidade muda não muda”

*Frase vencedora do projeto “As ruas falam” criado em 2012 por grupo de intervenção urbana – o coletivo
RUA – em prol da livre expressão artística nas ruas da cidade de São Paulo*

Autor desconhecido

RESUMO

Esta pesquisa propõe estudar como se deu o reconhecimento por parte da população e a preservação dos parques do Povo e Augusta, ambos situados na cidade de São Paulo. A valorização e a preservação desses espaços foram deflagradas por mobilização popular e, portanto, entender a importância da gênese do uso coletivo desses espaços, entre tantos outros possíveis na cidade, mostra-se um componente necessário para o debate de novos valores patrimoniais. Esse aspecto será tratado a partir de uma abordagem histórico-analítica que buscará compreender as transformações que ocorreram nesses espaços ao longo dos anos, privilegiando a análise das mudanças de uso e ocupação, a relação com os entornos e com a cidade e o processo de intervenção da população sobre seus destinos, enquanto espaços de disputas e contradições sociais. Em um segundo momento, a pesquisa será exploratória e procurará levantar e comparar os objetos de estudo com outros casos similares. Como resultado apresenta-se uma análise crítica da importância do uso nos espaços coletivos na cidade e da efetividade da participação da população em favor de sua permanência, bem como busca-se evidenciar, sistematizar e discutir critérios de preservação, bem como a patrimonialização do uso e outros valores implícitos nestes espaços.

Palavras-chave: Espaços coletivos; patrimônio cultural; parques; gestão urbana; São Paulo.

ABSTRACT

This research aims to study the population's recognition and preservation of parks Do Povo and Augusta, both located in the municipality of São Paulo. The appreciation and preservation of these spaces were motivated by the mobilization of the population and, therefore, understanding the importance of the genesis of the collective usage in such spaces, amongst many other possible ones in the city, shows itself to be a necessary component for the debate of new heritage values. This aspect will be treated through a historical-analytical methodology, which will seek to understand the transformations that have occurred over the years, privileging the analysis of the changes in their usage and occupation, the relations with their surroundings and with the city and the process of the intervention of population on their destination, as spaces of disputes and social contradictions. Subsequently, the research will be exploratory and will seek to raise and compare the objects of study with other similar cases. As a result, a critical analysis of the importance of collective spaces in the city and of the effectiveness of the participation of population will be presented. Besides, an attempt will be made to evidence, systematize and discuss a set of preservation criteria, as well as the patrimonialization of usage and other implied values in these spaces.

Keywords: Collective spaces; Cultural heritage; parks; urban management; São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evento destinado a ativistas e comunicadores para conhecimento das experiências coletivas do movimento Bancada Ativista, 2018.....	38
Figura 2: Roda de conversa sobre Cultura e Espaço Público – Alternativas para uma cidade de todos, 2015.....	40
Figura 3: Arraiá no Largo da Batata, 2014.....	40
Figura 4: Rua ao Cubo – Largo da Batata. Apresentação musical, 2017.....	40
Figura 5: Rua ao Cubo. Apresentação de banda de rua, 2018.....	40
Figura 6: Oficina de Placemaking com Conexão Cultural e Bela Rua na Praça da Nascente, 2017.....	41
Figura 7: 12º Festival Praça da Nascente, 2018.....	41
Figuras 8 a 11: ZEPECs.....	46
Figura 12: Intervenção da autora sobre Mapa 2 – Imóveis e territórios enquadrados como ZEPEC e indicados para Tombamento.....	47
Figura 13: Intervenção da autora sobre Mapa Base apontando localização do Itaim Bibi.....	55
Figura 14: Intervenção da autora sobre Planta do Levantamento e Divisão Judicial do Sítio Itahim.....	57
Figura 15: Intervenção da autora sobre Planta de localização das primeiras chácaras do Itaim, 1930.....	58
Figura 16: A casa nº5 da R. Atilio Inocenti – (Rua Pequena).....	60
Figura 17: Residência de imigrante português na Rua José Várzea, 1934.....	60
Figura 18: Edificação de uso misto.....	60
Figuras 19 e 20: A extração de areia do leito do rio	60
Figura 21: Itaim Bibi, rua não identificada, sem calçamento nem pavimentação, com poças de água e muita lama, 1950.....	61
Figura 22: Bairro do Itaim Bibi, 1950.....	61
Figura 23: Depósito de mercadorias das Lojas Mappim no bairro, 1960.....	62

Figura 24: Avenida Faria Lima e Shopping Iguatemi, 1970.....	62
Figura 25: Itaim Bibi visto do 12º andar de um dos primeiros edifícios do bairro, 1961.....	62
Figuras 26 e 27: Itaim Bibi – Barracos de madeira à beira de avenida não identificada, 1986.....	63
Figura 28: Sede da chácara Itaim, 1913.....	64
Figura 29: Casa do Bandeirista no Itaim Bibi, 1988.....	64
Figuras 30 a 32: Situação atual da casa do Sítio do Itaim Bibi, 2019.....	64
Figura 33: Transformação da malha urbana Itaim Bibi (1930-2018).....	65
Figura 34: Mapa Base Itaim Bibi. Relação entre a população e a superfície do território, segundo censo IBGE 2010.....	67
Figura 35: Mapa Base Itaim Bibi. Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual 60%) por quadra fiscal.....	67
Figura 36: Mapa zoneamento Subprefeitura de Pinheiros.....	68
Figura 37: Intervenção da autora sobre mapa do Perímetro e setores da OUCFL.....	70
Figuras 38 a 41: Campo de futebol do Grêmio Desportivo Canto do Rio na Av. Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 1986.....	73
Figura 42: Campos de futebol de várzea na área do Parque do Povo e imediações, em 1962 e 1973.....	74
Figura 43: Parque do Povo, 1988.....	75
Figuras 44 e 45: Circo Escola Picadeiro e o Teatro Ventoforte, 1986.....	75
Figura 46: Projeto contemplado pela 31ª Edição do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para cidade de São Paulo, 2017.....	76
Figuras 47 a 49: Teatro, 2012.....	76
Figura 50: Intervenção da autora sobre Delimitação da área de tombamento – Parque do Povo, 1995.....	78
Figura 51: Fotos das placas fixadas na entrada do parque indicando parcerias e implantações ocorridas para sua execução e exibindo parte de sua resolução de tombamento, 2019.....	80
Figura 52: Transformações do Parque do Povo (1930-2018).....	82

Figuras 53 a 59: Parque do Povo: Atividades diversas (futebol, ciclismo, caminhada ciclismo, piquenique no gramado e playground), 2018/2019.....	83
Figura 60: Intervenção da autora sobre Mapa Base apontando localização da Consolação	84
Figura 61: Cemitério da Consolação, 1898.....	86
Figura 62: Consolação – compacta e irregular disposição residencial do bairro, 1912.....	87
Figura 63: Avenida Paulista, (S/D).....	88
Figura 64: Avenida Paulista 10 anos após sua inauguração, 1902.....	88
Figuras 65 e 66: Pavimentação e construção de calçadas Rua da Consolação, 1920.....	88
Figura 67 Casa de Dr. Horácio Sabino, Arquitetura de Victor Dubugras - Avenida Paulista, esquina com a rua Augusta, 1953.....	89
Figura 68: Teatro Municipal de São Paulo - Reforma do prédio, 1953.....	89
Figura 69: Palacete Uchôa, S/D.....	89
Figura 70: Colégio Des Oiseaux, (S/D).....	89
Figura 71: Bairro da Consolação, 1976.....	90
Figura 72: Vista Rua Marquês de Paranaguá, 2018.....	90
Figura 73: Transformação da malha urbana: Consolação (1930-2018).....	92
Figura 74: Mapa Base Consolação. Relação entre a população e a superfície do território, segundo censo IBGE 2010.....	93
Figura 75: Mapa Base Consolação. Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual 60%) por quadra fiscal.....	94
Figura 76: Mapa zoneamento Subprefeitura da Sé.....	94
Figura 77: Demolição do Colégio.....	97
Figura 78: Estacionamento no terreno do antigo Colégio, 1977.....	97
Figura 79: Cinemata: exibição de documentário no interior do parque, 2015.....	98
Figura 80 Acústico no bosque: limpeza do terreno, conversa e música, 2013.....	98
Figura 81: Meditação budista no parque, 2015.....	98

Figura 82: Verão Parque Augusta: evento durou dois dias contou com atividades de yoga, pilates e meditação, 2015.....	98
Figura 83: Terreno Parque Augusta e entorno, 2016.....	99
Figura 84: Imagem de como será a estrutura do Parque Augusta.....	106
Figura 85: Transformação do Parque Augusta (1930-2018).....	107
Figuras 86 a 92: Parque Augusta permanece fechado e sem acesso à população. Manifestações e pichações a favor do parque marcam seus muros e as ruas de seu entorno, 2018.....	108
Figura 93: Vista aérea região dos Jardins com “cinturão de prédios” em seu entorno).....	115
Figura 94: Foto da região dos Jardins contrastando com edifícios ao fundo.....	115
Figura 95: Tombamento dos Jardins - Delimitação do polígono.....	117
Figura 96: Inauguração do Cine Trianon, 1956.....	120
Figura 97: Abertura Cine Belas Artes, 1967.....	120
Figura 98: Passeata contra o fechamento do Cine Belas Artes, 2011	121
Figura 99: Manifestação Movimento Belas Artes em 17 de março de 2012.....	121
Figura 100: Evento para comemoração de reabertura do Cine Belas Artes, 2014.....	123
Figura 101: Convite para comemorar 2 anos da retomada do Cine Belas Artes, 2016....	123
Figura 102: SESC – Fábrica da Pompéia, Perspectiva da rua interna, 1977.....	125
Figura 103: Fotomontagem do galpão indicando atividades para crianças,1977.....	125
Figura 104: Corte, 1977.....	125

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Quadro da relação de Associações de Bairro de São Paulo – SP	139
Anexo II: Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avs. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo – Capital (Volume 1, p.02-04).....	140
Anexo III: Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp e publicações no D.O.E. com respostas às solicitações protocoladas no Condephaat - Parque do Povo.....	143
Anexo IV: Estudo de tombamento do imóvel localizado entre as ruas – Marquês de Paranaguá, Augusta e Caio Prado (Volume 1, p.01-04;42-43).....	145
Anexo V: Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp - Antigo Colégio Des Oiseaux.....	151
Anexo VI: Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp e publicações no D.O.E. com respostas às solicitações protocoladas no Condephaat - Cine Belas Artes.....	154
Anexo VII: Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp - Sesc Pompéia.....	156
Anexo VIII: Processo de tombamento do Sesc Pompéia - IPHAN.....	157

LISTA DE ABREVIATURAS

AHSP	Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo
APC	Área de Proteção Cultural
CBN	Central Brasileira de Notícias
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CNLU	Comissão Normativa de Legislação Urbanística
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
Conpresp	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
D.O.E.	Diário Oficial do Estado de São Paulo
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
DUP	Decreto de Utilidade Pública
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MDC	Mapa Digital da Cidade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
OPA	Organismo Parque Augusta
OUCFL	Operação Urbana Consorciada Faria Lima
PDE	Plano Diretor Estratégico
PIU	Projeto de Intervenção Urbana
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
SAC	Sociedade Amigos da Cidade

SAC	Sociedade Amigos da Cinemateca
SAIB	Sociedade Amigos do Itaim Bibi
Sammorc	Sociedade dos amigos, moradores e empreendedores do bairro Cerqueira César
SARA	Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici
SESC	Serviço Social do Comércio
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TDC	Transferência do Direito de Construir
TICP	Território de Interesse da Cultura e da Paisagem
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEPAM	Zona Especial de Preservação Ambiental
ZEPEC	Zona Especial de Preservação Cultural
ZM	Zona Mista
ZEU	Zona Eixo de Transformação Urbana
ZEUP	Zona Eixo de Transformação Urbana Previsto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA	23
1.1. A preservação do (Espírito do) Lugar.....	23
1.2. Memória e identidade.....	27
1.3. Ativismo social e político na metrópole.....	32
1.3.1. A origem dos coletivos.....	32
1.3.2. Coletivos e a Gestão Municipal.....	39
1.3.3. Coletivos e o Mercado Imobiliário.....	43
1.4. ZEPEC – Zona Especial de Preservação Cultural.....	44
CAPÍTULO II: USOS E DESÍGNIOS	52
2.1. Casos de estudo – Parques do Povo e Augusta.....	52
2.1.1. O Itaim Bibi e o Parque do Povo.....	55
A história do Itaim Bibi.....	55
Análise do território.....	65
Operação Urbana Consorciada Faria Lima.....	69
O Parque do Povo	72
2.1.2. A Consolação e o Parque Augusta.....	84
A história da Consolação	84
Análise do território	92
O Parque Augusta	96
CAPÍTULO III: NOVOS PARÂMETROS DE PRESERVAÇÃO	111
3.1. Patrimonialização dos espaços coletivos e a preservação do uso.....	111
3.2. Reflexões e aproximações com outros casos de estudo.....	114
3.2.1. Bairros Jardins.....	114
3.2.2. Cine Belas Artes.....	120
3.2.3. Sesc Pompéia.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

Pensar nas possibilidades de transformação da vida humana por meio da qualificação dos espaços urbanos tornou-se um desafio contemporâneo, em especial, quando se pensa esta questão a partir do papel dos cidadãos em relação ao ambiente em que vivem e a forma com que os gestores e o mercado imobiliário lidam com diversas questões urbanas.

Nas últimas décadas, a desigualdade e a segregação socioespacial se tornaram traços marcantes das cidades brasileiras, que hoje encaram o desafio de amenizar essas contradições. Através de uma breve leitura da cidade contemporânea, é possível entender que a produção do espaço urbano é fruto de um projeto coletivo e democrático, ao mesmo tempo, individualista e fragmentado. Reflexos de uma sociedade seletiva ou historicamente elitista, é nas grandes metrópoles que esses fenômenos se potencializam e se manifestam no território de diferentes maneiras: na forma de acesso à moradia, a bens e serviços urbanos, à segurança e a espaços coletivos de qualidade. Por outro lado, a preocupação com o meio ambiente e com um estilo de vida mais humano, além da proteção dos espaços de convívio e dos remanescentes culturais em áreas urbanas, também se tornaram responsáveis por promoverem um novo cenário nessas cidades.

Com foco nessas questões, buscando compreender os processos de produção e de valorização dos espaços urbanos de uso coletivo, definiram-se como objetos de estudo dessa pesquisa os Parques do Povo e Augusta, ambos localizados na cidade São Paulo. Ressalta-se que, apesar da proximidade geográfica, seus processos históricos, suas conexões e suas relações com os bairros em que se situam – seus usuários com o restante da cidade – são distintos e, enquanto objetos, não seriam passíveis de análise sob critérios comuns. Essa aproximação se deu, no entanto, pela representatividade social desses espaços dentro do contexto da metrópole paulistana: ambos retratam uma situação de particularidade em que a população se mobilizou para que essas áreas, totalmente inseridas na malha urbana e que em algum momento se tornaram objetos de especulação imobiliária, fossem preservadas.

Desta forma, conforme sugere o título da pesquisa, serão apresentados ao longo deste estudo os “espaços coletivos” e diversas questões que os envolvem, além da discussão sobre novos critérios de preservação de lugares considerados “significativos”. A partir dos estudos de caso dos Parques do Povo e Augusta, buscou-se compreender a forma como ocorreu o processo de patrimonialização destes espaços (de uso coletivo), e como o uso de estratégias de preservação associado às táticas de resistência tornou-se uma “fórmula” importante para a preservação da qualidade de vida na cidade.

Nesse sentido, esse estudo procurou responder às seguintes preocupações: 1) A forma como os parques se constituíram como lugares singulares em seus territórios; 2) O uso como elemento definidor de valor; 3) O contexto e os objetivos nos quais emergem os movimentos de preservação das instâncias de vida coletiva e a forma com que esses se organizam na luta pelo direito à cidade, em especial nos dois casos, influenciando diretamente no modo ser e de pensar dos cidadãos; 4) A riqueza civil, urbanística e morfológica dos espaços coletivos, em contraponto à concepção genérica e abstrata dos programas adotados nos projetos de intervenção e pela gestão público-privada desses espaços.

Uma vez posto isso, delinearam-se os objetivos específicos desta pesquisa: 1) Identificar, através de levantamento e pesquisa de campo, a história dos lugares e os vestígios dos antigos usos dos parques, suas transformações, buscando compreender sua configuração no contexto urbano da cidade de São Paulo; 2) Estudar a situação jurídica e física atual dos parques, seu programa, fluxos e usuários; 3) Estudar o papel da população no processo de reconhecimento e preservação de lugares, buscando entender, de forma geral, a gênese dos grupos sociais e das associações de bairro em São Paulo, em especial, dos grupos ligados aos parques estudados; 4) Entender como se dá o embate dos coletivos de atuação urbana em contraste com os interesses e instrumentos do mercado imobiliário, de forma a evidenciar a importância do modo de gestão para a consecução ou não dos objetivos de preservação; 5) Compreender como os parques estudados foram se “patrimonializando”, ao longo do tempo, por meio do estudo dos processos de tombamento e dos significados atribuídos a eles pelos discursos; 6) Identificar

e analisar os princípios gerais da preservação a partir do reconhecimento do valor patrimonial de uso dos espaços coletivos na cidade contemporânea; 7) A partir da análise anterior, realizar levantamentos e análises comparativas dos objetos de estudo com casos similares pela excepcionalidade em relação à forma convencional de atribuição de valor; e, por fim, 8) Analisar os outros instrumentos de gestão urbana envolvidos, para além do tombamento, em especial, a parceria público-privada e a transferência do direito de construir – diretamente relacionados à discussão de preservação dos parques – e sua eficácia para a preservação da urbanidade¹ desses lugares.

Para atingir esses objetivos, o método empregado neste trabalho se baseia nas seguintes ações: revisão teórico-conceitual a partir de síntese bibliográfica; levantamentos histórico, documental e de campo; análise crítica e reflexões prospectivas.

A revisão teórico-conceitual foi feita por meio da consulta de materiais extraídos de órgãos de preservação, livros, teses, dissertações e artigos científicos, estruturando a discussão sobre espaços coletivos, patrimônio cultural, memória, identidade e transformações na cidade. Para isso, foram aprofundadas principalmente as ideias de Santos (2006) e de Carsalade (2014) na discussão sobre “lugar”; a declaração de Québec (ICOMOS, 2008) como alicerce da questão do espírito do lugar; a UNESCO (2017), o IPHAN (2015), Rodrigues (1996) e Arantes (2006) para construir a ideia de patrimônio cultural; Solà-Morales (2001) na conceitualização de espaço coletivo; e, Halbwachs (1990) e Nora (1993) para analisar a questão da memória coletiva e dos lugares de memória. O domínio desses conceitos fez-se essencial para o entendimento da importância dos parques estudados.

¹ Urbanidade – assume-se aqui o conceito desenvolvido por Frederico de Holanda, que se refere ao modo como os espaços da cidade acolhem as pessoas e está relacionado à condição de informalidade dos espaços. Essa condição de urbanidade seria típica de sociedades e instituições não hierarquizadas, não ritualizadas, caracterizadas pela espontaneidade e pela improvisação. A forma-espaço dos assentamentos se traduz em pequenos espaços abertos, ricamente alimentados por entradas, ambiguidade dentro/fora, dialética local/global. Na sociedade, implica em continuidade de grandes grupos de diferentes, negociação contínua de papéis, mobilidade social e mais igualdade (ANDRADE, 2014, p. 543).

Ainda com base em bibliografia teórica, principalmente a partir dos conceitos de Teixeira & Correa (2012) e de Duarte & Santos (2012), discutiu-se sobre as novas maneiras de intervenção urbana propostas hoje por grupos de ativismo social e político e o impacto dessas manifestações, em especial, nos espaços coletivos da metrópole paulistana. Entretanto, por se tratar de uma discussão contemporânea e de uma nova maneira de olhar para a preservação dos espaços de uso coletivo (através da apropriação² por grupos), não se encontrou uma bibliografia consolidada sobre o assunto. Deste modo, também foi de extrema importância para o desenvolvimento desse trabalho as fontes jornalísticas, as publicações em sites e as discussões de órgãos colegiados, sejam eles de natureza acadêmica ou técnica, bem como o acompanhamento das manifestações realizadas por cidadãos através das redes sociais.

Na sequência, utilizou-se do método histórico-analítico com o qual, através de material desenvolvido para a Prefeitura Municipal de São Paulo por Lopes & Toledo (1988) e Jorge (1989), pôde-se compreender os processos de formação e analisar os principais elementos de transformação da paisagem urbana dos bairros Itaim Bibi e Consolação, abordando os fatores econômicos e sociais que foram capazes de defini-los, ao longo do tempo, enquanto bairros, e, a partir desse levantamento, identificar suas relações com os parques escolhidos como objetos de estudo, sua importância como espaços livres e de convívio, de forma a justificar a escolha pelos Parques do Povo e Augusta, dentre tantos outros presentes na cidade de São Paulo.

Com base nas etapas anteriores, sistematizaram-se os dados obtidos sobre os dois Parques, constituindo-se dossiês. Para isso, foram coletados documentos e informações que possibilitassem a análise das áreas escolhidas, a partir de dados históricos e atuais, sobre a forma como a população e o poder público se posicionaram em relação a estes bens. Nesta etapa, a

² Utiliza-se aqui a expressão “apropriação” do espaço (de uso) público de forma generalizada, uma vez que a intenção desses grupos é não esperar mais uma ação do Estado, e sim a construção coletiva de uma vida pública de forma mais horizontal e colaborativa, o termo “apropriação” passa a se referir ao uso temporário desses espaços, e não à sua posse (WISNIK, 2015).

bibliografia teórica sobre os coletivos de atuação urbana envolvidos nos dois processos serviu de apoio às discussões.

Em seguida, foram realizadas pesquisas de campo, nas quais se investigaram tanto os aspectos físicos atuais (fluxos, conexões com o entorno e estado de conservação) quanto em relação às mudanças de uso e apropriação pós-tombamentos. A síntese do material coletado através de levantamento empírico (registrados por meio de relatórios e fotos), foi complementada por levantamento de dados técnicos e análise de precedentes jurídicos sobre o tema - instrumentos legais (processos de tombamentos, leis, decretos e atas de reuniões realizadas pelo Conpresp) - efetuados através de pesquisas feitas nos arquivos dos conselhos de defesa e preservação do patrimônio – Conpresp, Condephaat e Iphan –, para o balizamento da discussão crítica sobre a preservação dos parques.

Feito isso, levantaram-se outros casos paulistanos que também podem ser considerados situações não convencionais de reconhecimento de valor para o tombamento, por serem distintos lugares em que o uso propriamente dito se tornou o fator determinante para a valorização e preservação. Entre eles estão a região dos Jardins (Europa, América, Paulista e Paulistano), um edifício (o Cine Belas Artes) e um complexo cultural (o Sesc Pompéia).

Por meio da analogia com esses casos similares, foi possível analisar e sistematizar experiências de preservação, de forma a compreender se a manutenção do acesso como área comum e a manutenção e/ou a atribuição de novos usos de caráter coletivo garantiram a preservação de tais espaços, a partir da reflexão sobre a contradição entre o valor do uso e o valor imobiliário dos lugares e a efetividade das ações empreendidas nos dois casos.

Neste momento, especialmente sob o olhar de Valdebenito (2018), coube também a discussão sobre a forma em que esses espaços coletivos poderiam ser mais bem administrados e gerenciados a partir da efetiva participação dos cidadãos nos processos de concepção das políticas públicas e criação de novas formas de gestão comunitárias.

Por fim, conforme os resultados obtidos nos itens descritos anteriormente, buscou-se apresentar novas perspectivas de preservação, que,

conforme os conceitos apresentados por Meneses (2009), se tornam possíveis graças à possibilidade de considerar-se valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos atribuídos aos lugares.

É comum que se discuta hoje sobre a falta de interação entre os moradores e a cidade, apontando-se o abandono do espaço público e, ao mesmo tempo, a carência desses espaços, enfatizando a escassez de investimentos em equipamentos e serviços voltados para a população. Mas pouco se fala sobre os espaços que, ociosos ou não, foram escolhidos e acolhidos pela comunidade local, ou mesmo pela população em geral, que passa a lutar para que permaneçam onde e como estão, para o uso comum - assumindo um papel de ponto de encontro e de trocas. Seja por seu valor histórico, cultural ou pelo simples fato de se tratar de áreas verdes remanescentes na densa malha urbana de uma metrópole consolidada, essa pesquisa busca entender como, pouco a pouco, ocorreram os processos de reconhecimento e valorização desses espaços.

Fazem parte fundamental dessa questão o entendimento e os conceitos de lugar, patrimônio cultural, espaço coletivo, identidade e memória, sem os quais não se pode compreender inteiramente a essência das histórias dos parques do Povo e Augusta e o que elas representam para a cidade e para população paulistana.

1.1. A preservação do (Espírito do) Lugar

Primeiramente, cabe o entendimento de “lugar”. Apesar de seus vários significados, aborda-se aqui, principalmente, o conceito relacionado ao patrimônio cultural e sua representatividade enquanto espaço vivido e, portanto, produto das relações sociais. Para Santos (2006, p.218):

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Segundo Carsalade (2014), o “lugar” é constituído “não apenas pela situação geográfica onde ele se dá, mas também por toda a gama de sentimentos e relações que lhe são concernentes” (CARSALADE, 2014, p. 59).

Esse conceito pode ser aplicado aos parques estudados uma vez que, existentes há décadas, fizeram parte não só da construção dos bairros em que se situam, como também da comunidade que ali se formou, participando ativamente da vida de seus moradores e frequentadores.

Através de seus atributos formais, o “lugar” concretiza sua existencialidade, proporcionando uma nova relação com o homem. Essa vivência homem-espaco resulta na criação de laços e, com isso, atribuem-se a esses locais novas percepções, dando origem ao conceito de *genius loci*, *spiritu loci*, ou espírito do lugar. Para Carsalade (2014), esse espírito é responsável pelo caráter e pela essência de cada lugar, assegurando-lhes autenticidade e singularidade.

Nesse sentido, a Declaração de Québec é o documento que permite estabelecer a relação entre o conceito de lugar e o de patrimônio cultural, que será abordado a seguir. Elaborada em 2008, corresponde a uma “parte de uma série de medidas e ações tomadas pelo ICOMOS (...) para proteger e promover o espírito dos lugares, isto é, sua essência de vida, social e espiritual”; propõe a preservação do *spiritu loci* através “da proteção do patrimônio tangível e intangível”; e o define como (2008, p.02):

Os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.

Além disso, ainda segundo a Declaração, “o espírito do lugar é construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido” (ICOMOS, 2008, p.02). Assim sendo, à medida que o espírito do lugar se constrói pelo homem em resposta às suas necessidades sociais, ele se faz presente em praticamente todas as culturas do mundo, assumindo um caráter dinâmico e mutável, e podendo ser compartilhado por grupos diversos.

No entanto, para o ICOMOS (2008), um mundo em transformação e a ruptura e o estabelecimento de novos padrões nas sociedades podem induzir a degradação do espírito do lugar e de seu entorno. Quanto maior a diversificação de espíritos e o compartilhamento por diferentes grupos que um lugar possuir, maiores as chances de competição, conflitos e ameaças aos quais ele está submetido. Sendo assim, um espaço que, como os

apresentados nesse trabalho, teve seu valor definido pelo uso, está sob constante pressão e questionamento, diferindo-se dos patrimônios materiais que têm seu valor estipulado de forma consensual.

Desta maneira, cabe então às organizações, governamentais ou não, contribuir para que o espírito desses lugares seja protegido e promovido através da criação de um planejamento estratégico a longo prazo e de mudanças na legislação e na gestão. Essa recomendação é extremamente relevante para entender os processos aos quais os parques estudados deveriam ter sido submetidos no momento em que foram tombados e devidamente reconhecidos como “patrimônios culturais”.

Assim, busca-se a compreensão do conceito de patrimônio, mais especificamente o de patrimônio cultural. Segundo a UNESCO (2017),

O Patrimônio Cultural Mundial é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Além disso, ele é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.

Desse conceito, apresentado na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, ocorrida em 1972, em Paris, derivou-se o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (IPHAN, 2015),

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse mesmo documento sugere que o patrimônio cultural brasileiro deve ser protegido pelo poder público com a colaboração da comunidade, através de inventários, registros, tombamento e desapropriação.

Para Gonçalves (2007), o patrimônio cultural reconhece aspectos sociais, culturais, ideais e valorativos que dificilmente seriam abrangidos pelas concepções mais tradicionais, o que representa inovação e flexibilização das categorias patrimoniais. Além disso, sugere, mais que o tombamento dos bens listados, o registro de práticas, atividades e representações, que devem ser acompanhados a fim de verificar suas transformações e permanência.

Para o autor, esses objetos possuem funções identitárias que podem ser assinaladas na representação pública de identidades coletivas, como: nações, grupos étnicos, grupos religiosos, bairros e regiões. Assim, pode-se afirmar que, na medida em que materializam pensamentos por meio dos quais nos percebemos individual e coletivamente, os patrimônios culturais assumem uma dimensão universal, que se manifesta de formas diversas, conforme afirma Rodrigues (1996, p.195):

Mais que testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade. O patrimônio não é, porém, uma representação de “todos”; este modo de concebê-lo resultou de um momento histórico no qual os bens protegidos pelo Estado representavam a afirmação da identidade nacional. Hoje, embora o conceito de patrimônio tenha-se deslocado da nação para a sociedade, esta concepção permanece como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais.

Para a autora, o que difere o patrimônio dos demais lugares de memória é seu reconhecimento oficial. Essa característica o torna campo de exercício de poder, aberto às disputas econômicas e simbólicas (RODRIGUES, 1996, p.195).

Ou, dito de outra forma, conforme afirma Arantes (2006, p.426),

O patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. A preservação, como toda prática, consiste em ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (...). Cabe indagar, portanto, qual é o objeto dessa prática, quais são os sujeitos que a põem em marcha, em que condições e quadro institucional isso ocorre, e que valores ela, por sua vez, mobiliza.

Uma responsabilidade das instituições governamentais compartilhada com a sociedade civil, a preservação do patrimônio se diferencia da memória, uma vez que esta é elaborada, transmitida e realimentada diretamente por atores sociais, em redes de relações sociais (ARANTES, 2006). Nesse sentido, pode-se afirmar que os Parques do Povo e Augusta são parte integrante da vida dos bairros onde se encontram e também construções sociais, cujo uso e função têm dependido não somente de sua forma física, mas também de como seus frequentadores os integram em suas atividades cotidianas.

1.2. Memória e identidade

Em relação às cidades, Halbwachs (1990) afirma que, ao se transformarem no curso da história, diferentes aspectos são sobrepostos: em contraponto às inúmeras demolições, surgem novas construções, novas vias, o perfil dos habitantes se altera radicalmente e os antigos quarteirões são tomados por altas e novas construções que parecem perpetuar o espetáculo da vida de outrora. “Mas esta é somente uma imagem da velhice, e não é certo que seus antigos habitantes, se reaparecessem, os reconhecessem” (HALBWACHS, 1990, p.136), pois:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. (...) o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (HALBWACHS, 1990, p.133).

Em continuidade, o autor afirma que alguns acontecimentos - como mortes, casamentos, enriquecimento ou empobrecimento de uma família - são capazes de modificar tanto o grupo em sua extensão, quanto o lugar. Com essas mudanças o grupo não será mais o mesmo, nem sua memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Essas transformações, por vezes, apagam imagens que compunham o pequeno universo individual do sujeito, gerando lamentações e mal-estares que não surtem efeito por não se tratarem de um sentimento coletivo. Por outro lado, quando esses sentimentos se manifestam em um grupo, essa indignação, quando apresentada em forma de protestos, torna essa resistência impactante e, sob novas condições, esse grupo busca encontrar seu equilíbrio. (HALBWACHS, 1990). Para Halbwachs, a fisicalidade do espaço desempenha um papel decisivo na construção de memórias, e essas podem ser definidas como uma questão *de como as mentes funcionam juntas em sociedade* (Olik, 2008 apud Hatuka, 2017, p.49).

De acordo com esse conceito, Nora (1993) afirma que a memória emerge de um grupo por ela unido, o que a torna múltipla, coletiva, plural e individualizada. Para ele, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto e na imagem, e sua alimentação ocorre através de lembranças e esquecimentos – o que faz com que ela seja, além de vulnerável e manipulável, susceptível a repentinas revitalizações, tornando-a, dessa maneira, sempre viva, atual e em constante evolução.

Ainda segundo Nora (1993), a construção dos lugares de memória se dá devido à necessidade de materialização de arquivos, aniversários e monumentos. O sentimento de que não há mais memória espontânea e a (falsa) necessidade de se substancializar particularidades e de se criar rituais – extrínsecos da nossa sociedade – atribuem aos lugares o sentimento de continuidade e a ilusão de eternidade. Para o autor, a construção desses lugares não seria necessária se realmente vivêssemos as lembranças que eles envolvem.

Assumindo o papel de representar e transmitir heranças identitárias e tradições, esses lugares convidam à imaginação do passado. Sujeitos a inúmeras formas de percepção e apropriação e, portanto, a significados plurais e ambíguos, esses lugares (alguns deles reconhecidos como patrimônios culturais) podem converter-se num símbolo agregador de um passado coletivo – ainda que desigualmente partilhado (FORTUNA, 1997).

Perante essa ambivalência de critérios que determinam o que é esteticamente valioso ou historicamente significativo, esse “excesso de sentidos” amplia as potencialidades de “patrimonialização” dos lugares. Assim, a noção contemporânea de patrimônio envolve não só especialistas, mas também a comunidade, que assume o papel de identificar os bens culturais que devem ser protegidos (BONDUKI, 2011).

Pode-se afirmar então que a interação das pessoas com o território, a forma com que essas vivências modificaram as relações socioeconômicas nesses lugares e a maneira com que essas relações tornaram-se capazes de transformar esses locais, alterou o conceito do que é o patrimônio e a forma com que ele se estabelece como tal. “O território deve ser entendido não apenas de acordo com suas dimensões físicas, mas também como uma

articulação da relação entre os espaços, políticas e identidades” (SCHICCHI, 2015, p.51, tradução nossa).

Exemplos disso são os eventos ocorridos nos espaços de uso público, como as feiras e festas, que proporcionam encontros de pessoas oriundas de lugares e grupos diversos e que ali se encontram por um interesse comum. Nesse sentido, um lugar significativo da cidade de São Paulo é o Largo da Batata, que já no século XX abrigava o Mercado Caipira e em sequência o Mercado de Pinheiros, onde se comercializavam batatas, frutas e legumes. Ponto de partida para a urbanização do bairro de Pinheiros, o local contava com uma linha de bonde que o conectava ao centro da cidade e, a partir daí, passou a servir de suporte para comercialização de outras mercadorias vindas de cidades do interior, consagrando-se num importante centro comercial popular.

Apesar da construção de um novo mercado na década de 1970 devido à construção da Avenida Brigadeiro Faria Lima, a região continuou conhecida pelo comércio. No entanto, após consecutivas transformações, especialmente na última década, a paisagem da região passou por bruscas mudanças frutos de um projeto de Requalificação Urbana, o que alterou significativamente suas dinâmicas e fluxos.

A exemplo desse, diversos outros espaços também passaram por processos de transformação que, muitas vezes, resultaram em novos usos, bem diferentes dos seus antigos, criando qualidades culturais e físico-espaciais capazes de alterar o valor atribuído à memória e aos objetos patrimoniais referentes a esses. Ao considerar elementos etnográficos, tornou-se possível expandir as qualidades potenciais dos patrimônios, tornando quase todas as manifestações culturais, objetos, lugares e práticas passíveis de serem incluídos na identificação de um território cultural (SCHICCHI, 2015).

Apesar das mudanças, alguns desses espaços mantiveram sua vitalidade, seu caráter acolhedor e estimulador de interações e trocas entre os cidadãos. Extrapolando qualidades físicas, esses locais desempenham um papel social dentro da cidade, criando entre seus usuários um senso de comunidade. Por isso, quando a comunidade é ouvida e respeitada pelo poder público, por meio de uma gestão compartilhada, torna-se possível a

participação civil no destino dos espaços coletivos urbanos. Ressalte-se nesse momento a importância e representatividade das associações e grupos de protestos.

Assim, pode-se afirmar que, principalmente no final do século XIX, ocorreu uma mudança no papel do cidadão na construção do lugar. Reforçando o poder da democracia e reafirmando o poder da lei em contraposição à visão unilateral dos governantes, a cidadania deixou de ser associada a uma entidade política e passou a ser percebida como um direito de participação da esfera pública. O cidadão, que, até a década de 1960 foi sujeito passivo no processo de planejamento e criação dos lugares, hoje é visto como um agente ativo (HATUKA, 2017).

Desta forma, os centros urbanos foram se configurando e se adaptando a essas novas relações cidadão-espaço, de modo que, São Paulo, por exemplo, foi definida por Hatuka (2017) da seguinte maneira: “dona de uma paisagem elástica capaz de configurá-la como uma cidade que além de não possuir uma estrutura clara e “legível”, não segue uma ordem cronológica “definida”. Além disso, a autora considera que o desenvolvimento da cidade foi dinâmico, veloz e “libertador”. Para finalizar, sugere que, diante dessa realidade, desenvolvam-se novas formas de abordar assuntos como patrimônio e memória, repensando a tensão entre o material e o imaterial como meio de encarar o passado e os desafios do futuro (HATUKA, 2017, p.57).

As discussões sobre memória e identidade se colocam também a partir da abordagem de novos conceitos trazidos pelos coletivos urbanos contemporâneos, que, diferentemente das comunidades homogêneas tradicionais e dos movimentos sociais, como as associações de bairro, organizam-se em favor da defesa de uma ou inúmeras causas que ocorrem em diferentes locais do meio urbano, representando uma visão mais geral de apropriação e direito à cidade.

Com um crescimento considerável, especialmente nas grandes cidades, esses coletivos se mobilizam pela preservação das instâncias de vida coletiva, incentivando cada vez mais a participação da comunidade na contestação de projetos de novos empreendimentos que ameacem a extinção de espaços que deveriam ser preservados (pelo seu valor histórico, de uso ou simbólico), além

do estímulo à transformação, requalificação e apropriação dos espaços coletivos (VANUCCHI, 2017).

No entanto, antes de adentrar ao estudo dos coletivos urbanos contemporâneos, é necessário entender a importância desses espaços de convívio no contexto das cidades. Segundo Villaça (2012), por exemplo, os espaços das cidades e as questões sociais estão extremamente conectados, de forma que “entender o espaço é entender como ele participa das transformações sociais e como interage com elas. Não existe transformação social sem a participação do espaço, e não existe a transformação do espaço sem a transformação social” (VILLAÇA, 2012, p.16). Já para Arendt, o espaço público era e devia ser “diretamente político” e sua concepção esteve intimamente ligada à vida pública presente na Cidade-Estado grega e na República romana. A origem da vida pública era constituída por duas atividades políticas: a ação e o discurso. Portanto, a existência da humanidade estava diretamente ligada ao espaço cívico (ARENDDT, 1993 apud ABRAHÃO, 2008, p.24-25).

Nesse mesmo sentido, Solà-Morales (2001) sugere que os espaços coletivos são encarregados pelo desenvolvimento da vida coletiva independentemente de sua propriedade, e que, com o passar do tempo, tornaram-se cada vez mais ameaçados pelas dinâmicas metropolitanas, configurando-se em relevantes alvos do mercado imobiliário e se consagrando como uma espécie de remanescente cultural em meio à cidade consolidada. Para ele, esses espaços são “a riqueza civil e arquitetônica, urbanística e morfológica de uma cidade” (SOLÀ-MORALES, 2001, p.104).

Os parques examinados neste estudo, além de representarem uma importante porção da história do local onde se inserem, tendo sido palco de muitas interações sociais, também sofreram decisões arbitrárias impostas pelo mercado imobiliário que descaracterizaram ou alteraram sua inserção no meio social que os definiu. Além disso, em ambos os parques houve a formação de grupos de apoio à preservação do local, ilustrando a expressão da vontade coletiva de se manter a memória do espaço coletivo, descrita acima.

Carregados de valores, compreendidos a partir das relações sociais e históricas, esses espaços podem ser nomeados como “identitários”, sendo,

segundo Hall (2006 apud SOUZA, 2014), formados na interação entre o interno e o externo, entre o eu e a sociedade, entre o mundo pessoal e o mundo público.

Para Castells (2001 apud BROD & MAZZARINO 2015), mesmo que uma identidade possa ser formada a partir de uma instituição dominante, como o Estado, ela só assume sua condição identitária quando os atores a internalizam, ou seja, quando os indivíduos efetivamente tomam para si tal condição. Daí originam-se as chamadas “identidades culturais urbanas”: formadas por grupos sociais que, em função de emergentes filosofias de vida, buscam em seu processo de construção identitário, distinguir-se das tradições e grupos já existentes, através da atribuição de novos significados ao passado, criando seu próprio repertório de representação identitário (LIMA, 2012).

1.3. Ativismo social e político na metrópole

1.3.1. A Origem dos coletivos urbanos

Conforme já mencionado, há alguns anos constata-se uma alteração na dinâmica das grandes e médias cidades, com novas formas de interação entre as pessoas e os espaços urbanos. A luta pela igualdade de etnias e classes e pelo direito de todos de “ocupar” e “usufruir” da cidade tem sido cada vez mais relevante para entender os inúmeros movimentos em favor de melhorias urbanas, sejam elas relacionadas à mobilidade, a lugares de convivência, à criação ou preservação de espaços e edifícios de uso público ou à infraestrutura. Desse modo, a atuação dos atuais coletivos urbanos tem se mostrado como uma nova possibilidade de participação da sociedade civil nas decisões sobre as cidades, dando novos significados aos espaços urbanos, de modo inovador e democrático.

Dessa maneira, explicam-se as transformações que ocorreram principalmente ao longo da segunda metade do século XX na forma de atuação dos coletivos urbanos e a ampliação do ativismo social e político especialmente através de movimentos que nasceram nas redes sociais e mobilizaram as ruas ao redor de todo o mundo – o chamado ciberativismo. Em continuidade, se

discute a participação desses coletivos no processo de reconhecimento e preservação de espaços coletivos, que, uma vez apropriados, recebem novos valores e significados e acabam revelando contradições sociais.

A partir da década de 1970, os movimentos de oposição ao regime militar se intensificaram, como forma de resistência à ditadura, ao autoritarismo estatal e como defesa de valores democráticos. Nesse período, apesar das manifestações serem duramente reprimidas pelo governo, consolidaram-se diversos grupos de movimentos sociais, artísticos e populares formados pela sociedade civil organizada, que, aos poucos, foram construindo sua própria identidade, formas de atuação, valores e discursos, tornando-se responsáveis pela criação de uma nova forma de fazer política e portanto, “nessa representação a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública” (SADER, 1988, p.29).

Em 1980, os sindicatos se fortaleceram e houve também um aumento significativo do número de ONGs e de associações de bairro representantes de periferias e de moradores de classe média, que reivindicavam, entre outras coisas, a garantia dos direitos sociais. Vale lembrar, no entanto, que esses movimentos se iniciaram décadas antes, sendo grande parte criada sob influência dos imigrantes europeus que aqui se instalaram.

Em São Paulo, por exemplo, as primeiras entidades de classes surgiram na década de 1930, sendo a primeira delas a SAC - Sociedade Amigos da Cidade, fundada em 1934 pelo então prefeito Francisco Prestes Maia com a intenção de defender valores, símbolos, emblemas e tradições da cidade. Sem fins lucrativos e desvinculada de religião e partidos políticos, ainda nos dias de hoje, a SAC tem como objetivos: o estudo dos problemas urbanos de São Paulo; a colaboração com autoridades administrativas; a defesa do patrimônio histórico, geográfico, cultural e turístico da cidade e a cooperação no desenvolvimento da educação moral e cívica, respeito às instituições e tradições paulistas³.

³ SAC. Sociedade Amigos da Cidade. Disponível em: <http://www.sacsp.org.br/>. Acesso em: 27 de setembro de 2018

A adesão de seus membros sempre ocorreu de forma espontânea e, por isso, apesar de sua trajetória contar com a associação de importantes membros da sociedade paulistana, como Anhaia Mello, Goffredo da Silva Telles e Laudo Natel, no decorrer dos anos a SAC sofreu uma considerável redução do número de associados, chegando a quase encerrar suas atividades. Tal situação reflete a incompatibilidade de um tratamento homogêneo ou por um único coletivo de representação para as questões de bairros tão distintos hoje existentes na cidade.

Sobre este aspecto, com o passar dos anos foram surgindo diversas associações de bairro em São Paulo de forma que, em 2012, estimava-se que houvesse aproximadamente cem (TEIXEIRA; CORREA, 2012). Com o propósito apenas de ilustrar esses números, através de pesquisa na internet, foi elaborada a relação de algumas associações de bairro ativas na cidade (VER ANEXO I).

As ações praticadas por elas envolvem principalmente medidas relacionadas ao tráfego de veículos no interior dos bairros, à poda e ao plantio de árvores, iluminação das calçadas, além da fiscalização e impedimento de construções e alterações de edifícios e vias que modifiquem o caráter dos bairros. Em geral, essas associações são bastante organizadas, a maioria possui estatuto social e eleições de membros, mantendo contato próximo com órgãos públicos e políticos, a fim de promover a fiscalização das leis e defender os interesses da comunidade local.

Alguns exemplos pontuais de ações de associações bastante ativas na capital paulista incluem: (a) a doação de câmeras de vigilância para a prefeitura regional da Vila Mariana, a fiscalização informal e o contato com o bairro Parque Caxingui sobre a destruição da mata atlântica em área que deveria se tornar o Parque Linear do Caxingui e a interação com outras associações de bairros para participar de eleição, lançando candidato, para o Conselho Municipal de Política Urbana, pela Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista;

(b) a atuação no processo de tombamento dos Jardins pelo Condephaat em 1986, o impedimento da construção de um grande supermercado na avenida Europa que alteraria as características do bairro pelo adensamento de fluxo, a interdição da construção de um hotel junto à igreja Nossa Senhora do Brasil e a confecção e entrega à Câmara Municipal de um abaixo-assinado contra a construção de estacionamentos subterrâneos nas praças Guilherme Kawall e Coronel Pires de Andrade que alterariam também a densidade de circulação no bairro, pela SAJEP (Sociedade dos Amigos do Jardim Europa e Paulistano), e;

(c) o alerta, divulgação e manifestação a respeito de vários pontos equivocados do PIU Pacaembu (Projeto de Intervenção Urbana, instituído no Plano Diretor de 2014, que tramita junto com o Projeto de Concessão do Estádio e Complexo do Pacaembu, e que existe nessa área porque o bairro foi classificado como subutilizado a partir de interesses privados), que não apresentou nenhum estudo de impacto de vizinhança e segurança nem plano de melhoria no sistema de transportes e estacionamento, além de não ter respeitado os parâmetros urbanísticos do bairro residencial que circunda o estádio, pela iniciativa da Viva Pacaembu.

Esses são exemplos de como as Associações de bairro, muitas vezes em parceria com outras instituições, podem influenciar na configuração dos bairros, e com isso, ainda que de forma fragmentada, na dinâmica e no desenho da cidade.

Até recentemente, era possível considerá-las como os únicos fóruns de discussão para grande parte das questões relacionadas à atuação política em favor dos direitos de cidadania. No entanto, com o crescimento da cidade e o aumento de densidade dos bairros, os debates nessas associações tornaram-se cada vez mais restritos a temas específicos e concentrados no âmbito local e, ainda que se discutissem sobre problemas comuns a todos, nem sempre o planejamento no âmbito dos bairros convergia para o bem da cidade como um todo (TEIXEIRA; CORREA, 2012).

No final do século XX, emergiram novos movimentos – tanto urbanos quanto rurais – discutindo e defendendo temas relacionados a causas mais abrangentes, como a luta e o direito das mulheres na sociedade, o movimento

LGBT, o movimento negro, indígena, dos Sem-Terra, dos Pequenos Agricultores, entre outros. Embora organizados pela sociedade, em alguns casos, esses movimentos recebiam também apoio partidário, criando uma espécie de hierarquia dentro de sua estrutura (MEDEIROS, 2015).

Nesse mesmo período, floresceu uma nova política pública urbana, possibilitando a implementação de novas práticas urbanas nos municípios que assumiram gestão democrática-popular. Com o apoio de movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares e ONGs, incluiu-se a participação social (como o orçamento participativo) e priorizou-se a urbanização da cidade informal. No entanto, na primeira década do século XXI o destino das cidades acabou seguindo outros rumos: com o esquecimento da reforma fundiária/imobiliária, os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional. Sem o controle do uso do solo, houve um *boom* de construção de prédios e de valorização de veículos privados, fazendo com que o valor dos imóveis aumentasse significativamente, áreas de proteção ambiental fossem invadidas para construção civil, e, com expansão da malha urbana, a expulsão dos mais pobres para a periferia da periferia (MARICATO, 2013).

Foi nesse contexto que, também reflexo do descontentamento da população frente ao esgotamento da política tradicional, surgiram nas duas últimas décadas os novos grupos de ativistas denominados por Duarte e Santos como “novos coletivos autônomos” ou “coletivos de ação política contemporânea” (DUARTE; SANTOS, 2012, p.48;40).

Apesar de possuírem histórias e objetivos diferentes, esses coletivos compartilham da mesma forma (autônoma) de organização frente ao poder público e a partidos políticos, constituindo uma espécie de “rede de movimentos sociais” que tem como objetivo o fortalecimento do papel da sociedade na esfera pública. Seus membros se organizam de forma flexível e descentralizada, atuando sem estatutos e sem hierarquia, o que, muitas vezes, traduz-se publicamente em ações excêntricas e criativas. Questionam práticas e políticas urbanas por meio de debates críticos sobre o espaço urbano e a forma de vida decorrentes da disseminação de valores neoliberais e

individualistas, e defendem alternativas de ações mais localizadas, que podem ser atingidas através da mudança de comportamento das comunidades - como forma de alcançar uma mudança mais ampla do modo de ser e de pensar dos cidadãos - propondo novas experiências de vida em comum na cidade.

Buscando a conscientização sobre os desafios do mundo contemporâneo através de experiências sociais, iniciativas de democracia direta e mobilização popular, as ações desses coletivos trazem consigo conceitos de guerrilha como os de *tática* e de *estratégia*. Segundo Certeau (1998), a estratégia pode ser definida como “o cálculo (...) das relações de forças que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado” (CERTEAU, 1998, p.99), enquanto a tática consiste na “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio (...) que não tem por lugar senão o do outro” (CERTEAU, 1998, p.100). De acordo com essas definições, nota-se que nas manifestações propostas por esses grupos, o uso da tática suplanta o da estratégia.

Há algum tempo as redes sociais têm sido de grande utilidade na organização desse tipo de manifestação, garantindo que diversas delas ganhassem força e destaque ao redor do mundo - como, por exemplo, as que aconteceram no Brasil em 2013 e a Primavera Árabe, ocorrida no Oriente Médio e no Norte da África entre os anos de 2010 e 2012. Em ambos os casos, foram em mídias como Facebook, Twitter e Youtube que a sociedade encontrou o instrumento ideal para difundir, debater e trocar informações e reivindicações, organizando e mobilizando indivíduos para protestos que puderam ocorrer tanto dentro quanto fora da rede. Dessa forma, na atualidade qualquer um pode se tornar protagonista de um ou mais movimentos, debatendo e lutando por diferentes causas, em lugares distintos, ampliando cada vez mais o ativismo nos centros urbanos⁴.

Para Pechman (2014, p.07):

com a ocupação das ruas, a cidade parece ter dado um passo na recuperação de sua capacidade de produzir representações sobre a sociabilidade e sobre o

⁴ MARTINS, A. Ciberativismo: ativismo nasce nas redes e mobiliza as ruas do mundo, 2014. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017

papel do cidadão, que atualizam a confiança, a esperança na experiência coletiva e a crença numa vida pública. Trata-se, portanto, de uma certa redescoberta do espaço público como condição para atualização da esfera pública, mesmo que momentaneamente, onde o desejo coletivo ganhou forma, alimentado pela esperança de ressignificação do próprio “sentido” da cidade tanto no plano objetivo, quanto subjetivo da experiência urbana.

Uma prova do crescimento desses movimentos é o fato de, pela primeira vez no estado de São Paulo, ter ocorrido a candidatura coletiva e a eleição do movimento suprapartidário Bancada Ativista (Fig. 1). Composto por nove ativistas que atuam em múltiplas causas sociais, econômicas, políticas e ambientais, o grupo – representado pela jornalista Monica Seixas que exercerá o mandato na Assembleia legislativa de São Paulo – se elegeu em 2018 como deputada estadual. Apesar de sua filiação ao PSOL, o grupo afirma manter seu caráter pluripartidário e sem hierarquia, almejando a construção de um mandato coletivo e participativo⁵.



Figura 1: Evento destinado a ativistas e comunicadores para conhecimento das experiências coletivas do movimento Bancada Ativista, 2018. Fonte: Facebook, Bancada Ativista

No entanto, vale lembrar que não é atribuição dos coletivos aos quais aqui nos referimos solucionar os problemas urbanos, mas sim chamar atenção para eles, provocando o envolvimento da população para que, juntos, encontrem possíveis soluções para as questões apontadas. Na maioria dos casos, tratam-se de atuações pontuais que, acima de tudo, reivindicam novas maneiras de se viver, criar, circular e conviver nas cidades (DUARTE; SANTOS, 2012).

⁵ Disponível em: <https://monicadabancada.com.br/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2019

1.3.2. Coletivos e a Gestão Municipal

No caso de São Paulo, o número de coletivos atuantes na cidade teve um aumento considerável a partir de 2013. Acredita-se que esse crescimento seja reflexo de duas gestões com características opostas: a de Gilberto Kassab (2009 a 2012), como forma de protesto as políticas higienistas propostas pelo ex-prefeito; e, a gestão de Fernando Haddad (2013-2016), que criou políticas públicas de incentivo ao uso de áreas públicas, e, em parceria com coletivos, propôs ações que buscassem promover a inclusão e cidadania - como a volta do carnaval de rua e a implantação do Programa Ruas Abertas, no qual vias públicas de diferentes regiões da cidade, foram abertas aos domingos e feriados para ciclistas e pedestres (HARI, 2017).

As ações urbanas voltadas ao interesse coletivo que ocorreram durante a gestão de Fernando Haddad, somadas às manifestações ocorridas em junho de 2013, “deram à pauta urbana um sentido de máxima urgência” (WISNIK, 2015, p.04). A busca pelo fortalecimento dos valores civis e pelo empoderamento da comunidade através de intervenções nos espaços de uso público, intensificou a prática do chamado urbanismo tático, ou insurgente (HARI, 2017).

Assim, atuando sobre o espaço urbano através do uso cotidiano, muitos dos grupos de ativistas lutam pelo acesso público à espaços mais bem qualificados e a serviços básicos de infraestrutura (WISNIK, 2015). Exemplos disso, são os coletivos: “A batata precisa de você”, “Bela Rua” e “Ocupe & Abrace” (HARI, 2017).

A Batata Precisa de Você é formado por moradores e frequentadores do Largo da Batata, dispostos a transformar o local em um espaço de estar e não apenas de passagem. Com atividades culturais, de esporte e de lazer que ocorrem regularmente desde janeiro de 2014 (Fig. 2 e 3), tem como objetivos: fortalecer a relação afetiva da população local com o Largo da Batata, evidenciar o potencial de um espaço hoje ainda árido como local de

convivência, testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público⁶.



Figura 2: Roda de conversa sobre Cultura e Espaço Público – Alternativas para uma cidade de todos, 2015. / Figura 3: Arraiá no Largo da Batata, 2014. Fonte: Facebook, A Batata Precisa de Você

Já o Bela Rua foi criado em 2013, com o objetivo de transformar espaços públicos comuns em lugares que inspirem as pessoas (Figs. 4 e 5). Organizam oficinas de leitura a céu aberto, dança, shows e palestras⁷.



Figura 4: Rua ao Cubo – Largo da Batata. Apresentação musical, 2017. / Figura 5: Rua ao Cubo. Apresentação de banda de rua, 2018. Fonte: Facebook, Bela Rua

E o Ocupe & Abrace, foi criado também em 2013 para promover ações de revitalização cultural e ambiental (Figs. 6 e 7) na Praça da Nascente (e no Bairro Pompeia)⁸.

⁶ Disponível em: <http://largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019

⁷ Disponível em: <http://belarua.com.br/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019



Figura 6: Oficina de Placemaking com Conexão Cultural e Bela Rua na Praça da Nascente, 2017. / Figura 7: 12º Festival Praça da Nascente, 2018. Fonte: Facebook, Praça da Nascente

Graças às ações de grupos como esses, espaços públicos e coletivos tornam-se também símbolos de resistência, luta e permanência – situação pela qual passaram e ainda passam diversos espaços de São Paulo, dentre eles o Parque do Povo e o Parque Augusta.

Já a gestão João Doria (2017-2018) foi marcada principalmente por protestos contra os projetos de privatização de equipamentos municipais.

Considerada uma bandeira de sua gestão, os projetos de desestatização, bem como as políticas que cortavam o Passe Livre dos estudantes e os programas culturais da população periférica, além da operação de remoção de pessoas da região da Luz, geraram revolta nos cidadãos, que diversas vezes se reuniram para se manifestarem contra o ex-prefeito, alertando-o de que “São Paulo não estava à venda” e pedindo para que houvesse um pouco mais de diálogo entre ele e a população⁹.

Apesar da atuação desses coletivos autônomos estar presente em todo o território da cidade e de ter uma conexão com a gestão municipal, é importante ressaltar que, conforme os exemplos citados acima, a maioria

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/PracaDaNascente>. Acesso em: 03 de janeiro de 2019

⁹ WATANABE, P. Doria é alvo de ato contra privatização e tem muro de sua casa pichado, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901564-doria-e-alvo-de-ato-contra-privatizacao-e-tem-muro-de-sua-casa-pichado.shtml>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019

desses movimentos ocorrem nas áreas centrais e sudoeste de São Paulo. Isso se dá pelos seguintes motivos: no processo de expansão da malha urbana, essas áreas acabaram sendo fortemente afetadas pela privação de espaços públicos e pela proliferação de espaços privados (HARI, 2017); Esse tipo de movimento vem sendo majoritariamente praticado por (jovens) designers, artistas e arquitetos, dos quais, grande parte reside ou trabalha no eixo Centro-Zona Oeste (MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017); Uma vez que a maioria dos equipamentos culturais da cidade estão concentrados nas regiões mencionadas acima, a lógica urbana, econômica e social na periferia da cidade acaba sendo outra. Cabem aos coletivos atuantes dessas regiões proverem espaços que ofertem e divulguem atividades culturais, de educação, esporte e lazer, além de utilizarem a cultura como elemento de articulação política, tratando a cidade como um laboratório para revelar o potencial de espaços até então desacreditados (MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017).

Atentando-se ao perfil majoritariamente jovem dos membros atuantes nos coletivos das regiões central e sudoeste da cidade – o que absolutamente não exclui a presença de pessoas mais maduras – como tentativa de entender um pouco melhor sobre a forma e o motivo pelos quais esses jovens se aproximaram e se configuraram enquanto “grupo”, propõe-se uma análise contemporânea dessas relações, trazendo para esse estudo o conceito de Magnani (2010) sobre os “circuitos de jovens no contexto urbano de São Paulo”.

Para o autor, é sobre o olhar da etnografia (costumes, tradições e encontros) da cidade que esses jovens - um grupo praticamente invisível na cidade - começam a aparecer nas suas redes e seus circuitos, de modo a tornarem-se atores sociais capazes de modificar a cidade.

Para isso, deve-se considerar as especificidades desses atores sociais (sinais de pertencimento, escolhas e valores) e os espaços com os quais eles interagem – como produtos das práticas sociais desses agentes. Em seguida, define-se os circuitos como uma forma distinta de analisar o uso do espaço público: apesar de envolver estabelecimentos, equipamentos e espaços, eles não necessariamente apresentam uma relação de contiguidade espacial. Sendo assim, os circuitos envolvem práticas culturais e designam um uso ao

espaço, contando com pontos de encontros e de conflitos, oferecendo, através de uma gama variada de conexões, a possibilidade de comunicação entre seus usuários e, com isso, relações de troca (MAGNANI, 2010).

Ao mesmo tempo que essas conexões mostram uma nova maneira das pessoas se relacionarem entre si e com os espaços da cidade, em alguns casos, a ausência do apelo social e a falta de objetividade e de qualificação técnica e política dos militantes que atuam nesses grupos, somados ao “excesso” da promoção de atividades lúdicas e culturais, acabam camuflando outros problemas também relevantes da cidade, como a desigualdade e a marginalização (HARI, 2017).

Além disso, de acordo com Cardoso (1986), a falta de registros das atividades concretas realizadas por cada um desses grupos, somada a não-comprovação de que esses movimentos seguem direções similares, sendo capazes de apresentarem resultados semelhantes, faz com que eles acabem sendo analisados de forma conjunta, o que dificulta a identificação de suas diferenças, derrotas e táticas vitoriosas, além das distintas formas de mobilização e ações que produzem.

1.3.3. Coletivos e o Mercado imobiliário

Após entender o conceito e funcionamento do urbanismo tático e a forma de atuação dos coletivos urbanos na cidade contemporânea através da autoprodução e da autogestão dos espaços públicos, é importante discutir as contradições desse processo, em especial, sua conveniência ao desenvolvimento capitalista das cidades. Essa prática se torna conveniente ao poder público, uma vez que se apresenta como uma alternativa à incapacidade do Estado em gerir seus bens e serviços diante da constante demanda de redução de gastos. Desta maneira,

O Estado então se ausenta de sua responsabilidade sobre o espaço público, o próprio local da política. Estratégias de privatização dos bens públicos ou do próprio urbanismo tático caem aqui como uma luva (KOGAN, 2016, p.01).

Sem nenhum controle estatal sobre a qualidade e os objetivos envolvidos na produção desses espaços, o resultado que se observa é o

desenho de uma cidade fragmentada, fruto de decisões isoladas, proposta por pequenos grupos organizados dispersos. Além disso, na maioria das vezes, o capital investido nas intervenções realizadas por esses grupos provém dos próprios cidadãos que as organizam, de forma que, ainda que essas ações rápidas, pontuais e baratas, funcionem como um exercício de cidadania capaz de proporcionar novas relações do homem com o espaço, também podem ser consideradas soluções precárias, temporárias e facilmente desativáveis (KOGAN, 2016).

Apesar dessas limitações, é fato que essas ações proporcionam melhorias consideráveis aos locais de intervenção e seus entornos. E, indo completamente em direção oposta aos anseios dos coletivos – que lutam pelo direito do cidadão à cidade, e portanto por “uma cidade para todos” –, acabam desencadeando um processo de valorização fundiária, e, possivelmente, de gentrificação, decorrente da valorização desses locais estimulada pelo mercado imobiliário que se utiliza das melhorias provenientes da atuação dos coletivos para seu próprio benefício.

1.4. ZEPEC - Zona Especial de Preservação Cultural

Nesse momento cabe uma pequena discussão sobre a forma com que o poder público municipal tem concebido e promovido a participação popular na identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural através da criação de benefícios urbanísticos, como a transferência do potencial construtivo, por exemplo.

Segundo consta no site da Prefeitura Municipal de São Paulo:

A Transferência de Potencial Construtivo é um instrumento instituído pelo Estatuto da Cidade, em 2011, que tem por objetivo transferir os potenciais construtivos do lote, que por força de lei, é afetado por restrição imposta pelo Poder público.

A transferência do potencial construtivo de um lote com restrições urbanísticas para outro lote com capacidade de infraestrutura adensável foi uma das soluções encontradas para beneficiar o proprietário do imóvel que sofreu restrição. A transferibilidade do Potencial Construtivo pode ser concedida pelo Poder Público por meio da Outorga Onerosa do Potencial Construtivo Adicional ou entre particulares (...).

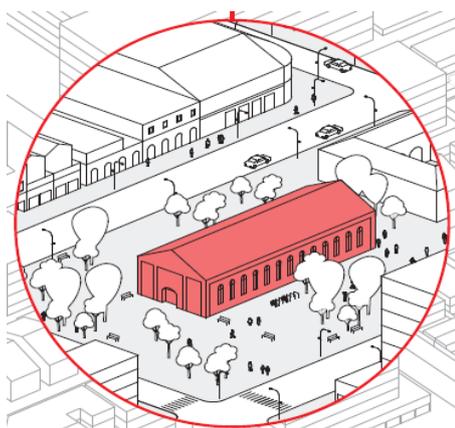
Além disso, um instrumento que, além do tombamento, do Inventário do Patrimônio Cultural, da Chancela da Paisagem Cultural e do Registro do Patrimônio Imaterial, vem sendo utilizado pela Prefeitura de São Paulo desde 2014 para viabilizar a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade são as ZEPECs (Zonas Especiais de Preservação Cultural).

Tratam-se de porções de território destinadas à preservação e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, podendo se configurar como elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído (PMSP, 2016).

Além disso, apesar de buscar valorizar bens culturais como a identidade dos bairros e das áreas de interesse histórico-cultural, as ZEPECs extrapolam o tombamento do local ou região, superando a preservação de imóveis ou bairros através da criação de áreas de proteção da cultura e memória, com diferentes graus de preservação, inclusive com incentivos fiscais para manutenção. Desta maneira, as ZEPECs envolvem os imóveis ou áreas tombadas pelo patrimônio histórico, cultural e arquitetônico através de leis municipais, estaduais ou federais e; os territórios que a integram tornam-se também patrimônios culturais.

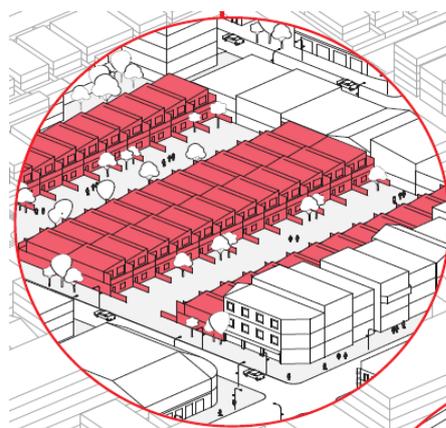
De acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, as Zepecs podem ser de quatro tipos (figs. 8 a 11).

ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO CULTURAL - ZEPEC



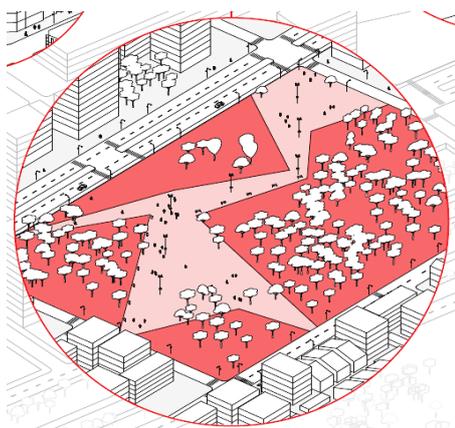
1) Bens Imóveis Representativos (BIR)

Elementos construídos, e suas respectivas áreas, com valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico e cultural, que tenham valor referencial.



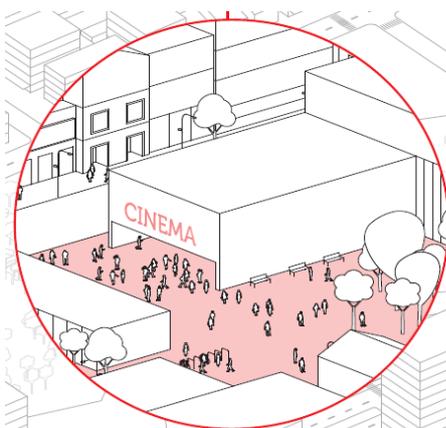
2) Áreas de Urbanização Especial (AUE)

Porções do território ou conjuntos urbanos com características singulares para a comunidade.



3) Áreas de Proteção Paisagística (APPa)

Locais com características ambientais, naturais ou antrópicas significativas.



4) Área de Proteção Cultural (APC)

Imóveis de produção e fruição cultural, espaços significativos para manutenção da identidade e memória.

Figuras 8 a 11: ZEPECs. PMSP

MAPA DE IMÓVEIS E TERRITÓRIOS ENQUADRADOS COMO ZEPEC E INDICADOS PARA TOMBAMENTO

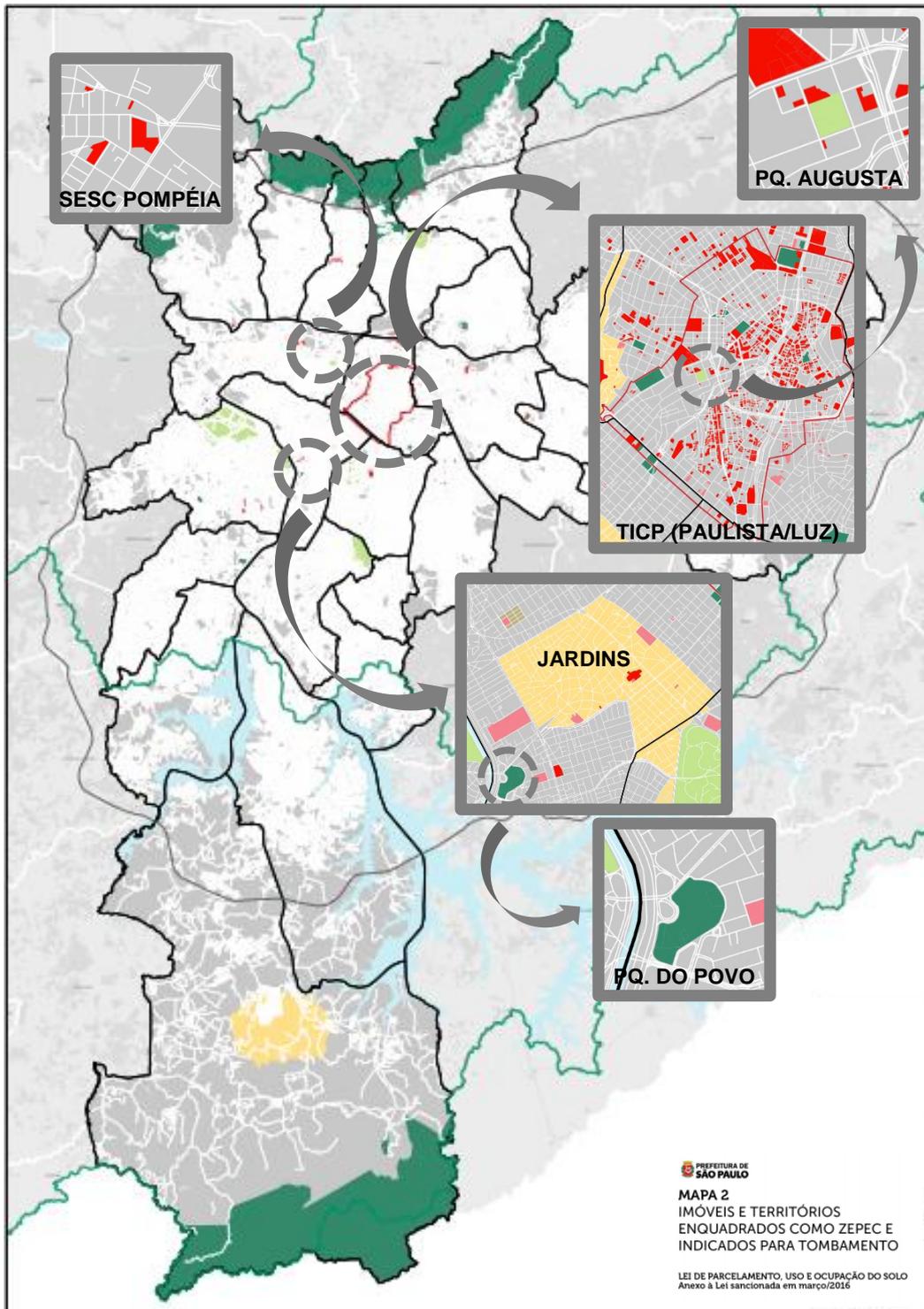


Figura 12: Intervenção da autora sobre Mapa 2 – Imóveis e territórios enquadrados como ZEPEC e indicados para Tombamento. Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo. Anexo à Lei sancionada em março/2016. Fonte: PMSP

De acordo com o mapa da figura 12, os cinco casos apresentados nesse trabalho se referem às ZEPECs, sendo: o Parque do Povo uma Área de Proteção Paisagística (APPa); o Parque Augusta um Bem Imóvel Representativo/ Área de Proteção Paisagística (BIR/APPa) e estando inserido dentro de um Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP Paulista/Luz) – o mesmo em que o Cine Belas Artes -; os Jardins, Áreas de Urbanização Especial (AUE) e; o Sesc Pompeia um Bem Imóvel Representativo (BIR). Mas o que isso significa e por que, nos dias de hoje, é importante pertencer a uma ZEPEC?

Apesar de muitos edifícios e territórios terem sido tombados e considerados bens de valor patrimonial, é comum que, com o desenvolvimento das cidades e a falta de políticas públicas voltadas para esses bens, esses lugares desapareçam. Sendo assim, a criação de zonas de preservação e seu registro nos planos urbanísticos se apresentam como uma possibilidade de se preservar além das qualidades locais, a memória urbana – visto que englobam não apenas um imóvel, mas todo seu entorno (SCHICCHI, 2015).

Assim, uma vez demarcadas, essas zonas podem prefigurar um outro nível de preservação: o da paisagem cultural. Apesar da Recomendação de Nairóbi (UNESCO, 1976) já tratar a questão da paisagem – considerando a diversidade cultural, religiosa e social dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência, que de acordo com o documento, deveriam ser considerados em sua globalidade, compreendendo tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes, constituindo um patrimônio universal insubstituível - é a partir da década de 1990, especialmente de 1995, com os debates do Conselho de Ministros da União da Europa Ocidental (UEO), que se institucionalizou a noção de paisagem e sítio histórico como patrimônio e, com isso, preservação da “paisagem cultural”, que pode ser compreendida como:

A expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é o resultado de ação ou cuidados especiais de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Considerando que o Brasil reconhece a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural (formado por bens de natureza material e

imaterial, tomados individualmente ou em conjunto e portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira), por meio da Portaria Federal nº 127, de 30 de abril de 2009, o IPHAN estabeleceu a criação da chancela das paisagens culturais brasileiras:

Art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (...)

Art. 2º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Art. 3º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Art. 4º A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

Este regulamento amplia o conceito de patrimônio cultural fazendo-o indivisível do território (SCHICCHI, 2015). Nesse sentido, ameaçados pelo fenômeno contemporâneo de expansão urbana subjugada aos ditames do mercado imobiliário, os parques escolhidos como objetos de estudo neste trabalho não apenas estão inseridos dentro de uma ZEPEC e, portanto, concebem uma paisagem cultural urbana, mas também – e, principalmente, - apresentam uma relação histórica entre seus territórios e seus entornos e usuários.

O Parque do Povo, que há 80 anos trazia vida à bucólica região de sítios e várzeas, com o passar dos anos, acabou sendo praticamente engolido pelo ritmo frenético das grandes avenidas e altos edifícios que o cercam, apresentando atualmente uma relação de segregação com seu entorno: ao mesmo tempo que seu espaço, assim como o de seus arredores, foi elitizado e ambos passaram a ser frequentados por uma população mais abastada que ali

trabalha ou reside, com suas grades e portões ele também se isola de seu entorno e de sua dimensão pública, tornando-se de difícil acesso, principalmente para aqueles trabalhadores que, vindos das periferias, precisam fazer sua travessia para acessar os pontos de ônibus ou a estação de trem.

Além disso, apesar do envolvimento da população em seu processo de preservação, não se garantiu o resguardo de sua história e memória. Reconhecido pelo seu valor na prática de atividades coletivas, principalmente pela presença dos times de futebol de várzea, hoje, o parque conta com uma excelente estrutura e oferece diversas atividades – inclusive coletivas – aos seus frequentadores, porém é possível notar que a maioria das práticas que ali ocorrem são realizadas individualmente, como corridas, passeios de bicicleta e de skate, representando um rompimento com as práticas culturais que configuraram a região na década de 1930.

Por isso, esse parque é um exemplo de como as transformações pelas quais uma cidade ou área passam, quando não se preocupam com a manutenção dos aspectos patrimoniais provenientes da ligação de um local com sua história e com a população, podem descaracterizar sua paisagem a ponto de perder suas referências históricas e o que aquele espaço significou na construção daquele bairro ou da cidade, e mesmo na vida de quem o frequentou ou habitou seus arredores.

Já no terreno do Parque Augusta, apesar da demolição de quase todo o edifício que havia no local, a conservação de seu bosque e sua permanência enquanto última área livre de edificações presente numa região extremamente consolidada, há anos tem chamado atenção de muitos ativistas, moradores e frequentadores da região para sua preservação. Além disso, sua proximidade com o centro faz com que ele esteja presente no trajeto de muitos pedestres que por ali transitam, colaborando para que o parque, quando executado, seja incluído no cotidiano de muitos deles.

Ora economicamente em ascensão, ora em decadência, a região em que o terreno se encontra é marcada pela diversidade de usos, grupos, gêneros e classes. Essa variedade, somada à recente valorização da área,

desencadeou olhares e interesses antagônicos em relação ao seu destino. Em seu processo de preservação, houve um intenso envolvimento da população e de empresas privadas, sempre assessoradas pelo poder público. A ideia é que se preserve o território, mantendo as relações já existentes no local e proporcionando à cidade mais um espaço de convívio de qualidade, preservando suas características culturais, preservando sua memória e, se possível, tornando-o um local de gestão compartilhada.

Dessa maneira, o Parque Augusta seria um exemplo conspícuo de como os elementos circundantes de um edifício já não existente podem servir ao propósito de manter viva, em alguma extensão, a memória, a paisagem e a história que representa. Os bosques do parque, remanescentes da época do palacete Uchôa, e os poucos resquícios de construção desse edifício, como alguns portais, mantêm aceso o ideário histórico e de convivência pública dessa região, a despeito da demolição do edifício original e da transformação física ocorrida ao redor desse quarteirão.

Dessa forma, este estudo não só reforça a importância da descentralização do poder estadual e municipal perante os processos de preservação dos lugares, estimulando ainda mais a incorporação da população ao longo de todo esse processo – que vai desde a identificação dos patrimônios culturais, passando por seu tombamento, até a implantação de um projeto e a adoção de uma gestão comunitária, como também alerta para a necessidade de se tornar prioridade, dentro dos programas de zoneamento e planejamento urbano, leis e diretrizes que, como as ZEPECs, estabeleçam critérios que visem a aprimorar o cenário de avanço econômico e social, minimizando os impactos gerados pela falta de planejamento municipal. Quanto à gestão compartilhada desses espaços, pressupõe-se que ocorra a divisão das decisões entre o poder municipal e a sociedade civil, isentando dos privilégios decisórios qualquer que seja a parte envolvida.

2.1. Casos de estudo – Parques do Povo e Augusta

Para que se compreenda de que forma a cidade de São Paulo foi crescendo a partir do século XIX e as mudanças morfológicas que os bairros do Itaim Bibi e da Consolação – nos quais os parques estudados estão inseridos – sofreram dentro desse contexto, apresentam-se breves relatos históricos sobre os mesmos. Assim, ainda que não se pretendesse tratar de maneira exaustiva a história do desenvolvimento da cidade de São Paulo e dos bairros mencionados acima, foram feitas pesquisas em arquivos públicos, bibliotecas, jornais e blogs, de forma a obter dados históricos, mapas, imagens e registros fotográficos que, juntamente com as bases teóricas estudadas, enriqueceram o entendimento do papel dessas regiões no contexto da metrópole, contribuindo com outras discussões que serão posteriormente retomadas.

Neste trabalho, optou-se pela abordagem da história da cidade a partir da ascensão do café - que, no final do século XIX, tornou-se a principal atividade econômica do país - e da industrialização, que teve início na década de 1930. Esses fatores induziram uma nova dinâmica econômica nas cidades brasileiras e, portanto, novos problemas no âmbito urbano.

No caso de São Paulo, com a chegada de imigrantes açorianos, espanhóis, italianos, ingleses e norte-americanos, entre o final do século XIX e início do XX, vieram também o trabalho, o capital para desenvolverem a exploração da madeira, indústria extrativa, exportação do café, instalação de empreendimentos bancários e a construção das ferrovias paulistas (LOPES & TOLEDO, 1988).

Desse modo, no final do século XIX, o núcleo central de São Paulo, que até então pouco tinha se desenvolvido, expandiu-se, dando origem aos primeiros bairros estritamente residenciais: nos locais mais altos, próximos ao centro inicial, instalaram-se as residências médias e burguesas; nas áreas de várzea do Tietê e adjacências, próximos às indústrias e às estradas de ferro surgiram os primeiros bairros operários e; nas regiões mais próximas ao

espigão da Av. Paulista, instalou-se a elite aristocrática oriunda do café, mais tarde envolvida com o ramo do comércio e da indústria, como apontam Lopes & Toledo (1988). Hoje essa porção do território que era ocupada pelas classes mais abastadas configura-se numa das áreas mais nobres e consolidadas da cidade, formando os atuais bairros de: Sumaré, Aclimação, Perdizes, Higienópolis, Jardim Paulista, Paraíso, Cerqueira César, entre outros.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade começava a ganhar o protagonismo do desenvolvimento econômico com a perda de prestígio do café. O crescimento da malha urbana, os acelerados processos de adensamento populacional, a diversificação das funções urbanas, além da expansão do sistema rodoviário, consolidou a cidade industrial. Iniciaram-se diversas transformações econômicas, sociais e políticas: o significativo aumento no número de empresários e operários ampliou a classe média, e a nova classe operária, constituída em quase sua totalidade por imigrantes familiarizados com os movimentos socialistas na Europa, inaugurou no Brasil um novo tipo de relacionamento entre patrões e empregados (LOPES & TOLEDO, 1988).

Nesse período, especialmente pelo fato das moradias em que os operários se acomodavam serem extremamente precárias (vilas operárias construídas pelos donos das fábricas, cortiços e favelas), e também pelo fato das leis trabalhistas serem pouco abrangentes e respeitadas, as greves começaram a fazer parte do repertório de ações coletivas da classe operária. Através delas, os trabalhadores reivindicavam seus direitos, algo inédito e até então um padrão de comportamento desconhecido pela classe dominante e pelo governo.

Essas manifestações, embora não se configurassem como um movimento social propriamente dito por acontecerem na maioria das vezes de forma isolada e pontual (por meio de protestos ou rebeliões), foram responsáveis por transformar demandas em reivindicações (GOHN, 2000), sendo capazes de moldar a cidade e a sociedade, impactando diretamente nos espaços e nas suas transformações.

Essas novas formas de relações entre pessoas e espaços que marcaram as primeiras décadas do século XX configuraram uma nova fase de

desenvolvimento em toda a cidade. No que tange ao estudo dos bairros que abrigam os parques estudados neste trabalho – quais sejam, o Itaim Bibi e a Consolação -, é preciso mencionar que, seguindo os acontecimentos e a dinâmica descritos, assim como a maioria dos bairros paulistas, ambos passaram por uma transformação considerável em relação não só à sua configuração social como também a seu desenho urbano.

Embora não contíguos, a Consolação e o Itaim Bibi apresentavam dois cenários muito comuns na cidade: áreas de várzea com suas atividades e campos de várzea e, áreas envoltórias do centro principal, que possuíam chácaras, que, principalmente a partir de meados da década de 1950, foram desaparecendo com a expansão do centro e a especulação imobiliária para construção dos edifícios em altura.

As transformações físicas, econômicas e sociais pelas quais esses bairros passaram juntamente aos movimentos sociais que atuaram sobre seus territórios impactando na forma de concepção e eleição de seus espaços de uso coletivo é que configuraram, neste trabalho, o estudo de dois parques: o Parque do Povo e o Parque Augusta. Territórios totalmente inseridos na malha urbana, ambos acabaram se configurando como “parques” não por um decreto público - como é costume - mas devido à sua apropriação pelos cidadãos. Dessa maneira, os dois permitiram uma nova reflexão sobre planejamento, desenho urbano e definição de leis de uso e ocupação do solo.

Originalmente tidos como propriedades privadas, foi graças às suas localizações e à forma como foram sendo ocupados que, em momentos distintos na história do desenvolvimento da cidade, esses dois locais foram apropriados e utilizados como parques pela população. Aos poucos as características de cada uma dessas áreas foram sendo construídas: no Parque do Povo em meados de 1930, com a ocupação pelos times de futebol de várzea e o Parque Augusta, na década de 1980, ocupado pela sociedade que o tinha como palco para manifestações culturais e musicais.

Através da sobreposição de usos e o acúmulo de significados, esses espaços, como tantos outros presentes na metrópole paulistana, configuraram-se enquanto “lugares” privilegiados, dotados de infraestrutura, tornando-se alvos de disputas e contradições.

2.1.1. O Itaim Bibi e o Parque do Povo

A história do Itaim Bibi

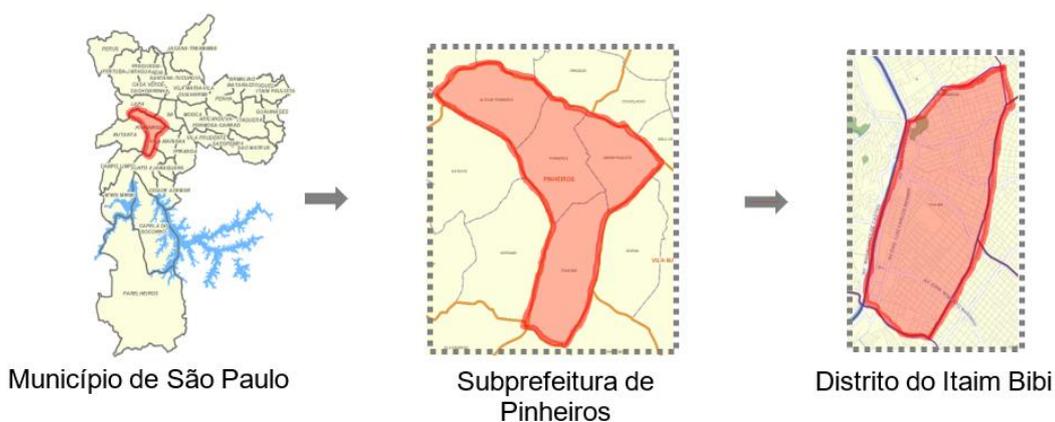


Figura 13: Intervenção da autora sobre Mapa Base apontando localização do Itaim Bibi.
Fonte: PMSP, GeoSampa.

Situado na Zona Oeste de São Paulo, hoje o Itaim Bibi, juntamente com os distritos de Pinheiros, Alto de Pinheiros e Jardim Paulista, faz parte da subprefeitura de Pinheiros (Fig. 13) e abrange os seguintes bairros: Brooklin, Brooklin Novo, Chácara Itaim, Cidade Monções, Itaim Bibi, Jardim das Acácias, Jardim Edith, Vila Cordeiro, Vila Funchal, Vila Gertrudes, Vila Olímpia e Vila Uberabinha (PONCIANO, 2002).

Analisando sua paisagem urbana, pode-se afirmar que o bairro se conformou em três períodos evolutivos: o primeiro se constitui na transformação da área de várzea em um grande sítio; o segundo é marcado pelo loteamento da área e seu processo de extensão urbana até sua consolidação enquanto bairro e; o terceiro representa o processo de verticalização ocorrido na região até os dias de hoje.

Durante o século XIX, a extensa área de várzea onde hoje se encontra o Itaim Bibi servia como uma passagem obrigatória aos que desejavam chegar a Santo Amaro, vindos do Centro ou de Pinheiros. Esta área passou por vários proprietários, transformou-se em chácara e posteriormente foi loteada. De acordo com Lopes & Toledo (1988), o grande sítio que, em 1858, pertencia à dona Joaquina Duarte Ferraz, passou em três décadas por sucessivas vendas e transferências de posse, até que foi vendido para o general José Vieira Couto de Magalhães. Nessa ocasião a chácara possuía uma área de 120 alqueires e

fazia divisa com a Estrada de Santo Amaro, até o Córrego Uberabinha (próximo à atual Rua das Fiandeiras), o Córrego Verde (proximidades do Shopping Iguatemi) e, nos fundos, uns 3 km, com o Rio Pinheiros.

Com a morte do general e posteriormente a morte de seu filho, em 1907, essas terras foram adquiridas em hasta pública pelo irmão do general, Dr. Leopoldo Couto de Magalhães, por 30 contos e dez mil réis. O baixo valor pelas quais elas foram adquiridas se justifica pelo fato de que, nessa época, enquanto já se apresentavam os efeitos da especulação imobiliária no alto custo dos terrenos na cidade, as áreas de várzea, como era o caso do Itaim Bibi, eram desprezadas e consideradas sem valor econômico, uma vez que apresentavam alto risco de inundação, difícil acesso à água potável e constante presença de lama e charco.

Em 1916, Dr. Leopoldo e sua família se firmaram na região. A propriedade foi aumentada para 148 alqueires, aproximadamente 358 mil metros quadrados, e, devido à grande quantidade de herdeiros, as terras foram rapidamente ocupadas, dando início ao nascimento do bairro. Seu nome, Itaim Bibi, originou-se de “Itaim”, que em tupi-guarani significa “pedra pequena” e “Bibi”, apelido de Leopoldo Couto de Magalhães. Para não haver confusão com o Itaim Paulista – antigo bairro que remete à fundação da capital, oficializado como “Itaim” em 1600 pela Ordem do Carmo – o povo se referia à região como “Itaim do Bibi”, o que, anos mais tarde, acabou se oficializando.

Entre 1910 e 1920, parte do sítio foi loteada. Uma parte das terras foi distribuída entre os herdeiros de Couto de Magalhães (Fig. 14), enquanto a outra parte (loteada em pequenas chácaras de um hectare) foi vendida a imigrantes italianos, portugueses e outros que vinham diretamente da Europa ou de outras regiões de São Paulo, como por exemplo o Bexiga, onde os terrenos estavam ficando cada vez mais caros. Nesse mesmo período, surgiram também as primeiras ruas, que funcionavam como passagens entre as chácaras (LOPES & TOLEDO, 1988).

As áreas mais elevadas foram as primeiras a serem ocupadas. Já aquelas às margens do rio e córregos adquiriram maior importância anos depois, com realização das obras de retificação do Rio Pinheiros, que tiveram início em meados de 1940. Até a década de 1930, a ocupação da área se

restringiu ao quadrilátero formado pelas Av. Nove de Julho, Av. Juscelino Kubitschek (Córrego do Sapateiro), Av. São Gabriel e Rio Pinheiros antes de sua retificação (LOPES & TOLEDO, 1988). Enquanto isso, os locais mais distantes das principais vias de conexão do bairro - como por exemplo a Vila Olímpia, que também fazia parte da Chácara Itaim e que, até os anos 20 também era formada por terrenos alagadiços e por pequenas chácaras que comercializavam hortifrutigranjeiros - tiveram um desenvolvimento bem mais lento que o restante da região (PONCIANO, 2002) (Fig. 15).

LEVANTAMENTO E DIVISÃO JUDICIAL DO SÍTIO ITAHIM

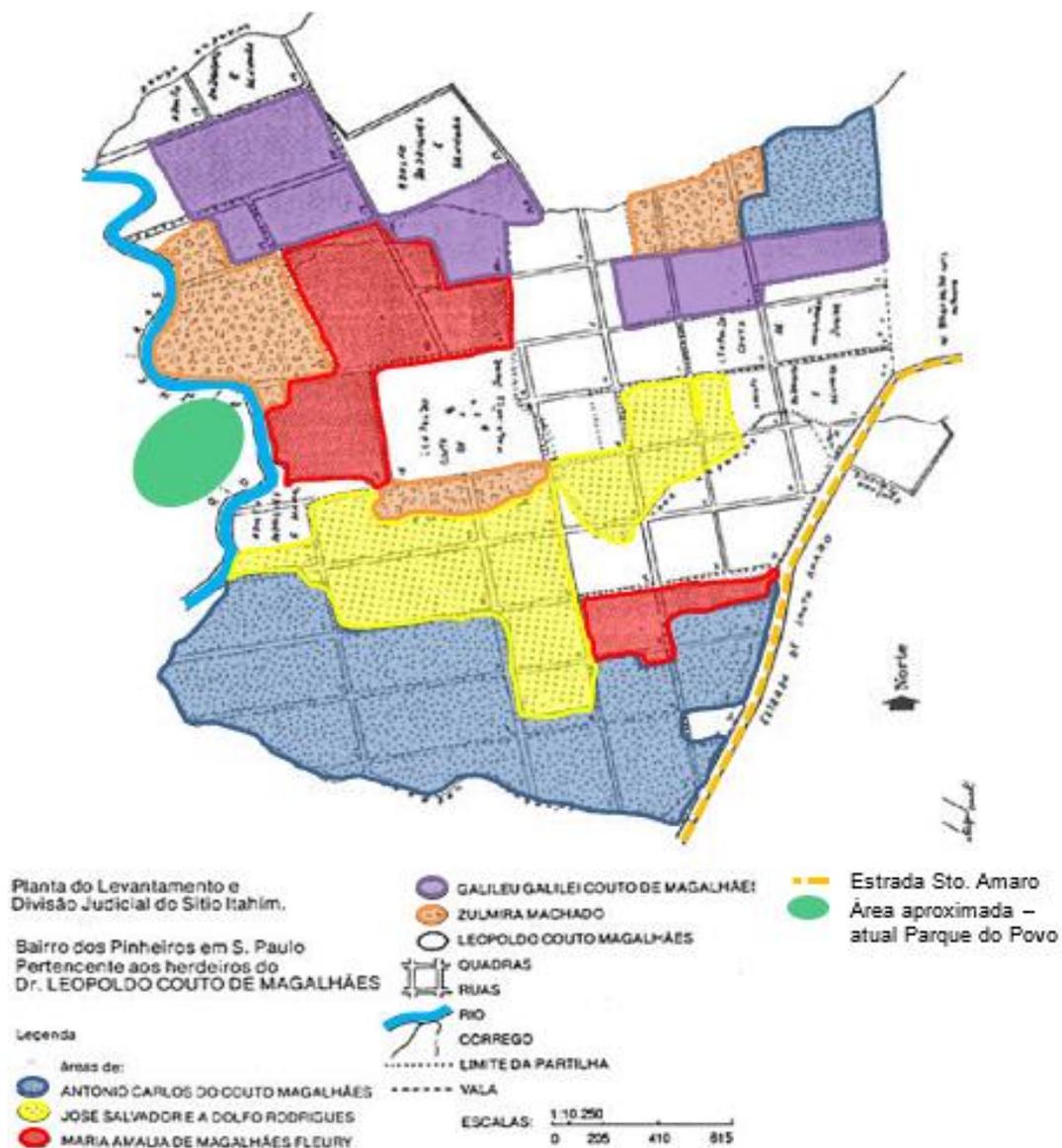


Figura 14: Intervenção da autora sobre Planta do Levantamento e Divisão Judicial do Sítio Itaim. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.20

LOCALIZAÇÃO DAS PRIMEIRAS CHÁCARAS DO ITAIM, 1930

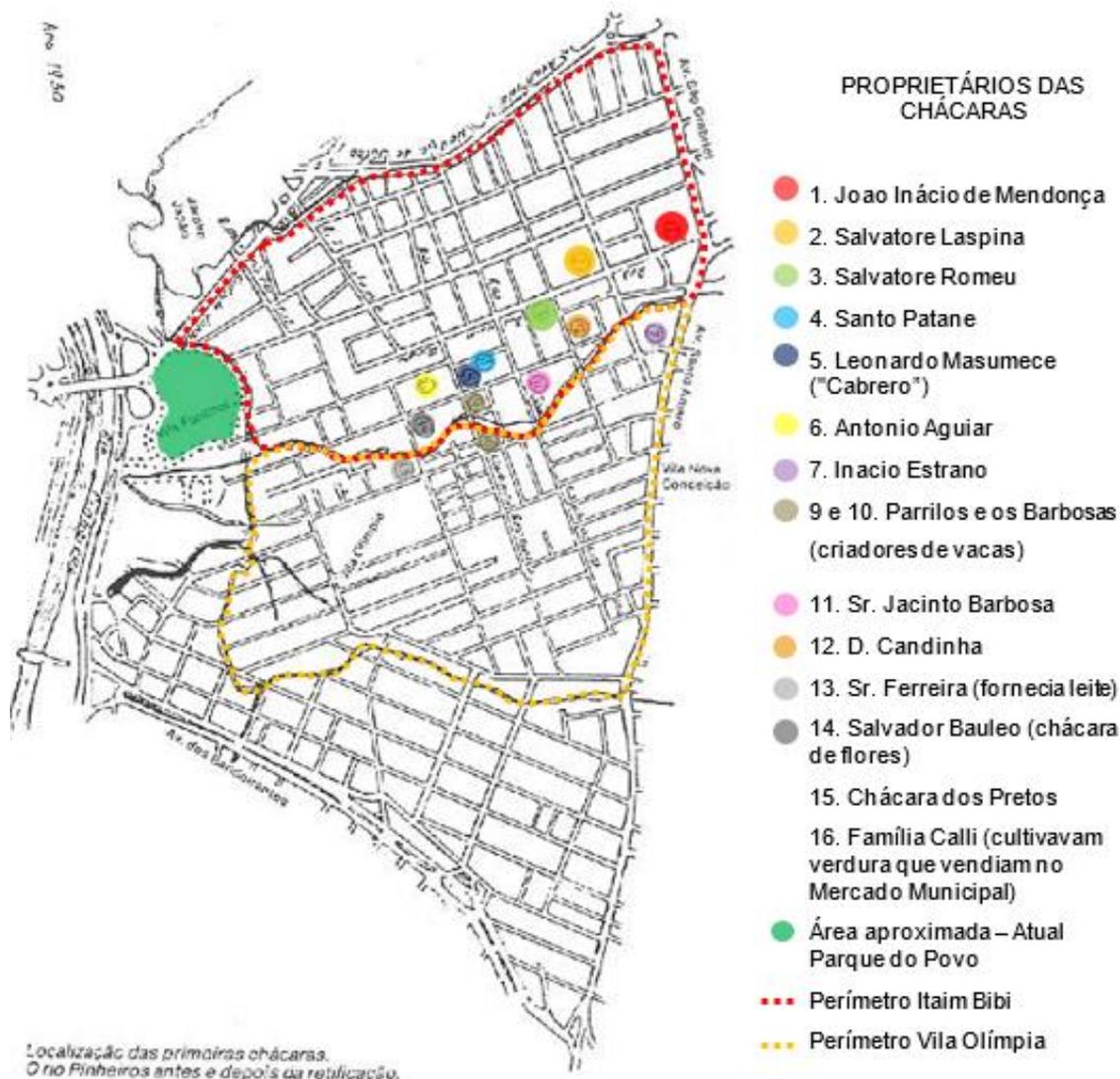


Figura 15: Intervenção da autora sobre Planta de localização das primeiras chácaras do Itaim, 1930. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.18

Acostumados ao trabalho manual e braçal, os imigrantes que ali se instalaram começaram a produzir em suas chácaras verduras e legumes para o abastecimento local e de bairros vizinhos. Esse serviço era feito pelos próprios chacareiros, enquanto a venda e distribuição de leite fresco era feita por intermediários – devido à sua grande procura. Mais tarde, teve início o comércio de flores, em sua maioria plantadas e comercializadas por portugueses e consumida por casas mais abastadas de bairros vizinhos (LOPES & TOLEDO, 1988).

No decorrer dos anos, alguns desses primeiros proprietários se mudaram dali, enquanto outros mantiveram suas terras em família. A maioria

dos herdeiros do Dr. Leopoldo Couto de Magalhães que ali possuíam amplas casas, rodeadas de jardins, passaram a lotear suas terras, construindo uma espécie de loteamento popular: com lotes de 10x50 metros, atendiam uma faixa de pequenos comerciantes, homens de ofício e empregados do comércio. Ao contrário do que ocorreu em outros bairros da cidade, como a Aclimação (cujo loteamento foi feito por uma cia francesa) e os Jardins América e Europa (cujo loteamento foi feito pela Cia inglesa City), no Itaim ele foi realizado pelos próprios proprietários, que venderam e compraram terrenos sem nenhum plano urbanístico (LOPES & TOLEDO, 1988).

Com o crescimento das fábricas em São Paulo e o aumento considerável do número de trabalhadores, parte dos operários passaram a se instalar no bairro, uma vez que o mesmo apresentava uma localização vantajosa, variedade de conexões com o restante da cidade e um valor convidativo dos terrenos. Isso acabou reforçando ainda mais seu aspecto de bairro residencial popular.

Nessa época, grande parte dos moradores do Itaim trabalhava para famílias mais abastadas de bairros vizinhos, como o Jardim América e Higienópolis. As mulheres geralmente assumiam cargos de domésticas, governantas e costureiras, e os homens atuavam nos ramos da construção, carpintaria, marcenaria e funilaria. O aspecto das residências do bairro era uniforme (Figs. 16 a 18), sendo uma ou outra construção mais requintada pertencente aos donos dos loteamentos ou a algum morador bem-sucedido, que, à medida que ia obtendo uma realidade mais diferenciada em relação ao restante da comunidade, transferia-se para uma zona mais nobre (LOPES & TOLEDO, 1988).

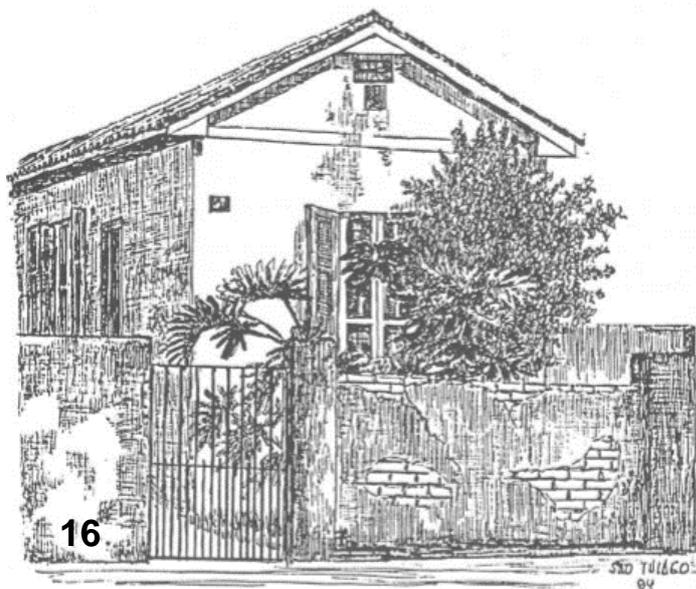
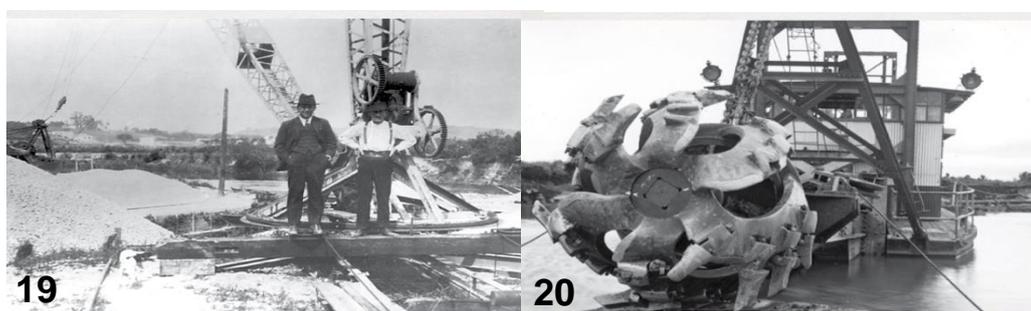


Figura 16: A casa nº5 da R. Atilio Inocenti – (Rua Pequena). Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.35

Figura 17: Residência de imigrante português na Rua José Várzea, 1934. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.93

Figura 18: Edificação de uso misto. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.33

Nesse mesmo período, as áreas de várzea às margens do rio eram marcadas por imensos capinzais, vez ou outra interrompidos pela instalação de alguma olaria, portos e equipamentos para secagem, peneiramento e armazenamento de areia. Essa exploração era feita por particulares e também pela Companhia City. No rio, batelões cheios de areia trafegavam lentamente em direção ao porto (Figs. 19 e 20).



Figuras 19 e 20: A extração de areia do leito do rio. S/D. Fonte: DPH

Também era comum que, entre 1920 e 1930, as áreas alagadiças às margens dos rios paulistanos servissem para atividades de recreação e práticas esportivas. O Parque do Povo, por exemplo, é um dos espaços que

teve sua gênese nesse processo de ocupação das várzeas dos rios. No entanto, ressalta-se que esse tipo de atividade praticamente se extinguiu com o processo de retificação dos rios e a incorporação das regiões de várzea à estrutura urbana, valorizando-as e desencadeando mudanças consideráveis no perfil habitacional dessas áreas (MAGNANI & MORGADO, 1996).

Com a enchente ocorrida em 1929 no Rio Pinheiros, toda a região das várzeas sofreu inundações. Um dos motivos apontados foram as obras de canalização, retificação e alargamento do rio, promovidas pela Light, que já explorava a região desde 1907, quando construiu a represa de Guarapiranga e a linha de bondes elétricos Santo Amaro (SANTA ROSA, 2011). A partir disso, a empresa passou a participar ativamente do desenvolvimento do bairro: à medida que se apropriou das áreas inundadas, desapropriou grande parte dos proprietários daquelas terras. Alguns deles conseguiram reaver seus terrenos, mas anos depois acabaram endividados e os venderam; outra parte deles abriu mão da indenização que receberiam da empresa em troca de outro terreno. Nesse período, a infraestrutura do local ainda era precária (Figs. 21 e 22): as ruas não tinham pavimento nem iluminação e havia muita lama (LOPES & TOLEDO, 1988).



Figura 21 Itaim Bibi, rua não identificada, sem calçamento nem pavimentação, com poças de água e muita lama, 1950. Fonte: AHSP

Figura 22: Bairro do Itaim Bibi, 1950. Fonte: SANTA ROSA, 2011, p.31

A partir dos anos 1960, com os preços dos terrenos ainda baixos, com grande quantidade de áreas vazias e ausência de restrições construtivas impostas pelos agentes que lotearam o bairro, o Itaim Bibi sofreu um intenso

processo de valorização e especulação imobiliária, levando-o a intenso processo de verticalização. Lojas começaram a se instalar no local até que, em 1970, houve uma explosão do setor comercial: com o apoio do governo e com o intuito de criar novos centros comerciais na cidade, multinacionais se instalaram no local (Figs. 23 a 25). Em continuidade, valorizando ainda mais os terrenos, executou-se a obra viária e de saneamento ao longo do Córrego do Sapateiro, que foi canalizado sob a Avenida Juscelino Kubitschek – considerada hoje uma das principais artérias do centro financeiro de São Paulo – o que possibilitou novos fluxos e conexões na região (LOPES & TOLEDO, 1988).



Figura 23: Depósito de mercadorias das Lojas Mappim no bairro, 1960. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.87

Figura 24: Avenida Faria Lima e Shopping Iguatemi, 1970. Fonte: Folha de SP, Acervo Zona Oeste, 2012

Figura 25: Itaim Bibi visto do 12º andar de um dos primeiros edifícios do bairro, 1961. Fonte: TINOCO, 2003, p.22

Essas transformações na estrutura viária do bairro e no padrão de ocupação induziram o deslocamento da população de baixa renda para a periferia da cidade e deram também origem à favela JK (Figs. 26 e 27), que

nasceu no canteiro de obras da avenida de mesmo nome e que nos anos 1980 ocupou uma área de 3.050 metros quadrados, com 250 barracos e cerca de 1.200 famílias, na altura da Rua Atílio Innocenti. Durante a gestão do prefeito Jânio Quadros, no final da década de 1980, os moradores da favela foram expulsos do local com a finalidade de que se iniciassem as obras do Boulevard JK - um complexo viário de vias subterrâneas que garantiriam maior fluidez do trânsito na região. Após paralisação da obra, diversas especulações, e até retomada do projeto com a implantação da Operação Urbana Faria Lima, o projeto ainda não foi executado¹⁰.



Figura 26 e 27: Itaim Bibi – Barracos de madeira à beira de avenida não identificada, 1986.
Fonte: AHSP

Ao longo do último século, o núcleo inicial do bairro se modificou progressivamente e o comércio extrapolou seus limites. Junto aos grandes eixos, instalaram-se restaurantes famosos, enquanto pequenos e sofisticados estabelecimentos se instalaram nas transversais. Quanto aos novos moradores do Itaim, a grande maioria deles vive em edifícios de alto padrão, que pouca interação proporcionam entre seus vizinhos.

Em 100 anos, a várzea sem valor adquire importância econômica e o bairro perde seu aspecto bucólico e passa a ter uma ocupação lucrativa. Pouco sobra do antigo Itaim.

¹⁰ PANE, Peri. Avenida Juscelino Kubitschek reflete verticalização das zonas sul e oeste, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/03/1867558-avenida-juscelino-kubitschek-reflete-verticalizacao-das-zonas-sul-e-oeste.shtml>. Acesso em: 21 de março de 2018

Situada na Avenida Nova Faria Lima, a construção conhecida como “casa bandeirista do Itaim Bibi”, primeira ocupação do bairro e antiga sede da fazenda, é o único sítio histórico – além do Parque do Povo - remanescente no bairro (SANTA ROSA, 2011). Originalmente construída em taipa de pilão, a casa funcionou como sanatório (Bela Vista) entre as décadas de 1920 e 1980 e passou por sucessivas vendas, até que, em 1982 foi tombada pelo Condephaat. Em ruínas, foi restaurada em 2008 – onze anos após a elaboração do projeto – juntamente com a construção de um grande edifício de escritórios situado no mesmo lote (Figs. 28 a 32).¹¹.

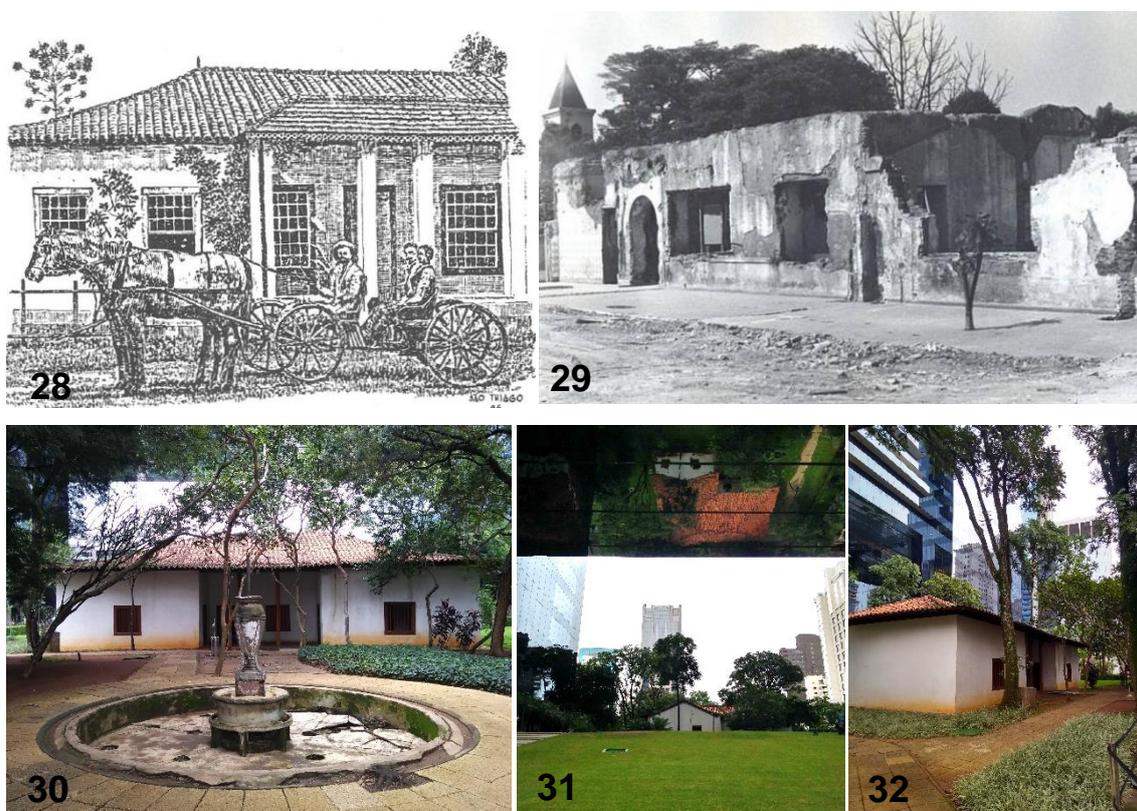


Figura 28: Sede da chácara Itaim, 1913. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.66

Figura 29: Casa do Bandeirista no Itaim Bibi, 1988. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo, 2012

Figuras 30 a 32: Situação atual da casa do Sítio do Itaim Bibi, 2019. Fonte: Acervo pessoal

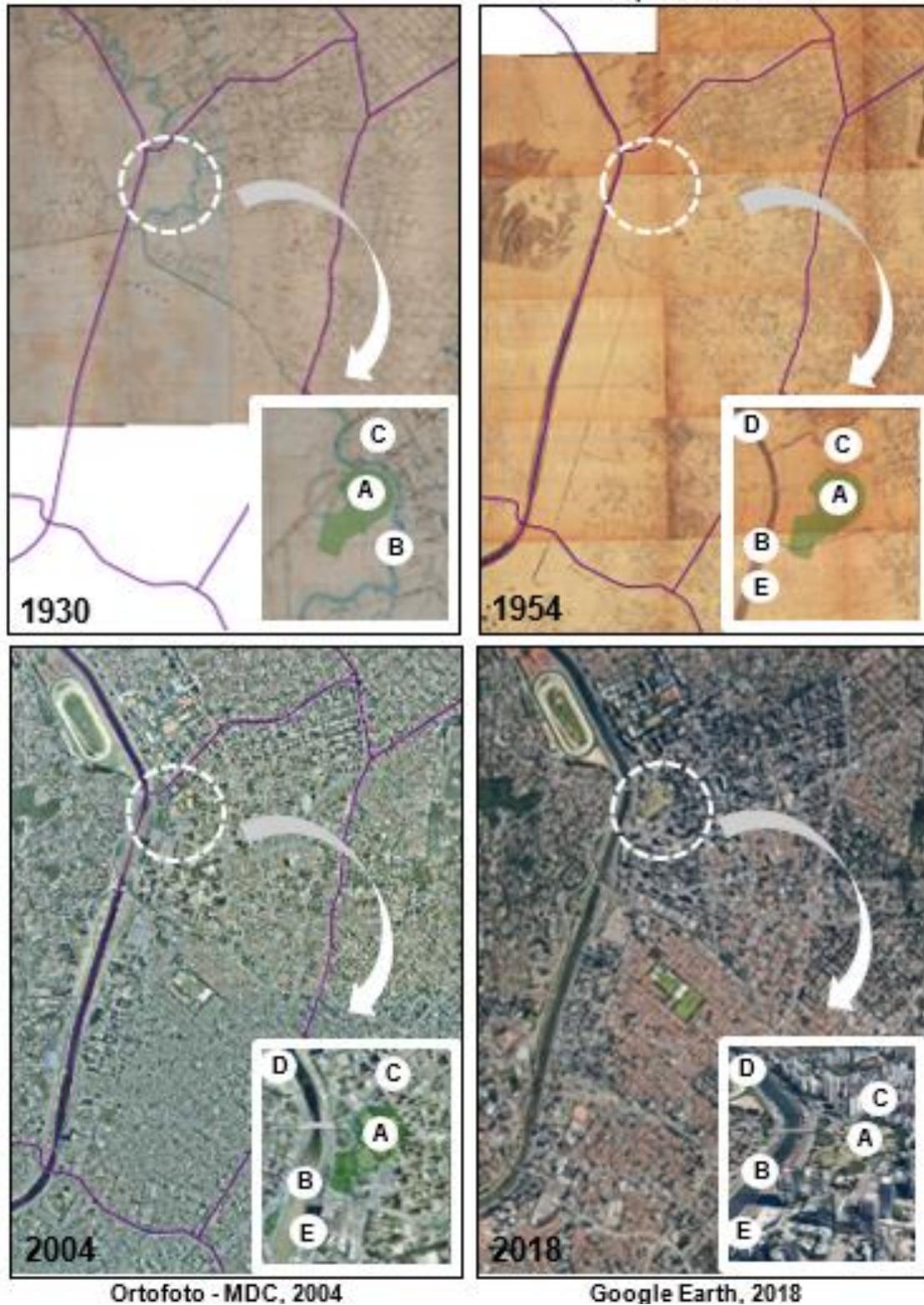
¹¹ MAYUMI, Lia. Resgatar das ruínas: a casa bandeirista do Itaim Bibi. In.: Revista Restauro. Ed. n.0, 2016. Disponível em: <http://web.revistarestauro.com.br/resgatar-das-ruinas-a-casa-bandeirista-do-itaim-bibi/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019

Análise do território

TRANSFORMAÇÃO DA MALHA URBANA: ITAIM BIBI (1930-2018)

Sara, 1930

Vasp Cruzeiro, 1954



LEGENDA

A Parque do Povo

C Av. Cidade Jardim

E Av. das Nações Unidas

B Rio Pinheiros

D Jockey Club

Figura 33: Transformação urbana do bairro do Itaim Bibi (1930-2018). Fonte: Intervenção da autora sobre mapas e fotos aéreas do GeoSampa e Google Earth

Conforme os mapas e fotos aéreas da figura 33, nota-se que em 1930 a área do Itaim Bibi possuía uma ocupação dispersa, um pouco mais densa nas proximidades da já existente Avenida Cidade Jardim e mais fragmentada nas áreas próximas à Estrada de Santo Amaro. Nesse período o Parque do Povo, localizava-se do outro lado do Rio Pinheiros, constituindo-se numa situação praticamente de exclusão do restante do contexto urbano da cidade. Também do lado oposto do Rio Pinheiros, em 1941 foi fundado o Hipódromo de Cidade Jardim (Jockey Club), o que certamente colaborou com a valorização e o desenvolvimento da região.

No mapa de 1954, é possível observar a expansão da malha urbana sentido Santo Amaro (antigo município incorporado à cidade de São Paulo no ano de 1935) de modo que, em 2004, têm-se uma malha absolutamente consolidada em toda a região do Itaim Bibi – situação que pouco se difere do que se observa nos dias de hoje, após o acelerado crescimento urbano ocorrido em praticamente toda a cidade de São Paulo a partir das décadas de 1950 e 1960.

Quanto ao Parque do Povo, embora seu perímetro tenha sido preservado e suas principais modificações estejam relacionadas ao projeto implantado e a seu uso e usuários e não a seu terreno em si, pode-se notar que a agressiva evolução pelo qual o bairro passou com a implementação de grandes e luxuosos edifícios, interferiu diretamente em seu destino, sendo este praticamente engolido por seu entorno.

INDICADORES SOCIAIS, DEMOGRÁFICOS E USO DO SOLO

DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/HA)



LEGENDA

- até 92
- 92 - 146
- 146 - 207
- 207 - 351
- 351 - 30346
- Parque do Povo

Figura 34: Mapa Base Itaim Bibi. Relação entre a população e a superfície do território, segundo censo IBGE 2010. Fonte: PMSP, GeoSampa

USO PREDOMINANTE DO SOLO FISCAL



LEGENDA

- Resid. horiz. baixo padrão
- Resid. horiz. médio/alto padrão
- Resid. vertical baixo padrão
- Resid. vertical médio/alto padrão
- Comércio e serviços
- Indústria e armazéns
- Residencial e Comércio/serviços
- Residencial e Indústria/armazéns
- Comércio/serviços e Ind./armazéns
- Garagens
- Equipamentos públicos
- Escolas
- Terrenos vagos
- Outros
- Sem predominâncias
- Sem informação
- Parque do Povo

Figura 35: Mapa Base Itaim Bibi. Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual 60%) por quadra fiscal. Fonte: PMSP, GeoSampa

ZONEAMENTO

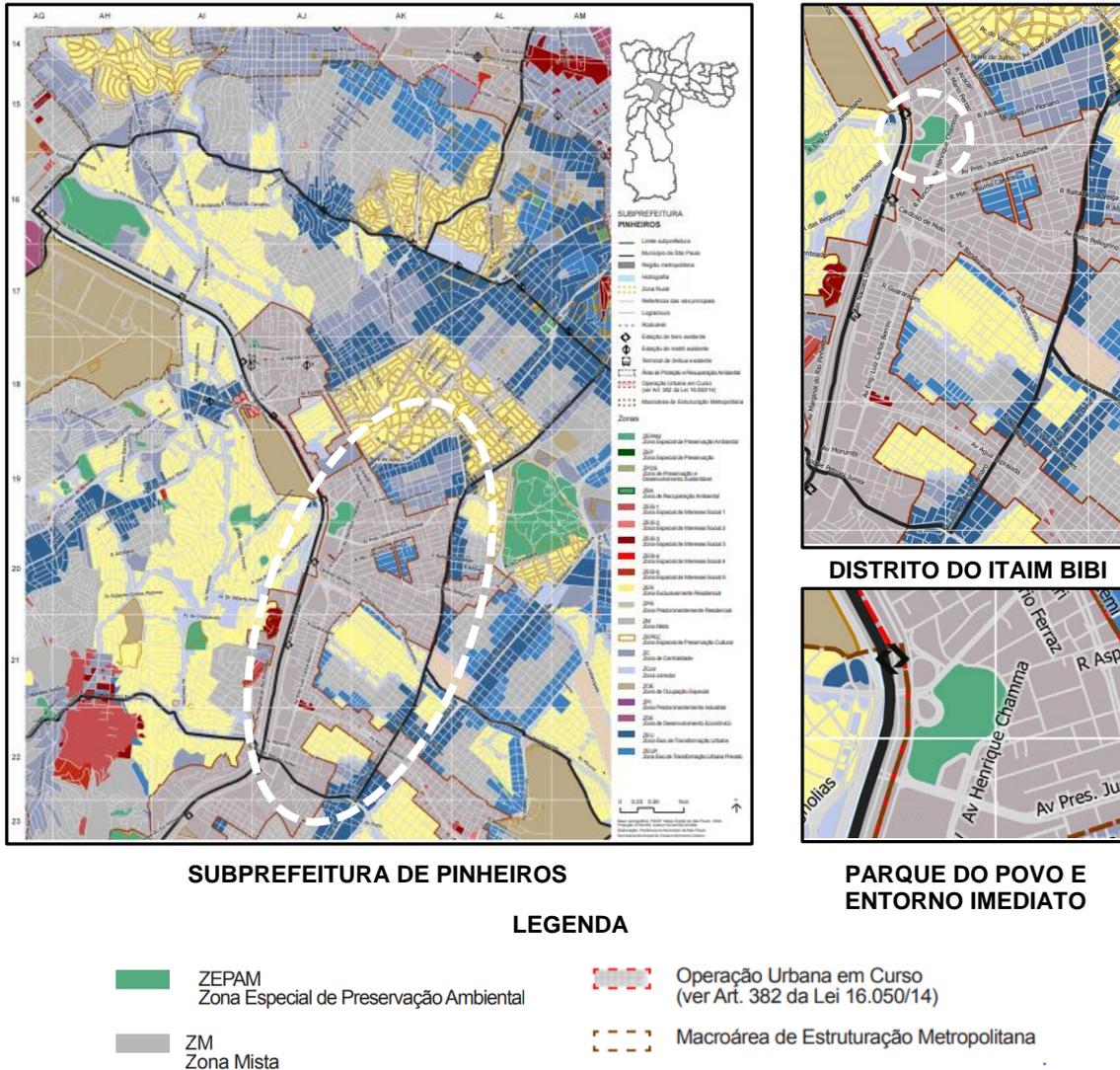


Figura 36: Mapa zoneamento Subprefeitura de Pinheiros. Fonte: PMSP

Analisando o distrito do Itaim Bibi, especialmente a área no entorno do Parque do Povo, pode-se notar que a densidade demográfica da região (Fig. 34) varia de 0 a 146 habitantes por hectare, enquanto os tipos de usos predominantes do solo são: residencial horizontal médio e alto padrão, residencial vertical médio e alto padrão e comércio e serviços (Fig. 35).

De acordo com o zoneamento (Fig. 36), o Parque do Povo se configura como ZEPAM, enquanto seu entorno é marcado predominantemente pela ZM (Zona Mista)¹². Além disso, essa área faz parte da Macroárea de Estruturação

¹² Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPAM: são porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa,

Metropolitana e de uma operação Urbana em Curso – a Operação Urbana Consorciada Faria Lima.

Operação Urbana Consorciada Faria Lima

Tendo o Itaim Bibi adquirido uma conformação socioeconômica e arquitetônica nos moldes em que se encontra hoje, cabe mencionar a Operação Urbana Consorciada Faria Lima, que representa uma proposta de cunho urbanístico relevante para o bairro que se conhece na atualidade.

Em 1988, foi aprovado o Plano Diretor de São Paulo que instituiu a Comissão Normativa de Legislação Urbanística (CNLU) com competência para “aprovar projetos de Operação Urbana”. Instrumentos de planejamento urbano, as Operações Urbanas objetivam a promoção de melhorias urbanas em regiões pré-determinadas e buscam organizar porções diferentes da cidade através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada envolvendo políticas urbanas de caráter fiscal, imobiliário e de solo. Atualmente, a cidade possui quatro Operações Urbanas vigentes: Água Branca, Água Espreiada, Centro e Faria Lima.

Em 2004, com a função de adequar a primeira Operação Urbana Faria Lima (aprovada em 1995) ao Estatuto da Cidade, aprovou-se a Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL). Definida pelo próprio Estatuto da

arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática (...).

Zona Mista – ZM: são porções do território em que se pretende promover usos residenciais e não residenciais, com predominância do uso residencial, com densidades construtiva e demográfica baixas e médias. A principal característica da zona mista é viabilizar a diversificação de usos, sendo uma zona em que se pretende mais a preservação da morfologia urbana existente e acomodação de novos usos, do que a intensa transformação.

(PMSP – Arquivos do Zoneamento, Glossário Parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/glossario_1459538258.pdf f. Acesso em: 24 de abril de 2019).

Cidade como “um instrumento de política urbana gerido de forma consorciada entre o Poder Público e a Sociedade Civil” (PMSP, 2016, p.04), seus principais objetivos são: a melhoria da acessibilidade viária e de pedestres, a reorganização dos fluxos de tráfego, afim de priorizar o transporte coletivo, bem como a criação e qualificação ambiental de espaços públicos e o atendimento habitacional às comunidades que vivem em ocupações irregulares localizadas em seu perímetro ou no entorno imediato.

Abrangendo uma área de 650 hectares, a operação se divide em quatro setores (Pinheiros, Faria Lima - na qual está inserido o Parque do Povo -, Olímpadas e Hélio Pellegrino) e seu perímetro se define em função da interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Eng.º. Luís Carlos Berrini e Cidade Jardim (Fig. 37).

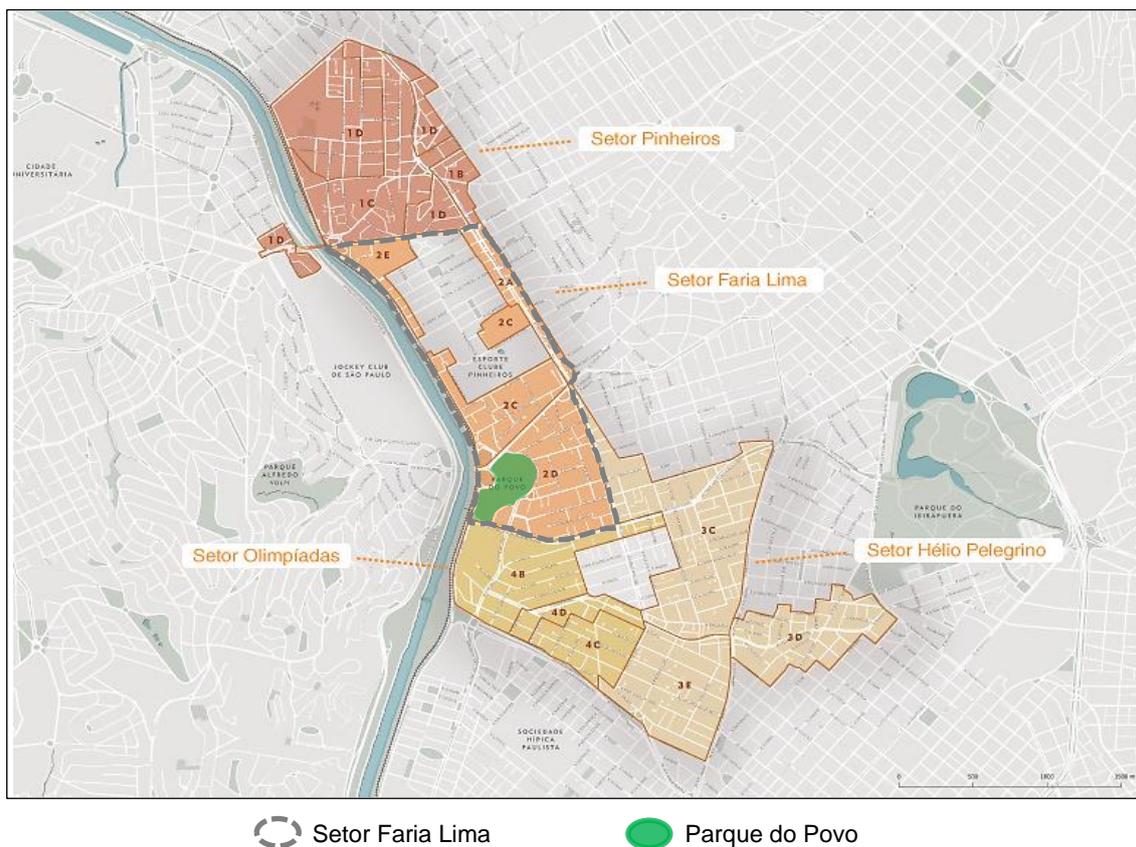


Figura 37: Intervenção da autora sobre mapa do Perímetro e setores da OUCFL. Fonte: Caderno sobre Operação Urbana Consorciada Faria Lima, PMSP

Os recursos arrecadados pela OUCFL foram investidos em intervenções como a construção de túneis e do Terminal Capri, a reconversão urbana do Largo da Batata, a implantação da Ciclovia que liga o CEAGESP ao Ibirapuera e a construção de habitações de interesse social. Seu acompanhamento e a deliberação sobre os investimentos cabem ao grupo de gestão, que se compõe da seguinte maneira: 9 membros da sociedade civil – sendo entidades definidas em lei, mediante indicação e providas de órgãos como o IAB, OAB, FAU-USP, movimentos sociais e sindicatos; e 9 membros do poder público – envolvendo secretarias como a de Desenvolvimento Urbano, Finanças, Transportes, do Verde e do Meio Ambiente, Habitação, Infraestrutura Urbana e Obras.

Apesar de a presença dos membros da sociedade civil e de sua implementação e administração por diferentes gestões municipais, tornarem sua aparência “maleável”, as operações urbanas são consideradas polêmicas devido à forma com que são implantadas no município, seguindo os interesses apenas das classes dominantes. Isso acontece principalmente porque, na medida em que a iniciativa privada dispõe de um grande volume de capital para a implementação das ações postas, assume um papel de destaque perante o Estado e a sociedade organizada. Nesse sentido, as operações urbanas em nada diferem dos demais modelos urbanísticos importados de países desenvolvidos que desconsideram as especificidades da sociedade e das cidades brasileiras, em que, assim como ocorre em diversos outros aspectos, o controle sobre o uso do solo é extremamente discriminatório (MARICATO; FERREIRA, 2002).

No caso da Operação Urbana Faria Lima, apontam-se questões problemáticas como: 1) concentração de alto volume de investimentos em áreas que já são altamente valorizadas e ricas de infraestrutura; 2) inexistência de projetos urbanos articulados; 3) falta de uma visão geral da área e preocupação com o impacto sobre o sistema de circulação e sobre as formas de uso e ocupação do solo; 4) inexistência de mecanismos de controle da supervalorização do preço da terra (SALES, 2005). Esses fatores colaboram ainda mais para o aumento da desigualdade social na região, ressaltando a

necessidade de revisão dos métodos de concepção e gestão desse instrumento.

O Parque do Povo

Conforme já mencionado, o Parque Municipal Mário Pimenta Camargo, mais conhecido como “Parque do Povo”, possui uma história peculiar, vinculada à trajetória do futebol de várzea na cidade, que muitos de seus atuais frequentadores desconhecem.

Nas primeiras décadas do século XX, era comum que, principalmente, as áreas alagadiças às margens dos rios paulistanos, servissem como espaços de entretenimento, lazer e práticas esportivas, dentre as quais o futebol, que, embora introduzido em São Paulo por imigrantes ingleses e pelas classes mais abastadas, tornou-se um dos grandes ícones da cultura popular brasileira.

No caso do Parque do Povo, por exemplo, embora o terreno fosse de propriedade privada (sendo 30% da IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários – e os 70% restantes das construtoras Parapanemana, Urbatec e Nossa Senhora do Bom Parto), seu território já era ocupado pelos times de futebol desde meados de 1930, ainda que essa ocupação só tenha se oficializado anos mais tarde, em 1954, com um acordo feito com a IAPC, no qual os clubes assumiriam todos os gastos com manutenção e preservação do parque em troca do uso da área por tempo indeterminado.

Durante toda a história do Itaim, o futebol foi a mais importante atividade social e recreativa. A prática, que a princípio só reunia os homens, passou a atrair uma torcida feminina (formada por namoradas e familiares), conferindo um novo caráter ao lugar, que a partir de então, passou a ser sede também de encontros, bailes e piqueniques. Na medida em que essas atividades foram se tornando mais populares – principalmente quando associadas às áreas de várzea – diversos clubes foram se instalando no bairro: entre eles, o mais antigo - “Marítimos Futebol Clube” - fundado em 1928; o “Marechal Floriano Futebol Clube”, fundado em 1937; o “Canto do Rio Futebol Clube” fundado em

1941 (Figs. 38 a 41); e, o “Flor do Itaim Futebol Clube” (LOPES & TOLEDO, 1988).

Segundo Scifoni (2013), também houve clubes que, ao longo dos anos, com o desaparecimento de seus campos, foram migrando de outras regiões da cidade para lá. Os times, formados em sua maioria por trabalhadores dos comércios e restaurantes locais, contavam com jogadores de bairros vizinhos, colaborando para que suas sedes permanecessem ativas até meados da década de 1990 e oferecessem outras modalidades esportivas e sociais, como: salão para bailes, futebol de salão, vôlei, bocha e espaço para desenvolvimento de atividades infantis.



Figuras 38 a 41: Campo de futebol do Grêmio Desportivo Canto do Rio na Av. Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 1986. Fonte: AHSP

À medida que o processo de urbanização se acelerava e as áreas de várzea se incorporavam à estrutura urbana da cidade, alterava-se também o

perfil dos habitantes e usuários da região. Em consequência disso, desencadeou-se a expulsão da população de baixa renda para a periferia, fazendo com que o futebol não-oficial dos times amadores se tornasse cada vez mais sujeito à extinção (MAGNANI & MORGADO, 1996) (Fig. 42). Desse modo, em 1960, registravam-se 14 campos de futebol na região do Parque do Povo e suas proximidades, enquanto em 1973 esse número caiu para 10 e em 1994 (ano de estudo do tombamento), reduziu-se ainda mais, totalizando 8 (SCIFONI, 2013).

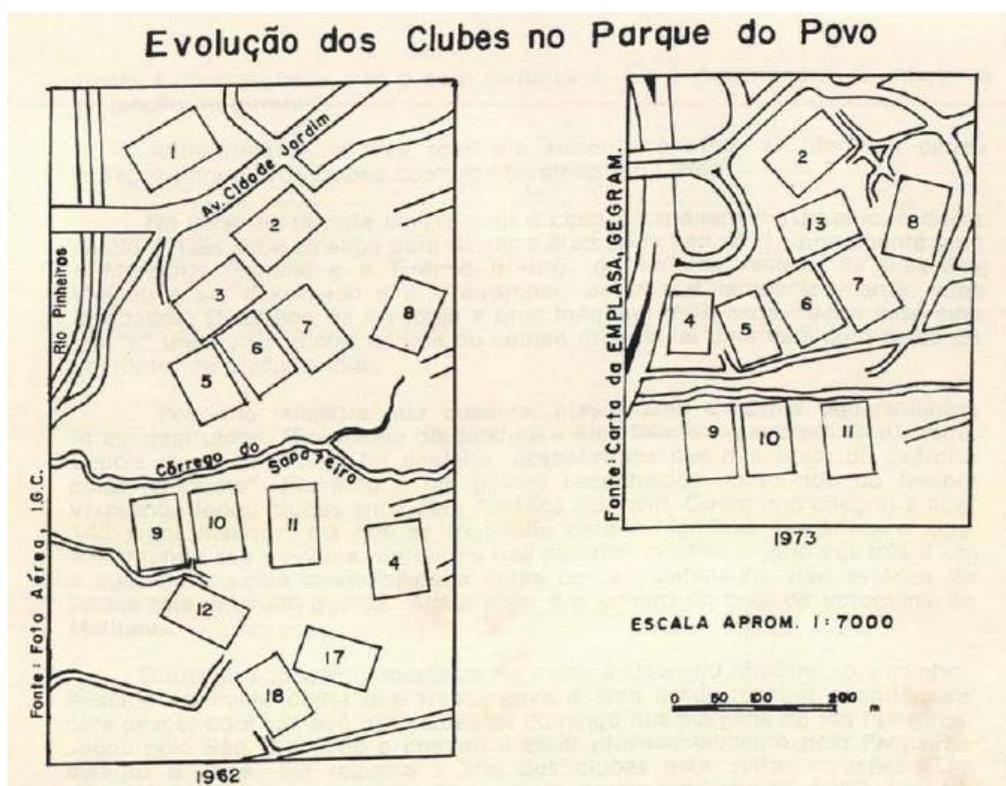


Figura 42: Campos de futebol de várzea na área do Parque do Povo e imediações, em 1962 e 1973. Fonte: SCIFONI, 2013

O Parque do Povo, no entanto, apesar de na década de 1970 ter se tornado alvo de intensos conflitos que envolviam sua utilização e destino, devido à sua condição singular de propriedade privada com uso coletivo, resistiu aos processos de especulação imobiliária e de metropolização da cidade, de maneira que, em 1980, duas instituições também ligadas a atividades de lazer se instalaram na área: o Circo Escola Picadeiro e o Teatro Ventoforte (Figs. 43, 44 e 45).



Figura 43: Parque do Povo, 1988. Fonte: LOPES & TOLEDO, 1988, p.83



Figuras 44 e 45: Circo Escola Picadeiro e o Teatro Ventoforte, 1986. Fonte: AHSP

Alicerçado na cultura popular e focado na educação através da arte e na capacidade transformadora de promover novas formas de convivência na sociedade, o Teatro Ventoforte, é considerado hoje um dos principais grupos de teatro do país. A exemplo dos grupos de teatro portugueses que no auge da Revolução dos Cravos ocupavam espaços desativados como antigos hospitais e escolas, em 1984 o Ventoforte, que já estava em São Paulo há alguns anos, instalou-se no Parque do Povo (ABREU, 2009).

O primeiro espetáculo ocorreu em 1985 e a partir daí, para manter o funcionamento da casa e arrecadar verba, bailes e forró passaram a ser promovidos no local. Porém, por mais tradicional que essas festas tenham se tornado, o conflito com a vizinhança fez com que esse costume chegasse ao fim.

Com o passar dos anos e a constante valorização do bairro, o teatro passou a enfrentar constantes dificuldades para manter-se em atividade e permanecer no local - assim como os clubes de futebol, que auto-organizados, e geridos, a duras penas se sustentavam. As brigas com a vizinhança e com a associação de bairro do Itaim (a SAIB – Sociedade Amigos do Itaim Bibi), que parecia defender o interesse de grandes empresas na compra do terreno, fez com que o teatro fechasse e reabrisse algumas vezes (ABREU, 2009).

Ainda segundo Abreu (2009), para Ilo Krugli, idealizador e fundador do teatro, apesar das dificuldades encontradas no enfrentamento dessa realidade, que persiste até os dias de hoje, não se pretende ceder às pressões do mercado imobiliário. Para ele, diferentemente dos espaços de entretenimento voltados ao consumo que se configuram como produtos culturais impostos e massificados, o teatro e a arte não são facilmente mutáveis e deixam heranças (ABREU, 2009) (Figs. 46 a 49).



Figura 46: Projeto contemplado pela 31ª Edição do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para cidade de São Paulo, 2017. Fonte: Facebook
Figuras 47 a 49: Teatro, 2012. Fonte: Facebook

Assim, frente às novas ameaças, ao desmembramento de parte do terreno, ao fim de um tradicional clube ali sediado e à necessidade de se

estabelecer políticas públicas que pudessem garantir a continuidade das práticas culturais no terreno, em 1988, intelectuais, artistas, educadores, moradores da área, membros dos clubes de futebol de várzea, do circo e do teatro se juntaram fundando a Associação dos Amigos do Parque do Povo. Foram organizados diversos eventos e abaixo-assinados em defesa do parque, sendo a primeira ação da associação um pedido para barrar a realização do leilão do terreno.

Fruto de um movimento organizado por usuários, políticos e associações ambientalistas, em 1988 a Câmara dos deputados, representada pelo deputado Fábio Feldmann, solicitou oficialmente a abertura do processo de tombamento do parque. Com a proteção provisória da área, o leilão foi barrado. Até que, em 1995, o parque, consagrado como “a última das praças com campos para futebol de várzea da cidade” e, portanto, “o lugar das práticas culturais populares”, foi finalmente tombado pelo Condephaat (SCIFONI, 2013, p.126).

De acordo com a resolução de tombamento, fez-se necessária a proteção do parque como área de suporte à prática de atividades culturais e de lazer, enfatizando seu caráter histórico (SÃO PAULO, 1995, p.39):

Artigo 1°. Fica tombado, como bem cultural de interesse antropológico (histórico, artístico, ambiental) e turístico, a área denominada Parque do Povo (...).

Artigo 2°. O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realização das atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, com destaque para a história prática do futebol de várzea e atividades culturais (...)

Artigo 3°. Descrição do perímetro do tombamento (...)

Artigo 4°. Tendo em vista conciliar esforços integrados para a preservação da área tombada, fica estabelecido o seguinte conjunto de diretrizes:

1. Respeito à paisagem:

a. Toda ocupação deverá se pautar pelas atividades historicamente desenvolvidas no local (...)

(...)

2. Qualidade ambiental

(...)

3. Atividades compatíveis com o tombamento:

a. As entidades que tradicionalmente organizam atividades esportivas e culturais deverão ser de natureza pública e poderão continuar a desenvolvê-las livremente, desde que não desvirtuem ou impliquem na degradação do conjunto do parque (...)

b. Está implícita no tombamento a manutenção do perfil dos clubes de futebol de várzea diagnosticados no seu estudo, essencialmente quanto aos seguintes

aspectos: Livre acesso aos campos e demais equipamentos de lazer para toda a população, sem que se configurem como clubes fechados; Manutenção e ampliação das escolinhas de futebol;

(...)

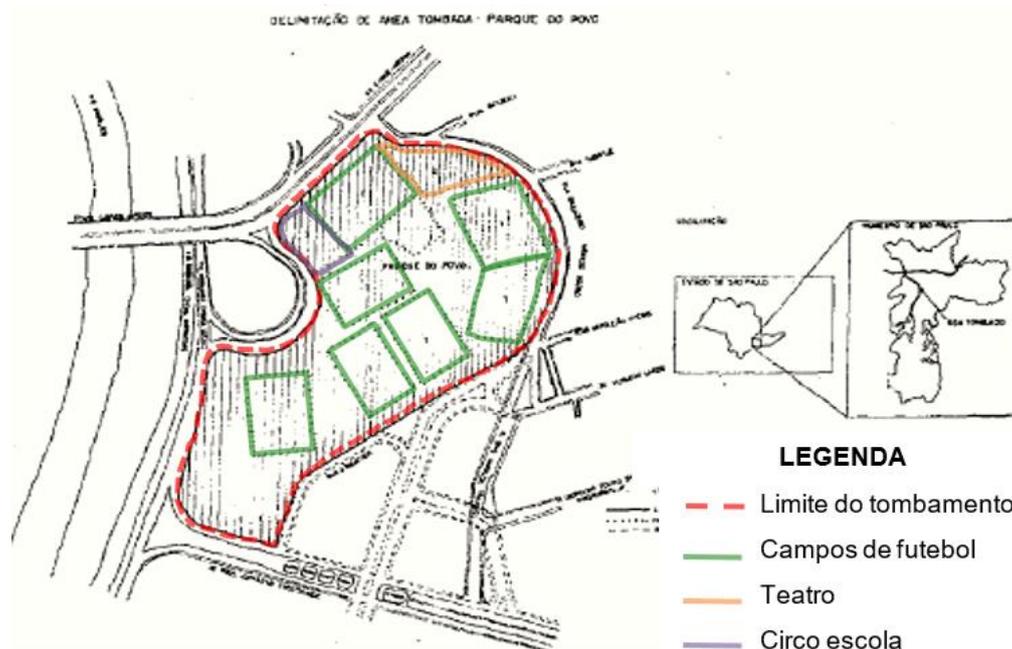


Figura 50: Intervenção da autora sobre Delimitação da área de tombamento – Parque do Povo, 1995. Fonte: Diário Oficial - D.O.E; Poder Exec., Seç. I; São Paulo, 105 (106), terça-feira, 6 jun. 1995 - 39

Nota-se, portanto, que este tombamento implicou o reconhecimento de duas dimensões do patrimônio: de natureza imaterial (o futebol como prática social, um fato da vida coletiva) e de natureza material (proteção do lugar, do espaço como suporte para realização de atividades). Com essa visão, agregaram-se ao “lugar” sentidos e valores referentes à memória coletiva (SCIFONI, 2013).

Entretanto, essa decisão não agradou a todos. A fim de eliminar completamente as atividades culturais que ali ocorriam, a SAIB, junto à administração regional de Pinheiros, interditou as entradas no parque. Além disso, processou todos os times de futebol, o circo-escola Picadeiro e o Teatro Ventoforte e realizou um relatório técnico, entregue ao Ministério Público do Estado, que comprovava seus argumentos de criminalização dessas atividades e de seus usuários (SCIFONI, 2013).

Comprovando essas disputas e agregando detalhes através de documentos de diferentes naturezas, tornou-se fundamental o estudo do

processo de tombamento realizado pelo Condephaat (VER ANEXO II). Nele, foi possível constatar, ao analisar documentos como os estatutos, a relação dos funcionários e a ata de reunião de fundação – datada de 27 de agosto de 1937- do Marechal Floriano F.C., seguidos do documento endereçado ao clube emitido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes que o autorizava a utilizar o terreno, contanto que não houvesse alterações no terreno e que o imóvel por ele utilizado fosse desocupado assim que solicitado pela IAPC. Além disso, em meio a diversos documentos legais, encontraram-se matérias de jornais que informavam sobre a mobilização da população contra o projeto proposto para o parque, intituladas “Comunidade tenta preservar parque esportivo no Itaim” (Gazeta, 10 de novembro de 1987) ou; “Defesa do parque no Itaim agora terá abaixo-assinado: O Movimento Social Pró-Verde começa hoje a espalhar kombis pela cidade para obter apoio da população contra o projeto de reurbanização da praça” (A Gazeta, 19 de novembro de 1987) ou ainda; “Música e cartazes contra o fim do Parque do Povo” (Jornal da tarde, 17 de outubro de 1988). Também se encontram registros das atividades praticadas pelo Teatro Ventoforte desde o ano de 1974 e sobre a participação dos alunos do Circo Escola Picadeiro em Voiron (Diário Popular, 20 de setembro de 1987)¹³.

Alguns períodos importantes que marcaram a judicialização da discussão sobre o destino do parque estão presentes no processo de tombamento. A resolução que deu início ao processo de tombamento foi publicada no D.O.E. de 1988. Em 21 de maio de 2014, registra-se uma resposta à solicitação de reabertura do processo de tombamento do Parque do Povo, baseada em questionamentos apresentados em artigo da geógrafa Simone Scifoni sobre a ausência da prática do futebol de várzea no Parque do Povo – afastando-se do real motivo de seu tombamento. Em votação, acatou-se por unanimidade o parecer do conselheiro relator pela não aprovação na reabertura do processo. A decisão de 2014 só foi revertida na 644ª Reunião Ordinária do Conpresp, órgão municipal, realizada no dia 15 de maio de 2017, onde discutiu-se a proposta de tombamento ex-offício do Parque do Povo que,

¹³ Dados adicionais a esses poderão ser coletados junto do CONDEPHAAT, processo de número SC 26513/88, Resolução SC 24 de 03/06/1995.

deferida por unanimidade, gerou a Resolução 11/Conpresp/2017 (VER ANEXO III).

De acordo com a pesquisa de SCIFONI, constatou-se que, a partir de 1999, projetos de requalificação da área foram descaracterizando-a e, com isso, enfraquecendo o instrumento do tombamento, até que em 2006, a prefeitura de São Paulo em parceria com uma empresa do setor privado, a WTorre, propôs novas intervenções na área (Fig. 51). A empresa, que pouco tempo depois construiu o mais novo shopping center de São Paulo - o JK Iguatemi, em frente ao Parque – tornou-se responsável pela execução e manutenção do parque, que acabou caracterizando uma nova paisagem urbana: antes mesmo da prefeitura obter a posse legal do terreno e da autorização do Condephaat para a execução de obras no local, em junho do mesmo ano, as instalações dos grêmios esportivos foram demolidas e na área dos antigos campos de futebol foram criados extensos gramados, pistas de caminhada, além de áreas com aparelhos de ginástica e playground, garantindo o uso coletivo do espaço, porém apagando completamente os vestígios do objeto principal do tombamento, quais sejam, os campos de várzea, vinculados à história e à memória das classes populares e da cidade (SCIFONI, 2013).

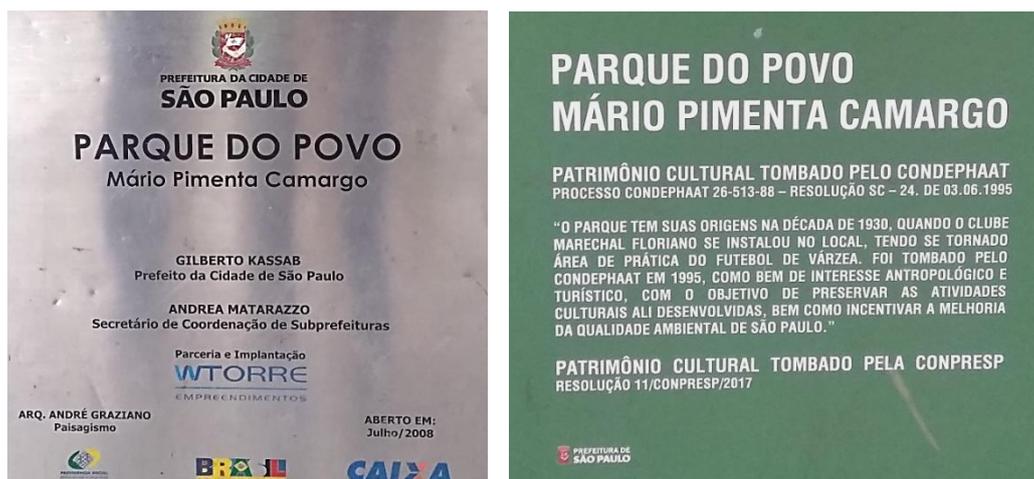


Figura 51: Fotos das placas fixadas na entrada do parque indicando parcerias e implantações ocorridas para sua execução e exibindo parte de sua resolução de tombamento, 2019. Fonte: Acervo pessoal

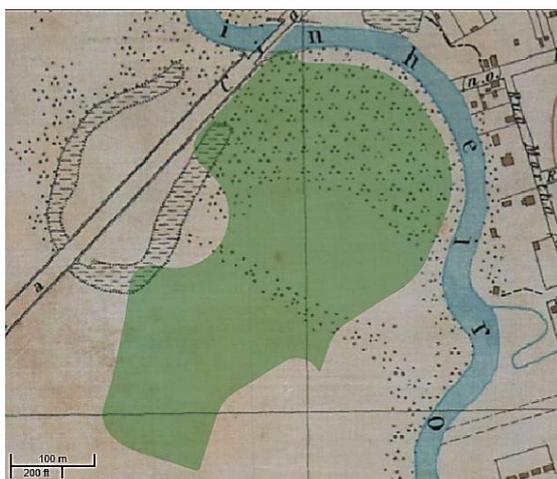
O único clube remanescente até hoje é o Grêmio desportivo Canto do Rio, que este ano completa 78 anos. Sempre participando da história do bairro, seja pelo lazer, pelo esporte, ou pelo seu trabalho social, o clube hoje tem sua sede na Rua Gabriel de Lara e, além de um grupo de rapazes que joga futebol society, realiza eventos beneficentes e festas.¹⁴

Analisando a história do parque (seu antigo uso e o uso atual), verifica-se que, apesar do tombamento ter garantido a permanência do local como área verde destinada ao lazer, a instauração de novos usos, novos espaços e novos usuários que melhor adaptam-se ao novo perfil do bairro comprova que poucos são os recursos (pós-tombamento) disponíveis para garantir a manutenção ou a recuperação de bens patrimoniais – como os clubes de várzea (já quase extintos) e o Teatro, que enfrentam grandes dificuldades para resistir aos anseios da população, aos frequentadores do novo bairro e às pressões de mercado.

Nos mapas e fotografias da figura 52, ficam evidentes as mudanças ocorridas no local desde a década de 1930 até os dias de hoje: o deslocamento e canalização do Rio Pinheiros da década de 1930 para a década de 1950; a permanência de campos de futebol de várzea até o início dos anos 2000 e, em 2018, a mudança radical no desenho do parque ocorrida após a execução do projeto em 2008.

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Gr%C3%AAmio-Desportivo-Canto-do-Rio-do-Itaim/111015072318094>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2019

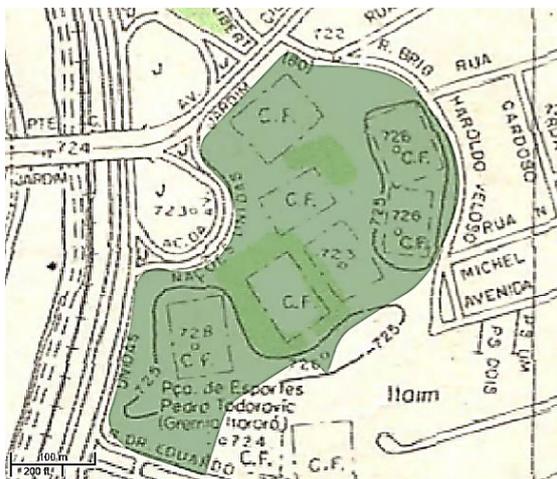
TRANSFORMAÇÕES DO PARQUE DO POVO (1930-2018)



■ Mapeamento 1930 - Sara ■ Parques Municipais Urbanos e Lineares



■ Mapeamento 1954 - Vasp ■ Parques Municipais Urbanos e Lineares



■ Publicação 1988 - Vegetação ■ Parques Municipais Urbanos e Lineares



■ Parques Municipais Urbanos e Lineares ■ Ortofoto 2004 - MDC



Parque do Povo e entorno, após intervenção, em 2018. Fonte: Google Maps

Figura 52: Transformações do Parque do Povo (1930-2018). Fonte: PMSP - GeoSampa / Google Maps

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



Figuras 53 a 59: Parque do Povo: Atividades diversas (futebol, ciclismo, caminhada, piquenique no gramado e playground), 2018/2019. Fonte: Acervo pessoal

2.1.2. A Consolação e o Parque Augusta

A história da Consolação



Figura 60: Intervenção da autora sobre Mapa Base apontando localização da Consolação.
Fonte: PMSP, GeoSampa.

Situado na zona Central da cidade, o hoje distrito da Consolação faz parte da subprefeitura da Sé juntamente com os seguintes distritos (Fig. 60): Sé (*centro velho* de São Paulo e local de fundação e expansão até o século XIX), República (*centro novo*, cuja urbanização se deu com a inauguração do primeiro viaduto, o do Chá, em 1892), e Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Liberdade e Santa Cecília (que marcaram o crescimento urbano da cidade a partir de 1860). Além disso, o distrito da Consolação é composto pelos seguintes bairros: Consolação, Higienópolis, Pacaembu e Vila Buarque (PMSP, 2009).

Afastada do núcleo primitivo no qual os moradores da cidade habitavam, na metade do século XIX, a região, que possuía apenas chácaras, era rota de conexão entre a área central de São Paulo e o distante bairro de Pinheiros e, mais adiante, o interior de São Paulo, especialmente a cidade de Sorocaba. Foi através do Caminho dos Pinheiros, conhecido mais tarde como Rua dos Piques (em homenagem ao popular comerciante e leiloeiro de escravos da época, Antônio Ferreira Piques, que se instalou no local em 1775) e a atualmente denominada Rua da Consolação, que toda a região se desenvolveu.

Em 1779, o pequeno povoado formado por devotos de Nossa Senhora da Consolação que ali habitavam foi responsável pela construção de uma pequena capela dedicada à santa. Vinte anos mais tarde, a capela tornou-se

uma igreja, o que acabou atraindo novos moradores para a região, que, até meados de 1830, tinha pouca infraestrutura a oferecer além de lama e poças d'água.

Nas décadas de 1840 e 1850, com a ampliação da igreja e a criação da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e São João Batista, aumenta-se o número de fiéis e, conseqüentemente a população local. O local passa a ser conhecido por sua responsabilidade em cuidar de doentes portadores de hanseníase. Alguns anos depois, com a doação de um edifício da Santa Casa de Misericórdia, a irmandade assumiu o tratamento de outros doentes (alguns deles atingidos pelas epidemias de cólera ocorridas nos anos de 1858, 1863 e 1875).

Nesse período, com o crescimento populacional da cidade, as inúmeras epidemias e a grande quantidade de corpos para serem enterrados, somados às questões higienistas fizeram com que, desde 1829, o vereador Joaquim Antônio Alves Alvim defendesse a construção do primeiro cemitério público oficial de São Paulo (que até então só contava com o Cemitério dos Aflitos, localizado na atual região da Liberdade). Nessa época, o costume de sepultar os corpos no interior das igrejas passou a ser bastante criticado pelos higienistas, até que, em 1855, elaborou-se um estudo para o Cemitério da Consolação e, logo em seguida, iniciou-se sua construção. Parte das terras destinadas às obras era de domínio público e ficava nas margens do antigo Caminho dos Pinheiros, e a parcela do restante, que até então era de propriedade privada, pouco tempo depois foi adquirida pela Câmara Municipal. Devido à falta de verbas, as obras seguiam em ritmo lento até que 2 contos de réis foram doados por dona Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, que permitiu que, um ano depois, em 1858, o Cemitério da Consolação (Fig. 61) fosse inaugurado (CAMARGO; MARTINS, 2008).



Figura 61: Cemitério da Consolação, 1898. Fonte: CAMARGO; MARTINS, 2008

Durante todo o século XIX, a Consolação, também conhecida como “Piques”, passou por diversas obras de melhoramentos urbanos, principalmente relacionadas ao saneamento. Até que, em meados de 1860, sofreu um surto populacional. Instalaram-se no local inúmeras casas e comércios administrados por moradores de Cotia, Itapeçerica, Parnaíba e Santo Amaro, que ali forneciam e abasteciam-se de produtos diversos. Além disso, o local também permaneceu como parada obrigatória de tropeiros (JORGE, 1989).

Nesse período, as construções na Consolação não eram tão diferentes do restante da cidade: os nativos mantinham a predileção pelo estilo colonial mineiro, enquanto os imigrantes que ali começavam a se instalar, em sua maioria italianos, moravam em sobrados de características rurais, com gabarito único (Fig. 62).



Figura 62: Consolação – compacta e irregular disposição residencial do bairro, 1912. Fonte: JORGE, 1989, p.106

Com a chegada dos imigrantes na Consolação, a tradicional família patriarcal paulistana - que havia se deslocado de suas fazendas para a Capital, especialmente na área da Consolação – se adapta a padrões éticos menos rígidos, configurando-se de forma diversa daquela que apresentava no começo do século. Com as novas demandas, novos equipamentos foram sendo implantados no local, o que contribuiu ainda mais para as transformações da sociedade: com o objetivo de unir a colônia inglesa, a inauguração do São Paulo Athletic Club promoveu convívio social através de reuniões dançantes, partidas de cricket e de futebol, dando origem a diversos outros clubes, que, após alguns anos, passaram a organizar campeonatos na cidade.

Nessa mesma década de 1880, instalaram-se no local a Escola Americana e o Mackenzie College. Pouco tempo depois, em meados de 1900, os ingleses fundaram também, na recém-inaugurada Avenida Paulista (Figs. 63 e 64), o Colégio Anglo-brasileiro, que mais tarde passou a ser ocupado pelo tradicional Colégio São Luís.

Considerada até hoje um dos cartões de visita de São Paulo, a Avenida Paulista passou por diversas transformações ao longo dos anos e, alvo do mercado imobiliário e do processo de verticalização ocorrido alguns anos mais tarde em várias regiões da cidade, conta hoje com pouco dos charmosos casarões assobradados e do ecletismo arquitetônico de seu período de inauguração.

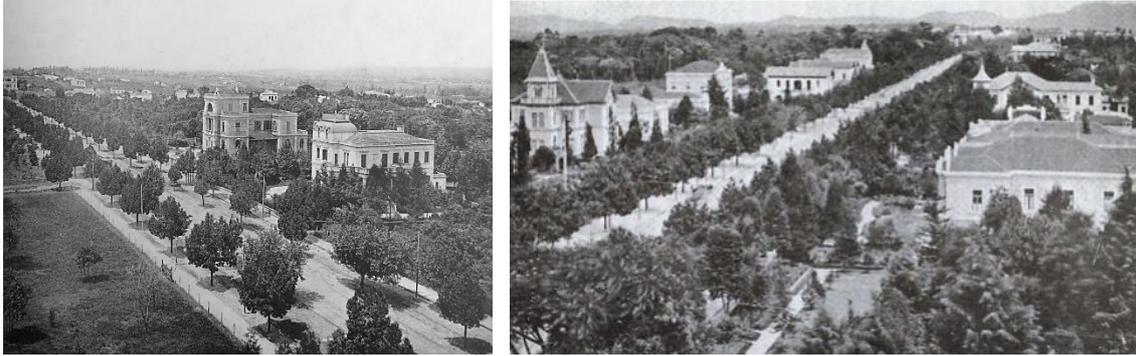


Figura 63: Avenida Paulista, (S/D). Fonte: SANTA ROSA, 2011, p.35

Figura 64: Avenida Paulista 10 anos após sua inauguração, 1902. Fonte: JORGE, 1989, p.106

Além dos investimentos em educação e clubes de lazer e entretenimento, os ingleses também investiram em ferrovias, atividades extrativas, compra de terrenos (principalmente na região de Higienópolis), e muitos passaram a aplicar seus capitais e se assegurarem de casas bancárias, monopolizando os recursos e valorizando ainda mais a moeda (JORGE, 1989). Com o acelerado desenvolvimento da região nas décadas seguintes, o bairro da Consolação passou por processos de loteamento de chácaras, regularização e arruamento de glebas, pavimentação e construção de guias e calçadas e desapropriações de terrenos e de casas (Figs. 65 e 66).



Figuras 65 e 66: Pavimentação e construção de calçadas Rua da Consolação, 1920. Fonte: AHSP

Com forte influência das tradições e construções europeias, nas primeiras décadas do século XX alguns edifícios se destacavam na região da Consolação (Figs. 67 a 70), sendo o principal deles o Teatro Municipal e, dentre os diversos palacetes de estilo *art nouveau* que surgiam nessa área

(vários deles projetados pelo arquiteto francês Victor Dubugras), está o edifício projetado para residência da família Uchôa, que mais tarde se tornaria o tradicional Colégio Des Oiseaux e, no final do século XX, o terreno destinado ao Parque Augusta (situado na rua de mesmo nome).



Figura 67: Casa de Dr. Horácio Sabino, Arquitetura de Victor Dubugras - Avenida Paulista, esquina com a rua Augusta, 1953. Fonte: AHSP

Figura 68: Teatro Municipal de São Paulo - Reforma do prédio, 1953. Fonte: AHSP

Figura 69: Palacete Uchôa, S/D. Fonte: Acervo Benedito Lima de Toledo, O Estado de S. Paulo

Figura 70: Colégio Des Oiseaux, S/D. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo

De acordo com Gattai (1995), na década de 1910, o trecho da cidade entre o Paraíso e a Barra Funda – passando por bairros como a Consolação e Higienópolis – configurava-se da seguinte maneira (1995, p.09):

Da Praça Olavo Bilac até o Largo do Paraíso, era aquele desparrame de ostentação! Palacetes rodeados de parques e jardins, construídos, em geral, de acordo com a nacionalidade do proprietário: os de estilo mourisco, em sua maioria, pertenciam a árabes, claro! Os de varandas de altas colunas, que imitavam os "palázzos" romanos antigos, denunciavam — logicamente — moradores italianos. Não era, pois, difícil, pela fachada da casa, identificar a nacionalidade do dono.

Dotada de equipamentos já na década de 1960, a Rua Augusta já assumia um importante papel de espaço de convívio, encontro e lazer dos jovens paulistanos. Epicentro da efervescência cultural, a rua tornou-se símbolo de modernidade e sociabilidade, característica que permanece ainda nos dias de hoje (ZIMMERMANN, 2011).

Nas décadas de 1970 e 1980, com o avanço das atividades centrais (como a abertura do túnel Sé-Anhangabaú, as obras de reurbanização da Praça da República e a construção das estações da República, Anhangabaú e Santa Cecília), a Consolação também passou por mudanças significativas. Diversos de seus grandes casarões foram demolidos (inclusive o edifício do Colégio Des Oiseaux) e substituídos por grandes edifícios, alterando radicalmente a paisagem do bairro (Figs. 71 e 72). Ao longo das décadas seguintes, o bairro seguiu com a tendência de verticalização dos edifícios, sendo que a maioria das construções de baixo gabarito tiveram suas fachadas alteradas e abrigam hoje estabelecimentos comerciais. Encravado nesse tecido, está o Parque Augusta: uma das últimas áreas abertas que permaneceram no local.



Figura 71: Bairro da Consolação, 1976. Fonte: AHSP

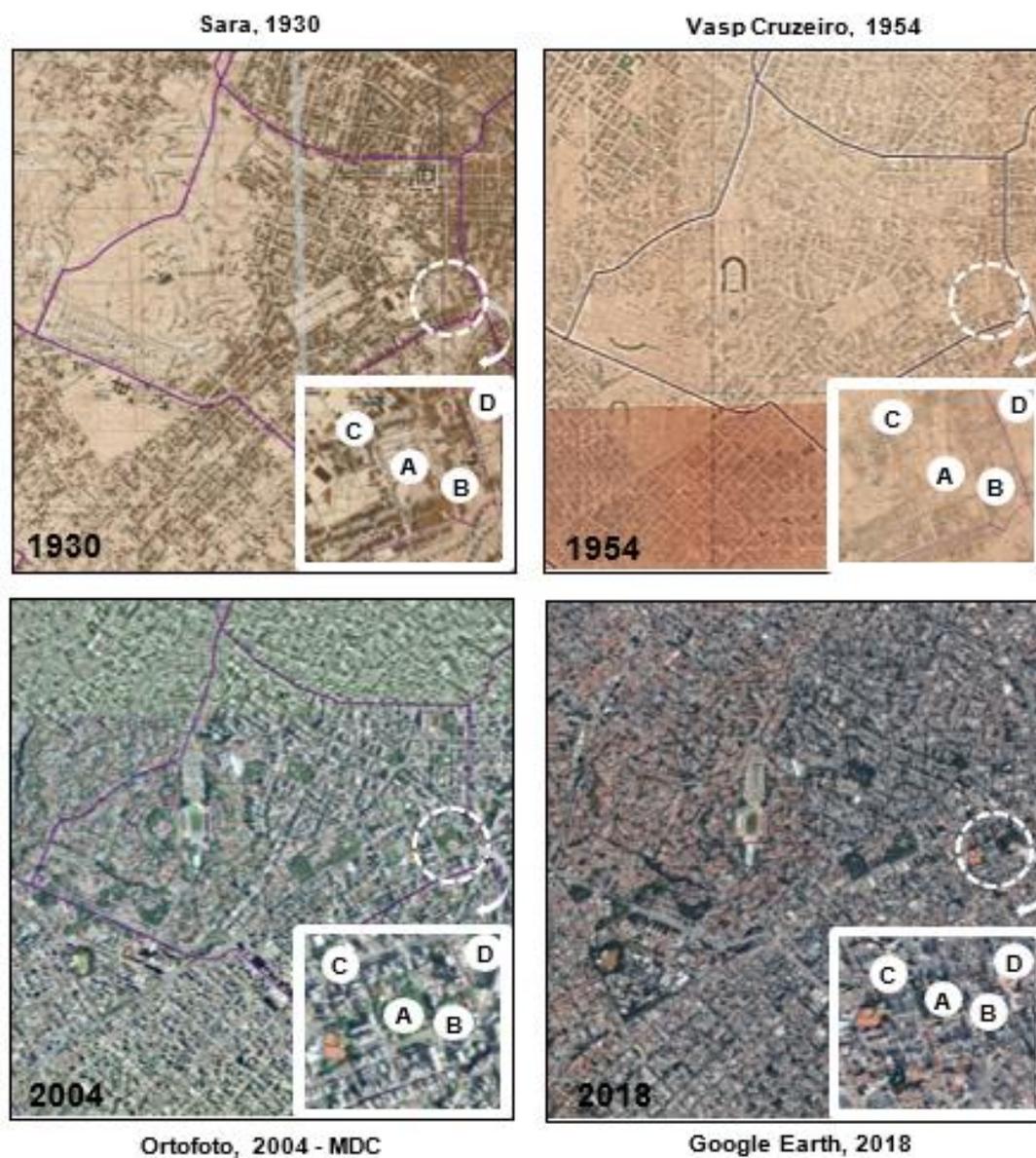
Figura 72: Vista Rua Marquês de Paranaguá, 2018. Fonte: Acervo pessoal

Distante do pequeno povoado que o formou em 1779, a Consolação é hoje um dos bairros mais agitados de São Paulo, com uso misto (residencial e comercial) e com uma vida noturna agitada. Além disso, o bairro ainda conta com equipamentos e pontos turísticos como a Igreja da Consolação, o Cemitério da Consolação, o Mackenzie, o Centro Universitário Maria Antônia, a biblioteca Mario de Andrade e, a recentemente reformada e revitalizada, Praça Roosevelt - frequentada principalmente por jovens skatistas e atores de teatros.

O bairro, que sempre funcionou como rota de conexão entre diferentes regiões da cidade, contribuindo com o nascimento e desenvolvimento de bairros vizinhos, funciona como um retrato da metrópole: um lugar que acolheu a todos sem muitas restrições (índios, jesuítas, portugueses, bandeirantes, escravos, tropeiros, imigrantes, padres e outros).

Análise do território

TRANSFORMAÇÃO DA MALHA URBANA: CONSOLAÇÃO (1930-2018)



LEGENDA

- A** Colégio Des Oiseaux (1930/1954) / Parque Augusta
- B** Rua Augusta
- C** Rua da Consolação
- D** Paróquia Nossa Senhora da Consolação

Figura 73: Transformação da malha urbana: Consolação (1930-2018). Fonte: GeoSampa / Google Earth

Conforme imagens da figura 73 pode-se notar que, por se tratar de uma região mais próxima ao centro da cidade e ao eixo da Avenida Paulista, o distrito da Consolação, com exceção da região do Pacaembu – loteada pela Cia City em 1925 –, já era bastante ocupado em 1930. Também é possível notar que já nesse período, a Rua da Consolação assumia um importante papel de eixo de desenvolvimento, estruturando e conectando a região. Ainda na década de 1930, localiza-se no mapa a rua Augusta, o Colégio Des Oiseaux e a Avenida Anhangabaú, que mais tarde, já na década de 1950, se tornaria parte da Avenida 9 de Julho.

De 2004 até os dias de hoje nota-se que, com exceção do Pacaembu que com seu modelo de bairro-jardim e tombamento desde a década de 1990 manteve grande parte de seus casarões e áreas arborizadas, o restante do distrito é bastante denso (Fig. 74), verticalizado e com poucas áreas verdes, sendo o Parque Buenos Aires (em Higienópolis) e o Parque Augusta as maiores delas.

INDICADORES SOCIAIS, DEMOGRÁFICOS E USO DO SOLO

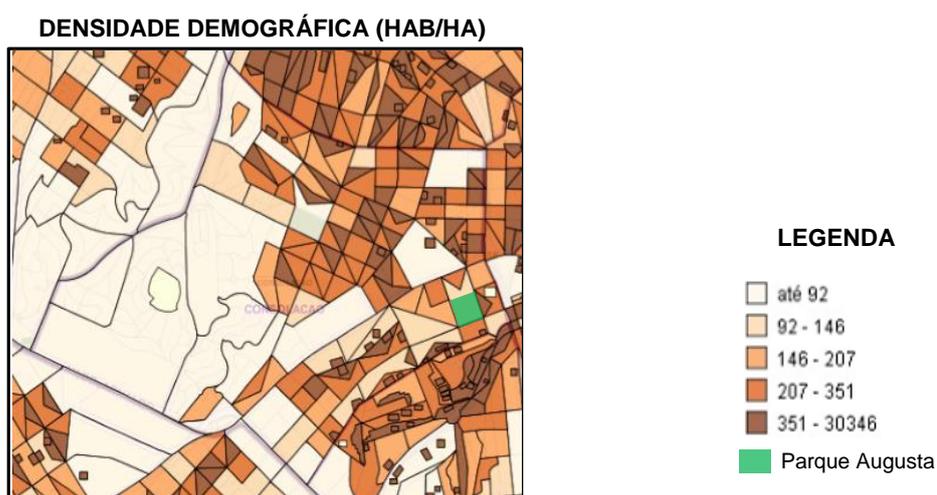


Figura 74: Mapa Base Consolação. Relação entre a população e a superfície do território, segundo censo IBGE 2010. Fonte: PMSP, GeoSampa

USO PREDOMINANTE DO SOLO FISCAL

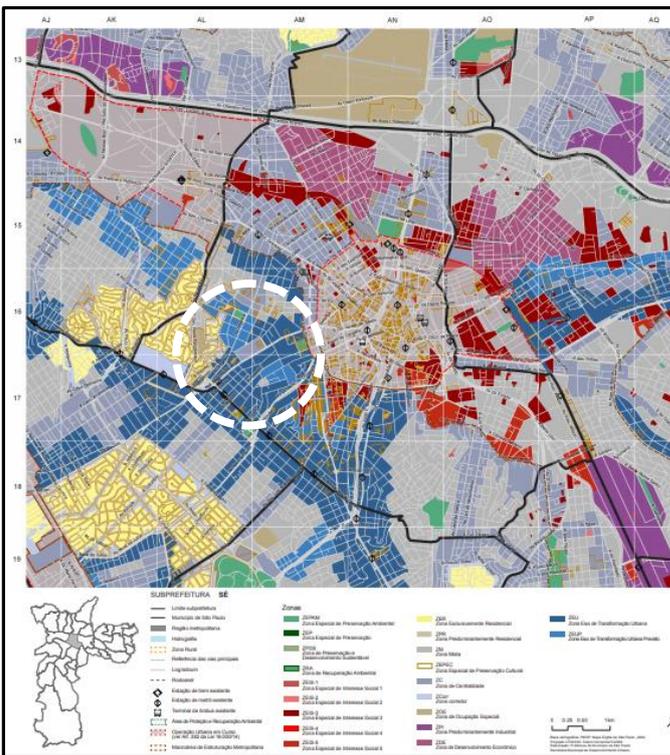


LEGENDA

- Resid. horiz. baixo padrão
- Resid. horiz. médio/alto padrão
- Resid. vertical baixo padrão
- Resid. vertical médio/alto padrão
- Comércio e serviços
- Indústria e armazéns
- Residencial e Comércio/serviços
- Residencial e Indústria/armazéns
- Comércio/serviços e Ind./armazéns
- Garagens
- Equipamentos públicos
- Escolas
- Terrenos vagos
- Outros
- Sem predominâncias
- Sem informação
- Parque Augusta

Figura 75: Mapa Base Consolação. Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual 60%) por quadra fiscal. Fonte: PMSP, GeoSampa

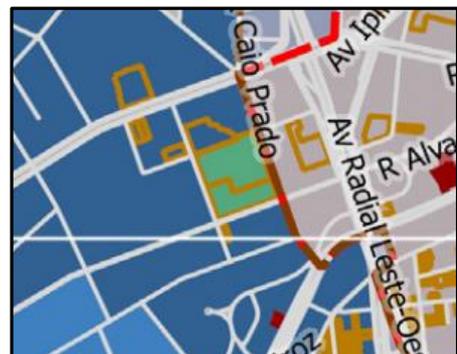
ZONEAMENTO



SUBPREFEITURA DA SÉ



DISTRITO DA CONSOLAÇÃO



PARQUE AUGUSTA E ENTORNO IMEDIATO

LEGENDA

- ZEPAM
Zona Especial de Preservação Ambiental
- ZEPEC
Zona Especial de Preservação Cultural
- ZEU
Zona Eixo de Transformação Urbana
- ZM
Zona Mista
- ZEUP
Zona Eixo de Transformação Urbana Previsto
- Operação Urbana em Curso
(ver Art. 382 da Lei 16.050/14)

Figura 76: Mapa zoneamento Subprefeitura da Sé. Fonte: PMSP

Analisando o distrito da Consolação, especialmente a área no entorno do Parque Augusta, pode-se notar que, de acordo com o censo IBGE 2010, a densidade demográfica da região varia de 92 a 30346 habitantes por hectare e os tipos de usos predominantes do solo, são: residencial vertical médio e alto padrão e residencial e comércio e serviços (Fig. 75).

De acordo com o zoneamento (Fig. 76), o terreno do Parque Augusta se configura como ZEPAM (Zona Especial de Preservação Ambiental), enquanto seu entorno é marcado predominantemente pelas ZEU (Zona Eixo de Transformação Urbana) no sentido da Av. Paulista e ZM (Zona Mista) no sentido do centro da cidade¹⁵.

Apesar da proximidade, por apenas um quarteirão o terreno do parque ficou fora da Operação Urbana Centro - criada com o objetivo de promover a melhoria e a revalorização da área central, atraindo investimentos imobiliários, turísticos e culturais.

¹⁵ Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPAM: VER NOTA 12, p.67-68

Zona Mista – ZM: VER NOTA 12, p.67-68

Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana – ZEU: são porções do território em que pretende promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado ao sistema de transporte público coletivo. Esta zona tem por objetivo consolidar os parâmetros estabelecidos pelo PDE para os eixos, complementando com algumas regras de parcelamento, uso e ocupação, especialmente as condições de instalação de usos e parâmetros de incomodidade. Se o PDE delegou os eixos como território prioritário para o adensamento de modo articulado ao transporte público coletivo, essa zona passa a ter um papel estratégico na viabilização dos objetivos do PDE.

ZEUP: zonas inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana definida do PDE cujo decreto ativador do eixo ainda não foi publicado.

(PMSP – Arquivos do Zoneamento, Glossário Parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/glossario_1459538258.pdf f. Acesso em: 24 de abril de 2019).

O Parque Augusta

Conforme já mencionado, o terreno de aproximadamente 24.700m² conhecido como Parque Augusta está inserido em um tecido extremamente consolidado na região central da cidade de São Paulo e corresponde a uma grande área verde com espécies nativas que sobreviveram à expansão urbana e que, há anos, vem abrigando diferentes usos coletivos.

Situado na esquina das ruas Caio Prado e Maria Augusta (atual Rua Augusta), no início do século XX o terreno abrigou o palacete da família Uchoa - projetado por Victor Dubugras e construído em 1902. O edifício foi vendido para as irmãs Cônegas Regulares de Santo Agostinho – Santa Mônica (recém-chegadas da Bélgica), que ali se instalaram e, sete anos mais tarde, em 1913, inauguraram no local o tradicional Colégio Des Oiseaux, que durante muitas décadas foi frequentado por jovens mulheres da elite paulista¹⁶.

Muito do que se conta sobre a história do parque refere-se ao Des Oiseaux (inclusive o tombamento do terreno), mas a verdade é que quando se adentra à pesquisa de alguns lugares “emblemáticos” da cidade é possível deparar-se com histórias e fatos inesperados. O terreno do Parque Augusta, bem como a Consolação como um todo, é um desses lugares: cheios de histórias e de contradições. Em seu livro “Anarquistas, graças a Deus”, Zelia Gattai conta sobre sua infância e adolescência vivida num antigo casarão, alugado por seu pai no ano de 1910, situado na Alameda Santos. A autora menciona também que, por um ano, estudou num Colégio situado na esquina da Rua Augusta com a Rua Caio Prado, no entanto, esse não era exatamente o tão glamoroso Des Oiseaux (1995, p.267):

A escola não tinha nome, nem currículo. Era um anexo de famoso colégio de meninas ricas de São Paulo, o "Des Oiseaux". No mesmo parque onde se elevava o "Des Oiseaux" — ocupando todo um quarteirão — fora construído um modesto pavilhão onde funcionava a escola que eu freqüentaria, a das meninas pobres. Na companhia de Ema, dirigi-me à Rua Caio Prado. Minha primeira surpresa, foi constatar que a entrada para a minha escola era pela Rua Augusta, nos fundos do grande colégio, e não pelo portão central da Caio Prado, como eu julgara. Em meio a árvores frondosas, um pavilhão, isolado.

¹⁶ BATISTA, L. Era uma vez em SP...Colégio Des Oiseaux, 2015. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-colegio-des-oiseaux,11116,0.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2018

Pouca informação se encontra sobre as construções anexas ao palacete. Com o fim das atividades do Des Oiseaux em 1969 e sua demolição, em 1974 (Fig. 77), de praticamente todas as edificações existentes no terreno, restaram apenas uma pequena parte do edifício, o muro com o portão de entrada do colégio e um bosque que compunha seus jardins. Desde então, o terreno passou por diversos usos: de estacionamento para carros (Fig. 78) a palco para manifestações culturais e musicais populares com a implementação da lona circense que abrigou o Projeto SP na década de 1980.



Figura 77: Demolição do Colégio. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo

Figura 78: Estacionamento no terreno do antigo Colégio, 1977. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo

Objeto de decretos como o de utilidade pública (DUP) – um datado de 1970 e outro de 2008 –, o terreno está, há anos, ligado a um conceito restritivo de uso. Perante acordo assinado com a prefeitura, os proprietários assumiram a obrigatoriedade em manter o acesso ao parque livre para a população, fazendo com que a área, apesar de privada, assumisse durante anos um caráter de espaço de convívio coletivo. Eleito e acolhido pela população, o terreno recebeu diversos usos e apropriações, principalmente relacionados ao lazer, à arte e à cultura, como: carnaval, meditação, yoga, cinema ao ar livre, etc (Fig. 79 a 82).



Figura 79: Cinemata: exibição de documentário no interior do parque, 2015.

Figura 80: Acústico no bosque: limpeza do terreno, conversa e música, 2013.

Figura 81: Meditação budista no parque, 2015.

Figura 82: Verão Parque Augusta: evento durou dois dias contou com atividades de yoga, pilates e meditação, 2015. Fonte: Facebook Parque Augusta

Representando uma espécie de respiro em meio a tantas construções (Fig. 83), o terreno sofreu inúmeras tentativas mal sucedidas de implementação de projetos imobiliários (projetos que vão de um hipermercado a um monumental complexo hoteleiro), tornando-se um importante cenário de disputa entre a sociedade, que almeja a preservação total de sua área como parque, e o mercado imobiliário, que o vê como oportunidade de investimento.



Figura 83: Terreno Parque Augusta e entorno, 2016. Fonte: Facebook Aliados do Parque Augusta

Após os episódios de fechamento do parque somados às ameaças de construção de edifícios no local, despertou-se na população o desejo de preservação do parque de maneira que, ao longo dos anos, diferentes grupos de ativistas (com características distintas, porém de interesses iguais) se mobilizassem em favor da preservação e manutenção da área através da efetivação do Parque Augusta sem edificações.

Essas iniciativas ocorrem há quase duas décadas. A primeira delas ocorreu em 2001 organizada pela Sociedade dos amigos, moradores Empreendedores do Bairro Cerqueira César (Sammorc), que realizou campanha para arrecadação de assinaturas solicitando a implementação do parque; três anos depois, surgiu o grupo Aliados do Parque Augusta, que organizou diversas manifestações e eventos também em favor da criação do parque (MARINO, 2018).

Graças a esses movimentos, em 2004 o terreno foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Consresp) (VER ANEXO IV). De acordo com o processo, as primeiras solicitações de tombamento foram feitas pelo Sr. Samuel Kilsjtajn pelos requerimentos 175/94 e 528/97 e em ambas houve descontinuidade no andamento dos expedientes. Em 1998, uma proposta de

minuta de abertura de tombamento para análise e emissão de parecer foi encaminhada à Seção Técnica de Crítica de Tombamento e à antiga Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa, extinta com a reestruturação da SMC em 2018 (Decreto 58.207, 24/04/2018).

Para que se efetivasse o tombamento, foram levados em consideração os seguintes fatores: a dimensão e a diversidade arbórea e arbustiva do lote e a avifauna existentes nesta região, escassa de áreas verdes; e a pequena edificação remanescente do antigo Palacete Uchoa, onde posteriormente havia sido ampliado e instalado o Colégio Des Oiseaux (PMSP, 2004):

Artigo 1º. TOMBAR na área do antigo Colégio Des Oiseaux, correspondendo aos imóveis sitos à Rua Marquês de Paranaguá nº 115 e Caio Prado nº 232 (Lote 438), e Rua Marquês de Paranaguá nº 217 com Rua Augusta nº 344, (Lote 131), os seguintes elementos:

1 - O conjunto de espécies arbóreas e arbustivas que integram a área do bosque (lote 438) e os exemplares isolados (lote 438 e 131)

2 - As edificações remanescentes que integraram o conjunto arquitetônico do antigo Colégio Des Oiseaux (lote 438)

a) Edificação secundária do antigo colégio, preservando os elementos arquitetônicos originais externos como envasaduras, cobertura, revestimentos e a sua volumetria.

b) Portaria da Rua Caio Prado, compreendendo portões e muros.

Artigo 2º. Ficam definidas as seguintes diretrizes para ocupação do lote 438 que integra a área tombada:

I - Qualquer construção na área deverá prever um recuo mínimo de 10 metros por toda extensão de seu perímetro lindeiro ao bosque.

II - A altura máxima para construção na área livre do lote será de 36 (trinta e seis) metros, medidos do ponto médio da testada na Rua Caio Prado até o ponto mais alto da cobertura;

Artigo 3º. Ficam definidas as seguintes diretrizes para ocupação do lote 131 que integra a área tombada:

I - A altura máxima para construção na área livre do lote será de 45 (quarenta e cinco) metros, medidos do ponto médio da testada na Rua Augusta até o ponto mais alto da cobertura;

Artigo 4º. Os projetos de desdobro e remembramento, assim como de demolição, construção, reforma e regularização dependerão de exame, orientação e deliberação prévia do Conpresp;

Artigo 5º. Ficam definidos os lotes nº 323 (Rua Marquês de Paranaguá, 111) e 199 (Rua Caio Prado, 102), como área envoltória deste tombamento e portanto, quaisquer interferências nos mesmos deverão obter a prévia análise deste Conselho; (...)

A consulta ao processo de tombamento possibilitou o acesso à escritura de compra e venda datada de 1996 e outros estudos como o relatório de

sombreamento indicando a incidência solar e as sombras geradas pelas novas edificações próximas ao terreno; uma solicitação de alteração de gabarito na Resolução de tombamento, justificando-se que, caso o gabarito fosse aumentando nenhum prejuízo seria causado ao bem tombado e nem às áreas de insolação do bosque, uma vez que a região já é bastante verticalizada.

Um Inquérito civil datado de 2013 é assinado por promotor de justiça do Meio Ambiente para prevenção e conservação de área de bosque composta por vegetação considerada significativa do município de São Paulo, através de ações governamentais específicas, notadamente a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação e implantação de parque municipal¹⁷.

Nas atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp, as principais discussões sobre o antigo Colégio Des Oiseaux estavam presentes (VER ANEXO V). Na 474ª Reunião, ocorrida em 25 de janeiro de 2009 deferiu-se o processo com diretriz de demolição das edificações existentes no terreno do antigo colégio, com exceção da Casa do zelador; na 603ª realizada em 25 de janeiro de 2015, discute-se a construção de dois edifícios em um dos lotes do terreno e no outro, onde há o bosque a ser preservado, uma edificação. Com unanimidade de votos, essa proposta foi deferida com diretrizes; na 685ª, que ocorreu em 10 de dezembro de 2018, foi apresentado um estudo preliminar para implantação do Parque Augusta, onde tanto a Supervisão de Salvaguarda como a Diretora do DPH se manifestaram favoravelmente à aprovação do anteprojeto.

As questões apontadas nos documentos descritos são provas de que, há anos, o impasse quanto ao destino desse território atingiu não só as mídias e as ruas como também os órgãos e instituições. Um dos principais motivos disso é que, conforme descrito na Resolução 23/04, o tombamento do bosque não impediria que, apesar das restrições, novas edificações se instalassem no local. Desta forma, dando continuidade à luta, em 2006, a Sammorc em parceria com o Movimento Aliados do Parque Augusta coletou 15 mil assinaturas, obtendo apoio político para apresentar para a Câmara Municipal um projeto de lei para aprovação do parque (MARINO, 2018).

¹⁷ Dados adicionais a esses poderão ser coletados junto do Conpresp no processo de número 1999-0.148.748-0.

Em 2013, caduca a DUP promulgada em 2008 na gestão Kassab, o terreno é vendido para as construtoras Cyrela e Setin e o prefeito Fernando Haddad sanciona a Lei 15.941/2013, que autoriza a criação do parque em 100% do terreno:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Parque Municipal Augusta.

Art. 2º. O parque mencionado no art. 1º desta lei será implementado em área de jurisdição da Subprefeitura da Sé, localizada na confluência da Rua Augusta com a Rua Caio Prado e a Rua Marquês de Paranaguá.

Art. 3º. O referido parque terá como referência atividades relacionadas à prática de atividade física, educação ambiental e preservação da memória paulistana.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mais do que o tombamento, que decretou a preservação do bosque contido no terreno, a Lei 15.941 tornou-se um importante instrumento urbanístico para preservação do terreno uma vez que abrange sua área por completo, ou seja, sua permanência absoluta como área livre de edificação. No entanto, apesar de alguns instrumentos se mostrarem mais ou menos eficientes no processo de preservação dos lugares, numa cidade como São Paulo - que possui malha urbana extremamente consolidada, além de altos índices de densidade demográfica e o planejamento urbano totalmente regido pelo mercado imobiliário - ressalta-se a importância de se atuar de forma conjunta com diferentes instrumentos urbanísticos, como o tombamento e o decreto de utilidade pública, por exemplo.

Ainda no ano de 2013, como resposta a venda do terreno e estimulados pelas manifestações que ocorreram em todo o país, criou-se um novo movimento em favor do parque: o Organismo Parque Augusta (OPA). Com um perfil jovem e artístico e sem uma sede física, em seu início, o grupo organizava seus encontros principalmente através das redes sociais e os promovia em ambientes públicos, como a Praça Roosevelt.

Em 2014, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente alegou a falta de verba para desapropriação do terreno e criação do parque. Como forma de protesto ao fechamento do parque, que ocorria de forma ilegal há quase dois anos e à aprovação da construção de edifícios no terreno, foram realizados eventos, assembleias e até a ocupação do terreno por parte dos ativistas do OPA. Nessa ocasião, realizaram-se diversas atividades artísticas e culturais trazendo à tona para toda a cidade a existência do grupo e os ideais pelos quais lutavam.

No ano seguinte, após ato de reintegração de posse, o Ministério público contatou os ativistas para abertura de inquérito civil e investigação sobre danos ao patrimônio e bosque protegidos, além de examinar o processo de obtenção de licenças dos proprietários junto a prefeitura. Desde então, o OPA foi mudando: tanto nas suas ações, como na sua configuração, que passou a contar com membros mais maduros e técnicos. Fortalecendo seu caráter ambientalista desde 2014, o OPA deu origem a um movimento de causa ambiental mais ampla, o “Rede Novos Parques SP”, defendendo hoje 48 áreas verdes da cidade de São Paulo (MARINO, 2018). Bastante ativo, o movimento organiza diversos encontros e manifestações na cidade, pregando pela (Facebook Rede Novos Parques, 2019):

defesa do Direito à Cidade, da Democracia Direta e da preservação e criação de áreas verdes na cidade e no Brasil como o Parque Augusta sem Prédios com Gestão Popular Aberto Já, Parque do Bixiga sem Shopping, o Parque da Fonte do Morro do Querosene, o Parque da Barra Funda, o Parque do Caxingui, o Parque da Vila Ema, o Parque da Mooca, o Parque da Brasilândia, o Parque dos Búfalos, a Praça da Nascente, o Parque Linear do Córrego da Água Preta, o Parque Linear do Córrego da Água Podre, o Parque Paiol em Parelheiros, o Parque do Peruche, o Parque da Fazenda Cachoeira, o Bosque Betânia, o Parque da Serra do Japi entre outras...

Quanto à relação do terreno com as gestões municipais mais recentes pode-se dizer que durante a gestão Haddad (2013-2016), as negociações promovidas pelo Ministério Público envolviam tentativas de desapropriação não onerosa e negociação do valor de venda, sempre rejeitadas pelas empresas construtoras. Além disso, conforme já mencionado, também foi na gestão Haddad que se promulgou a Lei 15.941 e, desde então, diversos foram os momentos em que a luta pelo parque pareceu estar chegando ao fim. Durante

os últimos 5 anos, novas notícias sobre o andamento do parque eram divulgadas a todo momento e inúmeras manifestações seguiam acontecendo para que o cumprimento da lei acontecesse e o parque fosse aberto sem prédios e com gestão comunitária.

Em 2017, durante a gestão que se iniciou com João Doria, em uma tentativa de fechar acordo para a construção do Parque Augusta propôs-se uma permuta às construtoras Setin e Cyrela (proprietárias da área em questão na rua Augusta e interessadas em implantar edifícios no local), que cederiam o terreno do potencial parque e, em troca, receberiam parte de um terreno em área nobre, onde hoje fica a prefeitura regional de Pinheiros – o que gerou novos debates, dessa vez sobre valores de permuta e transferência de potencial construtivo. Além da concessão do terreno em Pinheiros, as construtoras receberiam a absolvição dos processos jurídicos relacionados ao terreno do parque, mas deveriam arcar com uma indenização, assumindo a construção de uma creche e um abrigo para moradores de rua, além da implantação e manutenção do Parque Augusta, da manutenção da Praça Victor Civita por dois anos e da construção de subprefeitura na área de Pinheiros.

Esse acordo fomentou acalorados debates entre ativistas e urbanistas sobre as lutas dos grupos sociais com os interesses e instrumentos do mercado imobiliário. Sem estender aqui a discussão, apenas como exemplo, o urbanista Nabil Bonduki, apontou para o Jornal Folha de São Paulo¹⁸ que a relação promíscua e pouco transparente entre agentes públicos e empresários estaria vinculada à corrupção no Brasil. O autor surpreende-se com a normalidade com que haviam sido tratados os acordos público-privados que contrariavam as leis e os princípios de impessoalidade e moralidade que regem a gestão pública, cujo exemplo é o acordo sugerido pela prefeitura, na gestão 2017, para a efetivação do Parque Augusta.

Recentemente, durante a gestão Bruno Covas (2018), foi anunciado o fim dessa disputa: um acordo estabelecido entre as construtoras com o Ministério Público que previa, além da doação da propriedade do terreno (que

¹⁸ BONDUKI, N. A permuta do Parque Augusta precisa ser mais bem avaliada. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2017/07/1902071-a-permuta-do-parque-augusta-precisa-ser-melhor-avaliada.shtml>. Acesso em: 24 de julho de 2017

se tornaria público), a construção e manutenção do parque, que deveria ser entregue até 2020. Em troca, as construtoras receberiam um certificado de Transferência do Direito de Construir¹⁹, instrumento urbanístico que visa o restauro e a conservação dos bens tombados, também utilizado como forma de o poder público adquirir áreas para a implantação de parques urbanos e preservar cinturões verdes. No dia 6 de abril de 2019, realizou-se uma cerimônia no Parque para efetivação da assinatura da escritura pública do terreno do Parque Augusta, oficializando o acordo proposto um ano antes (2018) e, enfim, a municipalização do terreno.

Para a execução do parque será utilizada parte do dinheiro arrecadado com o pagamento da multa paga pelas construtoras referente ao tempo em que o parque permaneceu indevidamente fechado. Pelo menos 6 milhões de reais (aproximadamente 60% do valor da multa) deverão ser utilizados para implantação do parque, restauração da portaria e de parte da construção que sobrou do antigo Colégio Des Oiseaux e 2 milhões garantirão a manutenção do complexo nos próximos dois anos. Apesar do desfecho favorável aos movimentos populares que lutaram pelo parque, ressalta-se o fato de uma questão bastante relevante para esses ativistas ainda não ter sido solucionada: a da gestão comunitária desse espaço.

Segundo a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), foi desenvolvido um projeto preliminar – já aprovado – para o parque a partir de cinco propostas apresentadas pela sociedade ao órgão em 2017. As premissas adotadas para sua elaboração foram basicamente: preservação total da vegetação e das construções existentes; acessibilidade; equipamentos para funcionários; construção de espaços de lazer destinados a idosos, crianças e

¹⁹ Transferência do Direito de Construir (TDC): Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural; III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social (...) (Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Capítulo II: dos instrumentos da política urbana, Seção XI)

animais; trilhas para caminhada e uma pequena arena para eventos e reivindicações - afinal, esse espaço se consagra como um espaço de luta e, portanto, cívico e político (Fig. 84).

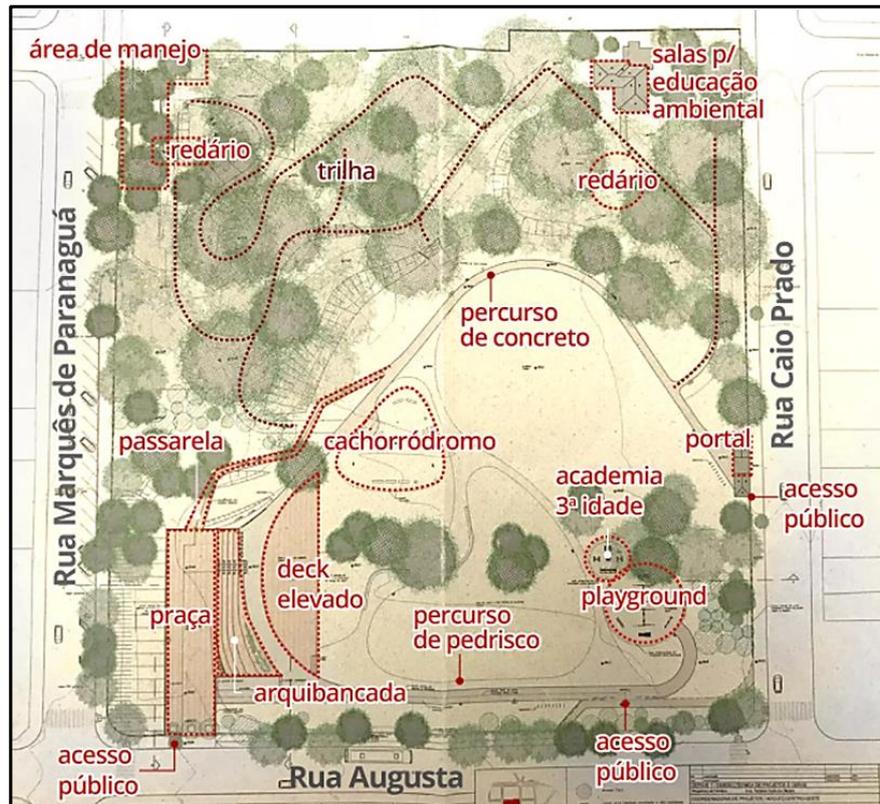
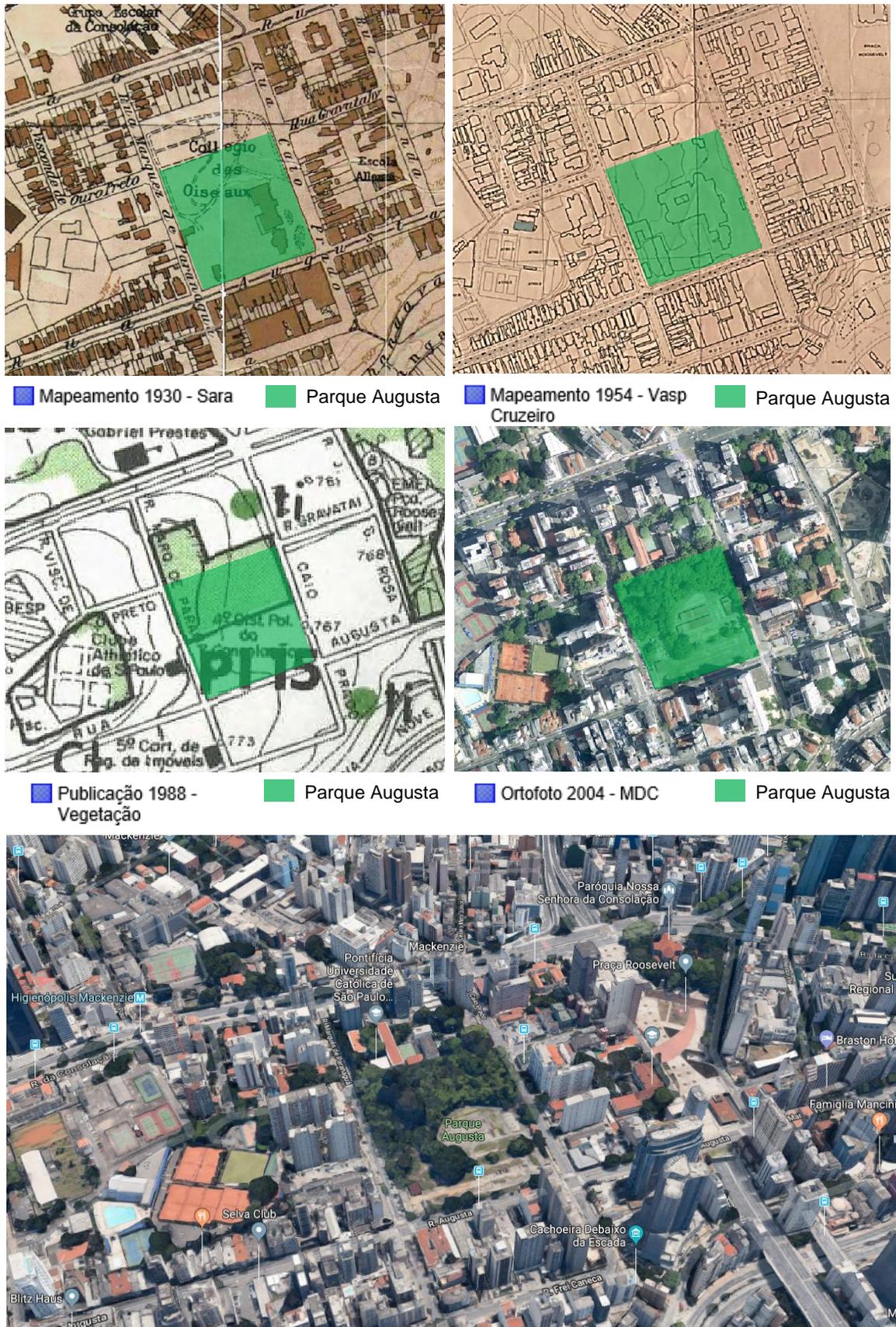


Figura 84: Imagem de como será a estrutura do Parque Augusta. Fonte: G1 São Paulo, 2019

TRANSFORMAÇÃO DO PARQUE AUGUSTA (1930-2018)



Parque Augusta e entorno, 2018. Fonte: Google Maps

Figura 85: Transformação do Parque Augusta (1930-2018). Fonte: PMSP - GeoSampa / Google Maps

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



Figuras 86 a 92: Parque Augusta permanece fechado e sem acesso à população. Manifestações e pichações a favor do parque marcam seus muros e as ruas de seu entorno, 2018. Fonte: Acervo pessoal

A luta da sociedade civil por uma área de uso público em terreno privado, assim como foi no Parque do Povo marca um processo de resistência contra a construção da cidade pautada por interesses econômicos. Analisando os dois casos, surgem questões como: 1) A conquista de propriedade pública é o suficiente para o atendimento dos interesses coletivos?; 2) Se os movimentos praticados pelos coletivos urbanos em favor de ambos os parques possuísem vínculos com pautas de políticas habitacionais, isso contribuiria para que seus entornos sofressem menos transformações e valorizações, evitando processos de gentrificação?; 3) Estaria o destino do Parque Augusta fadado à mudança e descaracterização de seus atributos (atividades e usuários), tal qual ocorreu com o Parque do Povo? 4) Caso as intervenções no Parque Augusta causem mudanças socioespaciais substanciais no entorno, os agentes que lutaram por sua efetivação continuariam sendo seus usuários?

Como já discutido, o estudo desses dois parques mostra-se muito importante para o estudo urbanístico de suas regiões e da cidade como um todo, por diversas razões, como sua configuração enquanto espaços coletivos, suas histórias e significados adquiridos enquanto locais de uso público e pela evidência dos embates entre a vontade popular e as pressões do mercado imobiliário no desenvolvimento e destinação dos espaços do município. No entanto, a pesquisa sobre essas áreas, ao mesmo tempo que leva à identificação de locais com histórias e situações paralelas na mesma cidade, conduz a reflexões de cunho arquitetônico, urbanístico e patrimonial que extrapolam a especificidade desses locais e abrangem o estudo de espaços coletivos e parques tidos como patrimônios culturais que podem existir em qualquer localidade no mundo.

O resgate dos espaços de convivência no contexto da cidade contemporânea; a necessidade de se projetar pensando na escala local mantendo os lugares “vivos” e, com isso, preservando sua memória coletiva; o esgotamento da forma tradicional de gestão dos espaços urbanos e a luta pela criação de novas políticas públicas mais humanas e inclusivas; a importância dos movimentos sociais e da luta pelo direito à cidade e a apropriação dos espaços coletivos e sua (re)construção como patrimônio cultural são alguns

dos temas suscitados na pesquisa e que serão discutidos com maior profundidade no capítulo que se segue.

3.1. Patrimonialização dos espaços coletivos e as novas perspectivas de preservação: o valor do uso

Ao longo deste estudo, à medida que se busca entender a gênese das áreas dos parques do Povo e Augusta como lugares de convívio contemporâneo, também se discute os aspectos identitários e simbólicos que atuaram para a definição de seu caráter patrimonial. Entende-se que a discussão do reuso das áreas como lugares de convívio coletivo deve ser compreendida a partir do significado cultural (ICOMOS, 1999) que estas áreas adquiriram, como lugar de práticas culturais e, conforme aponta Costa (2008, p.152) “uma abordagem afetiva onde o vínculo social com o lugar é um processo de construção da memória de cada um de nós”.

Para isso, foram compulsados alguns conceitos apresentados em estudo desenvolvido por Motta (2000), que abordam intervenções em áreas históricas urbanas, envolvendo seu uso como produto na disputa entre cidades e o mercado globalizado. Para ela, embora os projetos se utilizem da argumentação da preservação, apropriam-se cenograficamente dos espaços, desconsiderando-os como objetos socialmente construídos, gerando tensões nos órgãos de preservação em relação aos critérios de valorização dos bens culturais, e, acarretando discussões sobre o papel do Estado na preservação desses lugares e o envolvimento do poder público na oferta do patrimônio cultural e do bem coletivo como uma espécie de mercadoria.

Retomando questões já debatidas no primeiro Capítulo deste trabalho, pode-se dizer que para as instituições de preservação, essas intervenções urbanas retomam o tema *patrimônio cultural* e seu entendimento enquanto possibilidade de recuperação de ações que valorizem os lugares por seu valor coletivo e seus significados. Segundo Motta (2000, p.260),

os sítios urbanos são, de forma especial, objetos culturais histórica e socialmente construídos. Acumulam vestígios e trazem as marcas do processo de sua construção, das transformações, adaptações, apropriações e reapropriações sofridas ao longo do tempo, expressando, em sua conformação, as representações das relações que ali se sucederam. Também sua “construção ou invenção” como patrimônio, pelo poder público, é uma das formas possíveis de apropriação dos sítios, uma forma de apropriação que lhes

atribui significados e valores especiais, distinguindo-os como representações simbólicas, como monumentos e como documentos.

Nesse mesmo sentido, Valdebenito (2018) afirma que, nos dias de hoje, o patrimônio cultural se configura como um fenômeno sociocultural complexo associado às demandas das comunidades pelo território e pela construção de sua identidade e seu desenvolvimento. Para ela, as ações das comunidades locais em relação ao patrimônio – seja ele reconhecido ou não formalmente – são um dos movimentos sociais contemporâneos mais importantes. Para esses grupos, a apropriação sociocultural e política de lugares significativos expressam processos de re-territorialização e revelam o território como um espaço culturalmente heterogêneo, com diversos passados e memórias que tanto se entrelaçam como entram em conflito. Através dessas ações, os autores buscam valorizar ainda mais os significados e memórias desses territórios, definindo seus usos e valores identitários.

Apesar do importante papel que a sociedade desempenha no discurso patrimonial contemporâneo, existe uma discordância entre ela e os atores institucionais sobre o que deve ser considerado patrimônio. Apesar de as normas nacionais e internacionais reconhecerem há quase duas décadas o lado imaterial de um patrimônio por exemplo, segundo a autora, considera-se nesse processo apenas a memória boa, de maneira que passados complexos e memórias subalternas (como os de trabalhadores industriais e de povos indígenas) estabeleceriam um “patrimônio dissonante” ou até “incômodo”.

Desta maneira, as iniciativas das comunidades locais acabam sendo frequentemente reduzidas à um objetivo produtivo-turístico, o que significa deixar de lado a riqueza e a complexidade dos processos de valorização patrimonial desenvolvidos por essas comunidades. Para a autora “a patrimonialização foi e é, historicamente, um ato político dos grupos de poder sobre o território. Quando realizada por atores locais, tem sido também um ato político, de resistência, resiliência e visibilização social dos setores populares” (VALDEBENITO, 2018, p.09).

Assim, o patrimônio acaba se configurando como um problema político e os processos de apropriação e valorização patrimonial de certos marcos ou expressões culturais entendem-se, assim, como uma luta pela mudança social dentro do espaço urbano, refletindo diretamente na forma como as comunidades definem a si mesmas e se indagam sobre o papel que querem ter no desenvolvimento de seus territórios. Explica-se assim o fato da recuperação e preservação do patrimônio local se configurar hoje como um elemento cada vez mais central para as políticas de planejamento urbano (VALDEBENITO, 2018).

Nesse contexto, apresenta-se a construção do patrimônio urbano, em especial dos parques estudados, para além de seu caráter estritamente visual e estilístico, reconhecendo novos atributos como forma de valoração dos sítios, especialmente o valor pelo uso (ARANTES, 2006; BROWNE, 1991; MATERO, 2000). Para esse debate, somam-se os conceitos apresentados por Meneses (2009), que afirma ser possível pensar em novos valores que auxiliem na identificação de referências em contextos urbanos contemporâneos, tais como:

(...) valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos (2009, p.35).

Esses conceitos, ainda não aplicados aos espaços coletivos das cidades e sua garantia como patrimônios culturais foram o ponto de partida para a escolha dos objetos de estudo desse trabalho: espaços que a princípio não se destacariam diante de um tecido urbano consolidado e que guardam além daquilo que é notório e conhecido pelos historiadores, outras histórias e valores que os tornam extremamente valiosos diante das novas dinâmicas urbanas e atuais demandas da sociedade contemporânea.

Somado a isso, uma vez definido no primeiro capítulo o conceito de patrimônio cultural e compreendido os novos tipos de lutas e de movimentos sociais que, organizados ou não, têm agitado principalmente as grandes cidades modificando os padrões existentes, cabe aqui apresentar de forma sucinta outros exemplos de lugares que – independentemente de suas condições de propriedade e de construção – sofreram processos similares aos

ocorridos nos Parques Augusta e do Povo. Apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho listar todos os casos de São Paulo em que isso aconteceu, optou-se pela apresentação de alguns exemplos, que, de certa forma, permitiram que se identificassem algumas dessas situações não convencionais de reconhecimento de valor e tombamento de áreas reivindicadas para o uso da população.

3.2. Reflexões e aproximações com outros casos de estudo

3.2.1. Bairros Jardins

A mancha urbana dos bairros “Jardins” é formada pelos bairros Jardim América, Jardim Europa, Jardim Paulista e Jardim Paulistano. Primeira experiência brasileira de urbanização sob o modelo das cidades jardins²⁰, trouxe para a São Paulo novos padrões urbanísticos e arquitetônicos: moradias cercadas de áreas ajardinadas e afastadas dos limites dos terrenos e ruas arborizadas típicas das experiências anglo-americanas. Localizado em uma região considerada insalubre e inadequada para habitação devido à grande quantidade de charcos e pântanos, o Jardim América foi o primeiro a ser loteado e serviu de modelo para os demais bairros.

Lançados em meados de 1910 pela Companhia inglesa City of São Paulo Improvements and Freehold Company Limited, esses loteamentos seguiam um modelo urbanístico que se restringia ao uso residencial, configurando essas áreas numa espécie de zona de casas destinada a uma comunidade restrita, que até hoje se contrapõe ao restante da paisagem paulistana - caracterizada especialmente pela alta densidade, verticalização e uso misto (WOLFF, 2016).

²⁰ Alguns dos princípios fundamentais propostos por Ebenezer Howard para a cidade-jardim são: 1) eliminação da especulação; 2) controle da expansão e limitação da população; 3) equilíbrio funcional entre a cidade e o campo, as residências, o comércio, a indústria, a função espiritual, política, social e recreativa, com a finalidade de evitar a “depressão moral” e econômica dos subúrbios operários; 4) planejamento do empreendimento sob sérias bases econômicas. GIORDANI, 1972, p. 63.



Figura 93: Vista aérea região dos Jardins com “cinturão de prédios” em seu entorno. Fonte: Google Earth

Figura 94: Foto da região dos Jardins contrastando com edifícios ao fundo. Fonte: Site Ame Jardins

Nas décadas de 1970 e 1980, esses padrões pouco tinham a ver com o crescimento agressivo pelo qual a cidade vinha passando desde 1950, de forma que, nesse período, intensificou-se a pressão por transformações de uso e ocupação do entorno desses loteamentos – que não mais se encontravam sob controle da Cia. City, mas sim do poder municipal. Rompendo com o caráter homogêneo dos bairros, foram criadas leis que permitiam - especialmente em vias de maior trânsito - a substituição das construções baixas de residências unifamiliares por uma sequência de prédios de apartamentos de alto luxo (WOLFF, 2016).

A ameaça gerou revolta em parte da população, que entrou com o pedido de preservação dos Jardins junto ao Condephaat. Considerado um conjunto urbano de “inestimável valor ambiental, paisagístico, histórico e turístico, ressaltando-se o seu caráter antrópico representado pela implantação do paisagismo ali existente, com denso e contínuo arvoredo”, segundo a Resolução 02. de 23-1-86 publicada no D.O.E., aprovou-se o tombamento dos seguintes elementos (SÃO PAULO, 1986, p.19-20):

Artigo 1º. (...)

I - o atual traçado urbano, representado pelas ruas e praças públicas contidas entre os alinhamentos dos lotes particulares;

II - a vegetação, especialmente a arbórea, que passa a ser considerada como bem aderente;

III- as atuais linhas demarcatórias dos lotes, pois são também históricas estas superfícies, sendo o baixo adensamento populacional delas decorrentes tão importante quanto o traçado urbano.

Artigo 2º. A área de tombamento está contida no polígono obtido a partir da

intersecção dos eixos das vias abaixo relacionadas: Rua Estados Unidos (CADLOG 06651-6) , Av.Rebouças (CADLOG16919-6) Av.Brigadeiro Faria Lima (CADLOG 06897-7), Rua Gumercindo Saraiva (CADLOG 08527-8), Av. Cidade Jardim (CADLOG 04933-6), Av. 9 de Julho (CADLOG14804-0), Av. São Gabriel (CADLOG 07671-6), Av. Antonio Joaquim de Moura Andrade (CADLOG10517-1), Av. República do Libano (CADLOG 17003-8), Rua Manoel da Nóbrega (CADLOG 12651-9), Rua Paulino Camasmie (CADLOG15647-7) e Av. Brigadeiro Luiz Antonio (CADLOG 12165-7) (...)

Nesse processo, estabeleceu-se um conjunto de diretrizes para a preservação dos bens contidos na área tombada, entre elas: todas as intervenções referentes ao lote – desmembramento, remembramento, construções, demolições, reformas e restauros – deverão ser previamente aprovados pelo Condephaat; O mesmo serve para as intervenções no sistema viário, guias e calçadas; Os moradores dos lotes compreendidos na área tombada poderão executar o plantio de árvores e o ajardinamento do passeio correspondente; Todos os projetos deverão respeitar a arborização existente e; Recuos, afastamentos, gabarito e taxa de ocupação serão determinados conforme zoneamento.

Apesar do tombamento ter incidido sobre o traçado urbano²¹, a vegetação e as linhas demarcatórias dos lotes (Condephaat, 1988) – garantindo a qualidade ambiental da região e colaborando para que não houvesse a desvalorização do solo –, trouxe também a questão da preservação do uso residencial nos bairros, possibilitando a discussão sobre o uso do tombamento como uma estratégia jurídica para impedir mudanças indesejáveis.

Pode-se dizer que sua preservação se deu, portanto, não apenas por conta de seu incontestável valor paisagístico, como também pelo desejo de se manter as características originais da área. O mesmo aconteceu alguns anos depois com o também bairro-jardim, Pacaembu, tornando-os os dois únicos exemplos de bairros que o tombamento foi efetivamente realizado na cidade de São Paulo.

Pauta de diversos debates, esses dois casos de tombamento chamam atenção por possuírem diretrizes de preservação que conflitam com alguns critérios de desenvolvimento urbano. Um exemplo disso é a baixa densidade dessas áreas somadas à cobertura vegetal existente que, por um lado, proporciona áreas mais saudáveis e por outro subutilização de locais ricos em infraestrutura urbana. A falta de diálogo entre os instrumentos reguladores (Plano diretor, lei de uso e ocupação do solo e resolução de tombamento) não contribui para que essas questões sejam resolvidas ou, ao menos, amenizadas.

Ademais, o tombamento se mostrou ineficiente no que diz respeito a preservação de vias (muitas delas de escala metropolitana mas ainda geridas como se fossem de escala local) e à forma em que muitas das construções são ocupadas: algumas delas abandonadas e ociosas, outros imóveis residenciais são adaptados para abrigar comércios e serviços transgredindo a legislação, ocupando recuos e desrespeitando as taxas e coeficientes estabelecidos.

Sempre ameaçada pelo crescimento urbano, há anos os moradores dessa região (nobre e dotada de infraestrutura) se organizam em defesa da

²¹ OBS.: Não foram encontradas atas de reuniões de órgãos de preservação que discutissem assuntos relevantes para esse trabalho.

preservação de suas características originais. Em 2005 criou-se a Ame Jardins: “uma associação de direito privado, apartidária, apolítica e sem fins lucrativos que visa a defender, unir e tomar iniciativas sintonizadas com a coletividade dos moradores da região dos Jardins América, Europa, Paulista e Paulistano”²².

Com foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores da região, a Ame Jardins elegeu cinco temas prioritários para pautar sua atuação: preservação das áreas verdes (através do encaminhamento de solicitações de poda e remoção de exemplares arbóreos e auxílio dos interessados a firmar Termo de Cooperação com a Prefeitura para adoção de praças); uso e ocupação do solo (por meio da cobrança de providências do poder público em relação às obras irregulares e denúncia sobre o desrespeito ao zoneamento do bairro eminentemente residencial); segurança pública (mantendo um relacionamento estreito com as autoridades de segurança pública e aproximando-as dos moradores da região); trânsito (discutindo alternativas para o tráfego e solicitando reparos da sinalização semafórica, demarcação das vias e instalação de lombadas) e; zeladoria urbana e acessibilidade (cobrando das autoridades públicas providências para irregularidades como postes de iluminação apagados, calçadas em mau estado de conservação, buracos nas ruas, lixo acumulado em praças e mobiliário urbano danificado).

Independente da forma como se organiza esse grupo e os reais motivos que o levam a lutar pela preservação desse espaço, esse é mais um exemplo de como os cidadãos, se uniram e se mobilizaram por um espaço de uso público não só no momento da solicitação do tombamento, mas também anos após sua efetivação.

²² Disponível em: <http://amejardins.com.br>. Acesso em: 02 de maio de 2019

3.2.2. Cine Belas Artes

Outro caso importante para o entendimento das possibilidades de utilização de novas formas de atribuição de valor pela comunidade é o Cine Belas Artes: um legítimo representante daquilo que comumente se chamou de "Cinema de Arte", que resistiu às novas e modernas salas de cinema alocadas dentro de Shopping Centers e cujo tombamento é um exemplo de articulação entre políticas de preservação e políticas públicas de cultura (Condephaat, 2015).

Situado no coração de São Paulo, na Rua da Consolação quase esquina com a Avenida Paulista, o cinema é um dos mais antigos da cidade. Inaugurado em 1943 como Cine Ritz teve seu nome alterado para Cine Trianon alguns anos depois até que, em 1967, passou a ser chamado de Cine Belas Artes (Figs. 96 e 97). Principalmente até a década de 1950 (antes do aparecimento da televisão nas casas de família e do início da degradação do centro), as salas de cinema, que se espalhavam toda a cidade, funcionavam como um importante espaço de lazer coletivo.

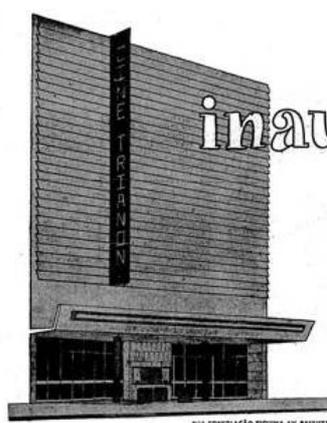


Figura 96: Inauguração do Cine Trianon, 1956. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo

Figura 97: Abertura Cine Belas Artes, 1967. Fonte: Acervo O Estado de S. Paulo

Sempre na contramão do circuito comercial, o Cine Belas Artes ofereceu já nas décadas de 1960, 1970 e 1980 filmes europeus de caráter artístico para um público de intelectuais de classe média local. Durante a ditadura, lutou

contra a censura, mantendo em cartaz filmes considerados “de arte” e polêmicos, consagrando-se num importante espaço de resistência cultural.

Assim como outras salas de cinema da cidade, o Cine Belas Artes entrou em declínio nos anos 1990. Alvos de especulação imobiliária, muitos desses imóveis eram alugados e, sem patrocínio de bancos ou empresas privadas, diversos deles acabaram encerrando suas atividades.

Em 2004, devido a uma parceria de um cineasta com uma produtora e com o banco HSBC, o Cine Belas Artes foi reaberto - passando a integrar o circuito de arte da cidade. Seis anos depois, o banco rompe com o patrocínio, de maneira que, em 2011, por falta de recursos, o cinema fecha novamente suas portas²³.

O encerramento das atividades aliado à possibilidade de mudança de uso da edificação gerou revolta na população, de modo que protestos envolvendo políticos e a sociedade civil passaram a acontecer em defesa desse espaço e de sua permanência enquanto cinema de rua (Figs. 98 e 99). O Manifesto pelo Cine Belas Artes reuniu mais de 90 mil assinaturas contra o fechamento do estabelecimento. Com a abertura de CPI em 2012, se declara a utilidade pública do cinema.



Figura 98: Passeata contra o fechamento do Cine Belas Artes, 2011. Fonte: Facebook, Movimento Belas Artes



Figura 99: Manifestação Movimento Belas Artes em 17 de março de 2012. Fonte: Blog Coletivo sem Paredes

²³ VENTURINI, T. Conheça a história do Cine Belas Artes, 2014. Secretaria Especial de Comunicação. Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/conheca-a-historia-do-cine-belas-artes>. Acesso em: 02 de maio de 2019

Quanto ao pedido de tombamento do edifício (VER ANEXO VI), efetuado em 2011, mais do que uma simples tomada de decisão, este implicou na atualização da noção de patrimônio histórico dos paulistanos: desfocando o valor da arquitetura da construção para considerar a importância simbólica desta esquina como ponto de formação de milhares de cinéfilos e uma peça importante na construção da história e da memória cultural e artística da cidade (ROLNIK, 2011).

Assim, em 2012, o Condephaat aprova o tombamento da fachada do edifício (SÃO PAULO, 2015, p.40):

As manifestações constantes no processo CONDEPHAAT 65359/11, o qual foi apreciado pelo CONDEPHAAT nas Sessões Ordinárias de 15-10-2012 e 12-08-2013, cujas deliberações foram favoráveis ao tombamento do Cine Belas Artes, (...), sendo a minuta de resolução de tombamento também aprovada por aquele Conselho;

- Que atribui ao Cine Belas Artes papel de relevo na formação de quadros expressivos da produção cinematográfica do Cinema Novo Brasileiro;
- Que o Belas Artes funcionou durante sua história como espaço de formação qualificada de público, importante para a cinefilia e cinematografia paulistas;
- Que o edifício abrigou, na sala subterrânea, o primeiro local de reuniões da Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC), cuja atuação para a valorização do cinema nacional é inegável;
- Que se trata de um lugar de memória no panorama da cinematografia paulista, resolve

Artigo 1º. Fica tombado como patrimônio cultural do Estado de São Paulo o antigo Cine Belas Artes, sito à Rua da Consolação, 2423, no distrito homônimo desta Capital.

§1º. Para todos os efeitos deste tombamento, fica elencada somente a fachada frontal (noroeste) voltada para a Rua da Consolação

(...)

Em 2014, graças a uma parceria entre a prefeitura, a Caixa Econômica Federal, o proprietário do imóvel e o exibidor, as salas voltaram a funcionar (Figs. 100 e 101).



Figura 100: Evento para comemoração de reabertura do Cine Belas Artes, 2014.



Figura 101: Convite para comemorar 2 anos da retomada do Cine Belas Artes, 2016. Fonte: Facebook, Movimento Belas Artes

No mesmo ano, o novo Plano Diretor Estratégico – PDE, Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, instituiu uma nova categoria de Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), na qual o cinema estaria incluído, a Área de Proteção Cultural (APC) (inciso IV, do art. 63):

imóveis de produção e fruição cultural, destinados a formação, produção e exibição pública de conteúdos culturais e artísticos, como teatros e cinemas de rua, circos, centros culturais, residências artísticas e assemelhados, assim como espaços com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade, cuja proteção e necessária a manutenção da identidade e memória do Município e de seus habitantes, para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica da cidade.

Além disso, conforme descrito no item 1.4 deste trabalho, o Belas Artes, assim como o Parque Augusta, está inserido no Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP Paulista/Luz) – importantes territórios da cidade que abrigam áreas ou um conjunto de áreas naturais ou culturais protegidas, lugares significativos para a memória da cidade e dos cidadãos e instituições de relevância cultural e científica. Além disso, segundo a Câmara Municipal de São Paulo, parecer nº 136/2018 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei nº 0257/16, art. 317, o TICP deverá ser regulamentado por lei específica que deverá prever: “a garantia de uma gestão democrática e participativa dos TICP, com controle social, livre acesso à informação e transparência na tomada de decisões; a criação de um Conselho”.

Desta maneira, em 2015, constituiu-se o Conselho de Amigos do Cine Belas Artes, que tem como objetivo fortalecer a preservação do cinema como patrimônio cultural, histórico e afetivo da Cidade de São Paulo. Composto por

membros representantes do setor cultural, organizações da sociedade civil, representantes do poder público e personalidades culturais, incluiu nomes como Nabil Georges Bonduki (Secretário Municipal de Cultura), Nádía Somekh (Presidente do Conpresp), André Sturm (Representante do Cinema Belas Artes Ltda), Eduardo Suplicy e Simone Scifoni. Cabe ao Conselho (São Paulo, 2015, p.15):

- a) Sugerir propostas, projetos e ideias para aprimorar a programação;
- b) Apoiar a integração do cinema aos projetos de Zepec e de revitalização da esquina da Consolação com a Av. Paulista e ao futuro “Corredor Cultural Consolação/Paulista”;
- c) Facilitar parcerias do Cine Belas Artes com o comércio local e equipamentos culturais do entorno;
- d) Facilitar parcerias do Belas Artes com outros cinemas, o setor privado, o setor público e o setor não governamental;
- e) Apresentar recomendações sobre o funcionamento da Sala da SPCine e da programação educativa;
- f) Apoiar o acesso do Cinema a incentivos fiscais, linhas de crédito especiais e a programas privados e públicos de preservação e fomento ao cinema de rua e de galeria;
- g) Atrair investimentos para o Cinema;
- h) Sugerir a integração do Belas Artes ao circuito público e alternativo de cinema de rua e galeria.

Guerreiro de uma luta que parece não ter fim, mesmo com a proteção do tombamento e de leis específicas locais, recentemente esse espaço se viu mais uma vez ameaçado de fechamento. Com o rompimento do contrato de patrocínio com a Caixa Econômica Federal em 2018, o cinema teve que buscar um novo patrocinador: em abril de 2019 a empresa privada de cerveja (Petra) assumiu que ajudará o cinema a se manter através de ajuda nas despesas de aluguel do imóvel pelos próximos 5 anos e, em troca fará a exploração da marca no local, colocando seu nome na fachada do prédio e fazendo a promoção de produtos em seu interior.

3.2.3. Sesc Pompéia

O terceiro e último exemplo paulistano de espaço coletivo que foi adotado pela população por seu valor cultural e de uso é o Sesc Pompéia. Baseado em um projeto típico inglês e construído em 1938, o prédio que hoje funciona como um centro de cultura e lazer abrigou, em seu início, uma fábrica de tambores e uma indústria de geladeiras a querosene. Abandonado em 1976, a distribuição racional de seus galpões e sua estrutura em concreto armado não foi a única coisa que chamou a atenção da arquiteta Lina Bo Bardi: aos finais de semana, o espaço era intensamente frequentado por crianças, que ali jogavam bola e assistiam teatros de bonecos, mulheres que preparavam churrascos, homens e idosos que ocupavam os pavilhões. Essas características (observadas e vivenciadas pela arquiteta) foram suficientes para que estipulasse as premissas do projeto que seria desenvolvido para o local: recuperar e manter a velha fábrica intervindo através de uma perspectiva contemporânea, valorizando seus usos e preservando a urbanidade do local (VAINER; FERRAZ, 1999) (Figs.102 a 104).

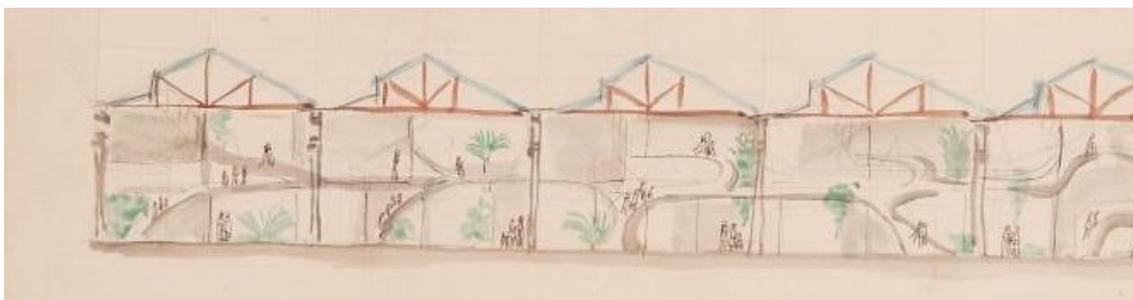
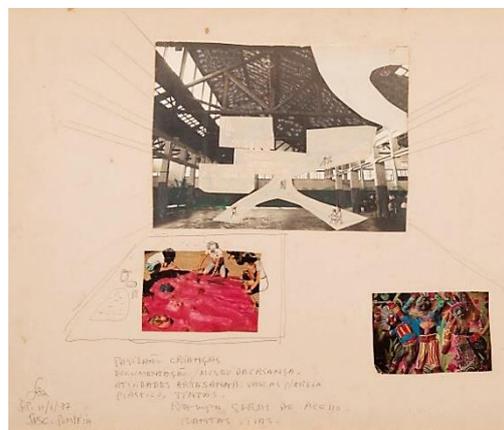


Figura 102: SESC – Fábrica da Pompéia, Perspectiva da rua interna, 1977 / Figura 103: Fotomontagem do galpão indicando atividades para crianças, 1977 / Figura 104: Corte, 1977. Fonte: Instituto Bardi

Pensado desde o princípio para ser um local de inclusão e integração de jovens, crianças e terceira idade, o Sesc Pompeia conta até hoje com múltiplas atividades em setores diversos, como: cursos e oficinas, exposições, feiras, festas, shows de música, teatro, circo, além de uma enorme variedade de atividades relacionadas à esportes.

(...) A melhoria da qualidade de vida e o interesse pela coletividade apresentam-se como metas reafirmadas diariamente no trabalho do Sesc. Neste sentido, as iniciativas pioneiras da entidade, seja no campo da cultura, nos esportes ou, ainda, no lazer, soma-se o cuidado permanente com a infraestrutura e as instalações onde essas atividades são realizadas.

O Sesc Pompéia, inaugurado em 1982, representa um marco pioneiro dessa proposta ao transformar fábrica em espaço cultural (...).

Abram Szajman – Presidente do Conselho Regional do SESC no Estado de São Paulo (VAINER; FERRAZ, 1999, p.04).

O Sesc Pompéia é resultado de uma arrojada ideia de equipamento destinado ao lazer urbano: o aproveitamento de uma construção industrial paulista, que por representar um expressivo marco em sua época, foi preservado pela instituição. A ideia que motivou o seu restauro surgiu da preocupação em criar um ambiente vital e ativo, mutável dentro de um espaço histórico (...).

Constatar que a Pompéia é um patrimônio cultural envolve reconhecer que a preservação de seu espaço não foi feita apenas para salvar uma edificação do passado, mas, também, para ressignificar essa construção, adequando-a às novas formas de utilização, atribuindo-lhe novos significados. Um espaço transformado em um equipamento consagrado à produção econômica em outro, dedicado à produção cultural (...).

Danilo Santos de Miranda – Diretor do Departamento Regional do SESC no Estado de São Paulo (VAINER; FERRAZ, 1999, p.05).

Ícone da arquitetura brutalista, o edifício foi tombado em 2009 pelo Conpresp e, em 2015, pelo Iphan com a justificativa de “ser considerado um marco da arquitetura brasileira, por seus valores técnicos e estéticos, em especial, pelas intervenções em sua estrutura, desenvolvidas por Lina Bo Bardi”. No entanto, segundo entrevista dada para o jornal O Estado de São Paulo em 2015 pelo arquiteto Marcelo Ferraz, colaborador de Lina Bo Bardi, “o Sesc Pompeia é um patrimônio onde o uso faz toda a diferença. O patrimônio tem de andar junto com a vida. Por isso, a discussão do tombamento

respeitando os usos, é um indício de que a história desse lugar será respeitada”²⁴.

Segundo a Resolução 05/2009 (PMSP, 2009), considerando que o processo de industrialização teve importância fundamental na formação histórica da Lapa, definindo originalmente a sua identidade como bairro fabril e tendo em vista que as atividades fabris e a diversidade arquitetônica presentes no bairro lhe conferiram uma identidade única, o Sesc Pompéia é tombado pelo Conpresp (VER ANEXO VII), juntamente com outros 19 edifícios contidos na subprefeitura da Lapa:

Artigo 1º. TOMBAR os seguintes imóveis situados na Subprefeitura da Lapa, abaixo identificados:

(...)

3. SESC Pompéia, situado na Rua Clélia nº 93 com Rua Barão do Bananal s/nº - (Setor 022, Quadra 021, Lote 0031) - Água Branca:

a) Antigos galpões industriais (atualmente ocupados pela Biblioteca, Área de Convivência e Teatro, incluindo o Saguão de entrada e espera)

b) Demais galpões industriais

Nível de Preservação 2 (NP2): preservação das características arquitetônicas externas e estruturas internas das coberturas de madeira.

c) Outros edifícios

Nível de Preservação 3 (NP3): preservação das características arquitetônicas externas, incluindo fachadas, volumetria e cobertura

d) Ruas internas: preservação dos pisos.

Já no processo do Iphan (VER ANEXO VIII), é tombado o perímetro do terreno referente ao Sesc e o perímetro do entorno protegido, abrangendo as duas quadras fronteiras aos galpões fabris, afim de manter a relação de escala entre todos esses elementos. Além disso, o processo conta com dois encaminhamentos principais e três pareceres: o primeiro encaminhamento que dá origem ao processo, vem assinado pelos arquitetos Marcelo Ferraz e André Vainer, colaboradores de Lina no projeto e; o segundo vem acompanhado do primeiro parecer e é realizado pela arquiteta Anna Beatriz Ayroza Galvão.

²⁴ VEIGA, Edison. Prédio do Sesc Pompeia agora é patrimônio cultural do Brasil, 2015. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,predio-do-sesc-pompeia-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil,1645153>. Acesso em: 21 de março de 2018

Os pareceres (um do IPHAN, outro do DEPAM e o terceiro do Procurador da República) destacam cinco pontos, sendo os dois primeiros referentes ao valor histórico do conjunto e os outros três ao valor artístico:

- 1) A intervenção pioneira na preservação do patrimônio industrial brasileiro;
- 2) A intervenção pioneira na preservação da cidade tradicional;
- 3) A adequação do conjunto ao programa institucional;
- 4) A adequação do conjunto à sua situação urbana;
- 5) O brilho artístico da realização, que é obra de arte total, o projeto se estendendo da edificação ao mobiliário e à comunicação gráfica, e, quando Lina era diretora artística, à museografia.

Apesar de ambos os processos de tombamento envolverem as características arquitetônicas do edifício, pode-se dizer que, no projeto do Sesc Pompeia, Lina Bo Bardi optou por preservar mais do que o espaço, o lugar: não se mantiveram apenas os galpões, mas a vida que dentro deles acontecia. Os usuários foram peças-chaves para a elaboração do projeto, tornando-se também usuários do novo estabelecimento que ali se instalaria.

Assim, da mesma forma que ocorreu com Cine Belas Artes, os anos se passaram, a cidade se transformou e esses lugares permaneceram. Como uma espécie de testemunho de outra era, é como se, a partir de uma herança consolidada, eles contassem uma história reconstituída e assim, carregassem consigo uma ilusão de eternidade (NORA, 1993). Numa espécie de reinvenção de uma tradição, adquiriram valor pelo uso que lhes fora atribuído, tornando-se espaços simbólicos da metrópole paulistana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, buscou-se demonstrar a forma como o mercado imobiliário, o poder público e a sociedade civil têm interagido diante da diversidade de interesses sobre os espaços de uso comum numa metrópole como São Paulo. Considerados espaços estratégicos do ponto de vista de localização e usos, os casos aqui apresentados (em especial os parques do Povo e Augusta) são exemplos de territórios que envolveram disputas e conflitos entre agentes sociais desses três âmbitos.

Ao analisar os processos de tombamento desses bens, notou-se que a falta de articulação entre os agentes de órgãos públicos, secretarias e órgãos de preservação, somada à falta de diálogo e à pequena (em alguns casos maior, em outros menor) abertura para discussões coletivas, não só dificultam o entendimento das dinâmicas urbanas como também acabam por beneficiar o mercado imobiliário. Desse modo, inúmeras condições são impostas sobre os territórios da cidade, induzindo transformações controladas e tornando esses espaços como espécies de mercadorias - colaborando ativamente para a financeirização e a fragmentação do território urbano.

Frente a essa realidade e à incapacidade do poder público em manter e gerir os espaços de uso coletivo, cabe à população persistir clamando pela preservação das poucas áreas verdes e de convívio que ainda restam na cidade, utilizando-se de todos os recursos disponíveis, entre eles, o próprio tombamento. Nesse âmbito, vale ressaltar que, ainda que os movimentos populares venham conquistando seu espaço dentro do planejamento urbano e na elaboração de políticas públicas – seja pela participação em discussões de órgãos colegiados, incentivados pela implementação de novas ferramentas urbanísticas como as ZEPECs ou as Operações Urbanas, seja pelas diversas formas de aplicação do urbanismo tático – faltam recursos eficazes que agilizem esses processos.

Um exemplo disso é o caso do Parque Augusta: o impasse sobre a posse e o destino do terreno durou anos e esse processo – que só teve seu desfecho definido durante o desenvolvimento desse trabalho –, além de duradouro, enfrentou diversos entraves e reviravoltas.

Há algum tempo, tem-se ampliado o conceito de patrimônio, que deixa de ser representado apenas por prédios ou monumentos isolados de seu entorno, de sua história e de sua relação com a população, e passa a incluir, aos poucos, aspectos históricos e a relação com as pessoas e com o território. Essas ideias têm sido incorporadas também aos critérios para o processo de tombamento, o que representa uma nova maneira de olhar para uma ferramenta que até há pouco tempo era vista como um “engessamento” dos bens. Portanto, essas mudanças, configuram uma importante possibilidade de se pensar em novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural.

O tombamento, no entanto, não garante por si só que os espaços se mantenham fiéis aos símbolos que carregam. Ainda que essa ampliação de conceitos represente um ganho, a falta de dispositivos de controle pós-tombamento; o enfraquecimento das lutas e dos grupos após sua efetuação; o tipo de gestão a que esses lugares são submetidos e; o descaso com o planejamento e desenho ao qual esses espaços muitas vezes são submetidos, acabam transformando seus usos e rompendo com a memória coletiva desses lugares (um exemplo disso é o Parque do Povo). Embora alguns deles se adaptem e, apesar de modificados, continuem sendo importantes espaços de uso coletivos, outros transformam-se em espaços obsoletos e sem vida.

O estudo dos casos abordados - parques que, apesar de suas modificações, se mantiveram como espaços coletivos ativos da cidade - possibilitou a verificação de que, apesar das mudanças no campo do patrimônio cultural, principalmente a partir da década de 1980, e da ampliação dos critérios de valor que culminaram com o reconhecimento de bens imateriais, não foram criadas diretrizes suficientes para que se estabelecessem mecanismos capazes de garantir sua continuidade no tempo. O impasse e o conflito de interesses nas discussões a respeito do destino de patrimônios, bem como as alterações inclusive pós-tombamento a que esses locais estão sujeitos, mostram como a obtenção do documento oficial de tombamento não garante a manutenção de seus atributos.

Por outro lado, os casos dos parques estudados e os casos similares discutidos permitem constatar que cada caso implicou uma trajetória singular desde o reconhecimento, a mobilização até a preservação, reafirmando a

impossibilidade de definir-se a priori os significados dos objetos valorizados, em especial, os espaços coletivos. Ao contrário, cada um dos casos trouxe uma reflexão para os órgãos de preservação e exigiram que se repensassem os instrumentos até então existentes. Ou seja, originaram processos inéditos, sem precedentes ou parâmetros anteriores. Neste sentido, constituem um avanço no processo de pensar a urbanidade como um valor a ser considerado.

Com isto, espera-se ter contribuído para a reflexão sobre como a identificação de patrimônios segue, hoje, conceitos mais abrangentes, podendo incluir a participação ativa (por identificar e reivindicar) ou passiva (por ser incluída nas análises de especialistas) da população, mas que ainda existem muitos gargalos e entraves para a efetivação da preservação do uso, por critérios como o afetivo, o significado, a memória, em especial, quando o âmbito da política e planejamento urbano apresenta assimetria de poder entre as partes envolvidas (notadamente, o mercado imobiliário) e, o Estado, que teria papel de mediador, mas por vezes tem-se mostrado também um *player*.

Este trabalho buscou colaborar para a ciência urbanística, através da análise de casos emblemáticos e a forma como essas modificações vem ocorrendo, e buscou compreender os limites da atuação dos órgãos de preservação na gestão dos espaços coletivos com significado cultural para a população.

Uma última questão a destacar é a importância de ter-se optado nesta pesquisa pela aproximação destes casos como forma de sistematizar a literatura pertinente e os questionamentos apropriados para a construção do tema, visando futuras pesquisas e tendo em conta que a abordagem destas questões não deve prescindir de outros olhares, de outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, I. Ilo **Krugli**: poesia rasgada. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009. Disponível em <<http://livraria.imprensaoficial.com.br/media/ebooks/12.0.813.190.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2018

ARANTES, A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Revista Habitus**, Goiânia, v.4., n.1, p.425-435, jan/jun, 2006

ABRAHÃO, S.L. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, 2008

ANDRADE, L.M.S. **Conexões dos Padrões Espaciais dos Ecosystemas Urbanos**: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. 2014. Tese de doutoramento - Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília.

BONDUKI, N. Não deixe o cine Belas Artes fechar. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 11, n, 126,02, **Vitruvius**, jan, 2011. Disponível em <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.126/3726>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2018

BROWNE, E. Espírito de la época y espíritu del lugar. **Arquitectura Latinoamericana. Pensamiento y Propuesta**, Buenos Aires: Summa, 1991

BROD, R.A.; MAZZARINO, J.M. O que fica, o que flui e o que fala: Lugares identitários no ambiente urbano. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVIII, n. 4, p. 55-74 n out.-dez., 2015

CAMARGO, L. S.; MARTINS, J.S. **História e arte no Cemitério da Consolação**. As origens do Cemitério da Consolação. Prefeitura da cidade de São Paulo. Secretaria da cultura e Secretaria de Serviços. Serviço Funerário. Arquivo Histórico Municipal, 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cemiterio_baixa_1219246534.pdf>

CARDOSO, R. C. L. Os movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 2, n. 3, 1986

CARSALADE, F.L. **A pedra e o tempo**: arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Bens protegidos, base de**

dados Condephaat, Bairros dos Jardins, 1988. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/bairros-dos-jardins/>. Acesso em: 17 de julho de 2017

COSTA, O. **Memória e paisagem: em busca do Simbólico dos lugares**. Espaço e cultura, edição comemorativa. Rio de Janeiro, pp.149-156, 2008

DUARTE, A; SANTOS, R.P. A cidade como espaço de intervenção de coletivos: resistência e novas formas de vida urbana. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 4, set-dez, pp.31-52, 2012

FORTUNA, C. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Anpocs, ano 12, n. 33, 1997

GATTAI, Z. **Anarquistas, graças a Deus** - memórias. 22ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995

GIORDANI, P.L. **L'Idéia dela Città Giardino**, Bologna: Calderini, 1972

GOHN, M.G. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788> >. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Coleção Museu Memória e Cidadania, 2007

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

HARI, P. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. XVII **ENANPUR**. São Paulo, 2017

HATUKA, T. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades? In: CYMBALISTA, R; FELDMAN, S; KÜHL, B.M. (Orgs). **Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas**. São Paulo. Annablume, 2017

KOGAN, G. **Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal**, 2016. Disponível em <https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismoneoliberal/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2019

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração de Québec**. Québec, Canadá, ICOMOS, 2008

IPHAN. **Constituição Federal. Art. 216**, 2015. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf . Acesso em: 08 de outubro de 2018

JORGE, C. A. **Consolação: uma reportagem histórica**. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de cultura. Departamento do patrimônio histórico. Divisão do arquivo histórico. Série: História dos bairros de São Paulo. Volume 22: Consolação. 1989

LIMA, M.C.S.M. Cidade, identidade e os lugares de memória. **Revista Unimontes Científica**. V.14, n 2, 2012

LOPES, H.Q.F. & TOLEDO, V. L. V. **Itaim-bibi**. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de cultura. Departamento do patrimônio histórico. Série: História dos bairros de São Paulo. Volume 26: Itaim-bibi. 1988

MAGNANI, J.G.C. Os circuitos dos jovens urbanos. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**. Vol. XX, 2010, pág. 13-18

MAGNANI, J.G.C. & MORGADO, N. Tombamento do Parque do Povo: futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996, Iphan – Ministério da Cultura. Portal Iphan. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 24 de junho de 2017

MARICATO, E. É uma questão urbana, estúpido! In: VAINER, C. et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ªed, São Paulo: Boitempo, 2013

MARICATO, E.; FERREIRA, J.S.W. **Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?** Texto extraído do livro "Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras", Letícia Marques Osório (Org.), Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre/São Paulo, 2002

MARINO, C.E.C. Ativismo e apropriação no espaço urbano de São Paulo. **Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo da Universidade São Judas Tadeu**, nº23, 2018. Disponível em <<https://www.usjt.br/arq.urb/numero-23/arqurb23-integral.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019

MATERO, F. Ethics and Policy in conservation, en **The Getty Conservation Institute Newsletter**, Volumen 15, Number 1, 2000

MAZIVIERO, M.C.; ALMEIDA, E. Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017

MEDEIROS, A. M. **Breve História dos Movimentos Sociais no Brasil**, 2015. Disponível em <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/breve-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017

MENESES, U. T. B. de. Conferência Magna “O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas”. In **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**:

Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012, p.25-39.

MOTTA, L. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: **O espaço da diferença**. ARANTES, A. A. (org). Campinas: Papirus, 2000

NORA, P. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, pp.7-28., 1993

PECHMAN, R.M. No avesso dos cartazes, uma Cidade Perversa. **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Instituto de arquitetura e urbanismo. IAU-USP, n.20, pp. 6- 13, 2014. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/117431/115204>>. Acesso em: 17 de outubro de 2017

PMSP. Lei Municipal Nº 16.402, de 22 de março de 2016. **Conceitos, Diretrizes e Estratégias de Ordenamento Territorial**. Das zonas, Cap. III, Seção I, Art. 21. São Paulo, 2016.

_____. SP Urbanismo. **Operação Urbana Consorciada Faria Lima**. Diretoria de Gestão das Operações Urbanas. Dezembro, 2016. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/faria_lima/index.php?p=19591>. Acesso em: 30 de outubro de 2018

_____. **Resolução Nº05/CONPRESP/2009**. São Paulo, 2009. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/t_tombamento_zepec_lapa_1253300661.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2019

_____. **Resolução 23/04**. São Paulo, 2004. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/c031b_23_T_Antigo_Colegio_Des_Oiseaux.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018

_____. Secretaria Municipal de cultura. Departamento do patrimônio histórico. Divisão de Preservação. **Programa patrimônio e referências culturais nas subprefeituras. Subprefeitura da Sé**. São Paulo, 2009. 31 slides. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Consolacao_web_1392060036.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2018

PONCIANO, L. **Bairros Paulistanos de A a Z**. 2ª Edição revista. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002

RODRIGUES, M. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Dossiê Cidadania. Brasil: IPHAN, 1996

ROLNIK, R. **Tombamento do Cine Belas Artes**: complexidade do tema desafia o Conpresp, 2011. Disponível em <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/09/12/tombamento-do-cine-belas-artes-complexidade-do-tema-desafia-o-compresp/>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2019

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988

SALES, P.M.R. Operações urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos. Parte 2 – Operação Urbana Faria Lima: relatório de avaliação crítica. Arqtextos, São Paulo, ano 05, n. 059.12, **Vitruvius**, abr. 2005. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/05.059/481>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019

SANTA ROSA, N. S.S. **A casa Bandeirista do Itaim Bibi**: memórias e recordações de um bairro. São Paulo: Ipsi Gráfica e Editora S/A, 2011

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006

SÃO PAULO. Gabinete do Secretário, Portaria Nº 050/SMC-G/2015. Constitui o Conselho de Amigos do Cine Belas Artes. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 jul. 2015, p.15

_____. Resolução 02. de 23-1-86, Seção I. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 1986, p. 19-20

_____. Resolução SC-24, de 3-6-95, Seção I. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1995, p.39

_____. Resolução SC-105 de 11-11-2015, Seção I. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 12. nov.2015, p.40

SCIFONI, S. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N.Sér.v.21.n.2.p.125-151.jul-dez, 2013

SCHICCHI, M.C.S. The Cultural Heritage of Medium and Small-sized Cities: A New Approach to Metropolitan Transformations in São Paulo, Brazil. In **Traditional Dwellings and Settlements Review da International Association for the Study of Traditional Environments (IASTE)** Center for Environmental Design Research, Volume XXVII, Number I, p.41-54, 2015. Disponível em <http://iaste.berkeley.edu/iaste/wpcontent/uploads/2012/09/2016/05/Schicchi_27.1_TDSR.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2017

SOLÀ-MORALES, M. **Espaços públicos, espaços coletivos**. O centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Associação Viva o Centro, pp.101-7, 2001

SOUZA, M.J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, nº1, UFPB/PPGL, 2014

TEIXEIRA, R.; CORREA, V. Saiba como agem e o que querem as associações de bairro da cidade, **Folha de S. Paulo**, 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/1138855-saiba-como-agem-e-o-que-querem-as-associacoes-de-bairro-da-cidade.shtml>>. Acesso em: 12 de setembro de 2017

TINOCO, A. **Um olhar pedestre sobre o mobiliário urbano paulistano: Itaim Bibi de 1995 a 2001**. 2003. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo

UNESCO. **Patrimônio cultural no Brasil**, 2017. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2018

_____. **Recomendação de Nairóbi**, 1976. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2019

VAINER, A.; FERRAZ, M.C (Org.). **Cidadela da Liberdade**. São Paulo: Edição Sesc SP, 1999

VALDEBENEDITO, R.M.G. Neoliberalismo y Patrimonialización Resistencia y Cambio Social en procesos de patrimonialización de territorios urbanos del Sur de Chile: Biobío, Araucanía y los Ríos. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universitat de Barcelona**. Vol. XXII. N°599. Outubro de 2018. Disponível em <<http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/20678/24169>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018

VANNUCHI, L.V.B. São Paulo, da cidade de muros à cidade ocupada: insurgências e contradições. **XVII Enanpur**, São Paulo, 2017

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012

WISNIK, G. O ativismo urbano e o valor do uso público, **Folha de S. Paulo**, 2015. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019

WOLFF, S.F.S. Refletindo sobre a preservação do legado do Jardim América. *Resenhas Online, São Paulo, ano 15, n. 172.01, Vitruvius*, abr. 2016

Disponível em
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/15.172/5987>>.
Acesso em: 07 de maio de 2019

ZIMMERMANN, M. Rua Augusta: juventude e sociabilidade no espaço urbano (1968-1973). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011

ANEXO I

Quadro da relação de Associações de Bairro de São Paulo – SP.

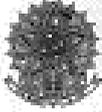
ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO ²⁵	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Associação do Jardim da Saúde	1996	http://www.amjs.org.br/associacoes6.htm
Associação dos Amigos do Jardim das Bandeiras - AAJB	*	http://jardimdasbandeiras.com.br/
Associação dos Moradores da Vila Nova Conceição - AMVNC	1999	https://vilanova.org.br/
Associação dos Moradores do Brooklin Velho - Sabrove	*	https://www.facebook.com/Sabrove/
Sociedade dos Moradores e amigos do Jardim Lusitânia	1995	https://www.facebook.com/sojal.jardimlusitania/?ref=br_rs
Viva Pacaembu por São Paulo	2005*	http://www.vivapacaembu.com.br/
Sociedade Amigos do Alto dos Pinheiros – SAAP	1977	http://www.saap.org.br/
Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista	1996	http://www.sapp.org.br/
Sociedade dos Amigos de Bairro do Jardim Marajoara – SAJAMA	1981	https://www.sajama.org.br/
Sociedade dos Amigos do Jardim Europa e Jardim Paulistano – SAJEP	1967	http://www.sajep.org.br/
Associação dos Moradores dos Jardins Petrópolis e dos Estados – SAJAPE	1999	https://www.facebook.com/sajape.santoamaro/
Associação Amigos do Bairro do Alto da Boa Vista – Sababv	1980	http://altodaboavista.org.br/
Associação dos Moradores e amigos do Sumaré – Somasu	*	http://somasu.com.br/index.html
Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cerqueira César – SAMORCC	2001	https://www.samorcc.org.br/
Associação de Moradores do Bairro Tatuapé – AMB	2017	http://www.tatuape.org.br/
SAMOVIS – Morumbi	1998	https://www.facebook.com/samovis/
AME Jardins	2007	http://amejardins.com.br/
Associação dos Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança –	1993	https://www.facebook.com/pg/Assampalba/about/
Associação Viva Leopoldina – AVL	2014	https://www.facebook.com/vival Leopoldina/
Pedaço da Vila – Vila Mariana	*	http://pedacodavila.com.br/home/
Associação de moradores e comerciantes da rua Joaquim Antunes – AMJA	2004	https://www.amjapinheiros.com/copia-a-associacao
Associação dos Moradores e Comerciantes da Rua Mateus Grou – AMATEUS	2000	https://www.amateus.org.br/
Associação de Moradores e Amigos dos Predinhos de Pinheiros – AMAPP	2018*	https://www.facebook.com/MoradoreseAmigosPredinhos/
Associação Viva Paraíso – AVP	2011	http://vivaparaíso.org.br/articles/blog-oficial-da-pagina-viva-
Sociedade Amigos do Itaim Bibi – SAIB	1995	http://www.saibibi.com.br/
Sociedade Amigos de Vila Madalena – SAVIMA	1949	https://www.savima.com.br/

Fonte: sítios eletrônicos das Associações (2019)

²⁵ Os dados marcados com asterisco (*) estavam indisponíveis ou imprecisos.

ANEXO II

Estudo de tombamento do quadrilátero situado entre as Avs. Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo – Capital (Volume 1, p.02-04).

 **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

ILMO.SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, AR
TÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E TURÍSTICO

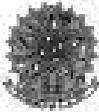
FÁBIO FELDMANN, deputado federal, vem,
respeitosamente à presença de V.Sa., requerer a abertura de processo
de tombamento tendo em vista os fatos que articulamos abaixo:

1. Conforme nos foi informado por re
presentantes da comunidade local, especialmente do Clube Marechal Flg
riane F.C. e segundo consta das cópias de jornais anexas, existe um
grande terreno de 135.000 (cento e trinta e cinco mil) metros quadra
dos no quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek ,
Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, que é
de propriedade conjunta da Caixa Econômica Federal e do Instituto de
Administração Financeira da Previdência e Assistência Social- IAPAS,
na proporção de 70% e 30% respectivamente, conforme matrícula nº
36173 do 13º Registro de Imóveis. Entretanto, desde 1954 o referido
imóvel encontra-se sob ocupação e guarda de nove clubes populares de
várzea que promovem jogos esportivos no local. Alguns dos campos de
futebol possuem até pequenas arquibancadas. Na área existe ainda qua
dras de futebol de salão, volei, basquete, bocha, uma ciclovia para a
prática de bici-cross e um circo escola, instituição única nesta ci
dade, onde são realizados espetáculos todos os finais de semana. Na
parte da área encontra-se arborizada como pode-se ver das fotos dos
referidos jornais anexas.

RECEBI
CONDEPHAAT 29/10/82
R. M. M.



GER 29.01.00404 - (DEZ/85)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

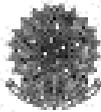
2. Toda esta área verde e de lazer é mantida exclusivamente pela comunidade há mais de 30 (trinta) anos, sem nenhum ônus para o poder público. Agora, pelo que se vê, esta importante área está ameaçada de desaparecimento por ação de seus proprietários especuladores imobiliária e da própria Prefeitura como terrenos.

3. parte do terreno, com 19.827,94 m², encontra-se sob desapropriação pela TELESP (Telecomunicações de São Paulo S/A), que pretende dele utilizar-se para construção de uma base de atendimento junto aos bairros de Pinheiros, Itaim e Morumbi. A TELESP, inclusive já obteve a inibição provisória da posse do imóvel, conforme despacho da MM. Juíza da 4ª Vara Federal, processo nº872182-2, em 17/09/87, tendo inclusive erguido um muro para isolá-la do restante da área, seccionando-a.

4. Malgrado os clamores da comunidade local do Itaim, extremamente carente de áreas verdes, e dos numerosos usuários de outros bairros que vêm se manifestando em abaixo-assinados, nenhuma atenção maior foi obtida perante os poderes públicos. Muito pelo contrário, a todo momento surge notícias de novos empreendimentos visando a urbanização da área, falando-se em delegacia de polícia, creche, sendo de se lamentar o depoimento do assessor da Secretaria do Planejamento Municipal, Odon Pereira, "de que o ideal é integrar órgãos públicos no local pois São Paulo não precisa de uma área verde tão grande" (A Gazeta de 19/11/87, pág. 25). Verdadeiro descalabro, em se tratando de uma cidade paupérrima em Parques e Equipamentos de lazer.

Como são tais notícias extremamente inquietantes e o já apelidado Parque do Povo é área de grande interesse cultural e ambiental para toda a Cidade de São Paulo, especialmente para a Zona Oeste e para as populações carentes que têm como único lazer o futebol de várzea, manifestação cultural em adiantada extinção, é o presente para requerer o tombamento do quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, hoje denominado Parque do Povo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

07/1

6. Para instrução deste processo junta
nos por hora, em xerox:

- a) estatuto de um dos clubes sediados na área, fundado em 27 de agosto de 1937, o Marechal Floriano F.C.;
- b) autorização de 19 de maio de 1954 do extinto IAPC para utilização do Parque do Povo;
- c) petição inicial da ação desapropriatória nº 07.2182-2 movida pela TELESP contra CEF e IAPAS;
- d) mandado de inibição na posse da ação supra;
- e) jornais - A GAZETA de 10, 11, 12 e 19/11/1987
- JORNAL DO ITAIM de 28/11 a 04/12/1987

Termos em que,
peço deferimento,

São Paulo, 23 de dezembro de 1987.


Fábio Feltsmann
Deputado Federal

JE/sc

GEN 25.01.00015-1082198



ANEXO III

Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp e publicações no D.O.E. com respostas às solicitações protocoladas no Condephaat – Parque do Povo.

PARQUE DO POVO	
REUNIÃO ORDINÁRIA CONPRES P	
15/05/2017	<p style="text-align: center;">Reunião 644ª Processo: 2015-0.031.066-9</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatora: Mariana Rolim • Síntese Relator: O parque foi tombado pelo Condephaat em junho de 1995, através da resolução SC 24/95, e teve sua área envoltória regularizada pelo mesmo conselho em 2014. A justificativa para o tombamento foi a prática histórica de futebol de várzea no local, bem como preservação da qualidade ambiental da área. A minuta apresentada no processo contém os mesmos termos da resolução do Condephaat, e inclui a área envoltória (calçadas adjacentes ao parque). • Decisão: Por unanimidade de votos dos conselheiros presentes, a proposta de tombamento ex-offício do PARQUE DO POVO, foi DEFERIDA, gerando a RESOLUÇÃO 11/CONPRES P/2017.
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CONDEPHAAT)	
18/11/1988	<p style="text-align: center;">Página: 57 Processo: 26513/88</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Sr. Dalmo Pessoa - (sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs vereadores, o Condephaat decidiu iniciar estudos para o tombamento do Parque do Povo, no Itaim Bibi. Gostaríamos de fazer um retrospecto do nosso trabalho nessa questão, sem deixar, é claro, de reconhecer e louvar, também, o trabalho de outros companheiros, especificamente o do vereador Marcos Mendonça. • Este vereador, Dalmo Pessoa, conseguiu, a aprovação da Moção nº158 no dia 27 de setembro, pedindo ao governador Orestes Quércia que determinasse o tombamento do Parque do Povo, no Itaim, através do Condephaat. Essa moção foi aprovada por unanimidade nesta casa. • Por sua vez, no dia 19 de outubro, a Secretária da cultura, Beth Mendes, acusava o recebimento da nossa Moção nº158/88, pedindo o tombamento do Parque do Povo, através do Condephaat. • Posteriormente, no dia 19 de outubro, a mesma Secretária de cultura, Beth Mendes, dava ciência ao Presidente desta Casa, vereador Antônio Sampaio, do recebimento da Moção de nossa autoria e enviava a síntese da decisão do egrégio colegiado na sessão ordinária de 17.10.88, Ata nº813, na qual o colegiado determinava os estudos para o tombamento do Parque do Povo, no Itaim. • Posteriormente, além da outros documentos, recebemos com data de 18 de outubro, um ofício do Condephaat, que diz o seguinte: (...) Nobre Edil, Vimos através deste dar ciência a Vossa Excelência, que o egrégio colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat, em sua sessão ordinária de 17/10/88, Ata nº 813, deliberou aprovar, por maioria de votos, o encaminhamento da conselheira Stella Goldenstein Carvalhaes e o parecer do STCR, ambos favoráveis a abertura do processo do estudo de tombamento do terreno situado no quadrilátero situado entre as Avenidas Juscelino Kubitschek, Marginal Pinheiros, Cidade Jardim e Brigadeiro Haroldo Veloso, nesta Capital, hoje denominado Parque do Povo.

18/11/1988	<p>Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada a sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do decreto estadual nº 13.426, de 16/3/79. O eventual infrator dos mencionados dispositivos incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção em termos de modificação, reforma ou destruição deverá ser precedida de autorização do Condephaat a fim de evitar eventual descaracterização, pelo menos até deliberação final do Egrégio Colegiado. Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.</p> <p>Augusto Humberto Vaíro Titarelli, Vice- Presidente em exercício.</p>
21/05/2014	<p style="text-align: center;">Página: 69 Processo: 70620/2013</p> <ul style="list-style-type: none"> • Referente ao pedido de reabertura do processo de tombamento do Parque do Povo. • O Conselheiro Carlos Augusto Mattei Faggin procedeu à leitura de seu parecer. Informou que a demanda contida nos autos trata de solicitação para reabertura do processo de estudo de tombamento, considerando os questionamentos apresentados em artigo da geógrafa Simone Scifoni, acerca do não uso do Parque do Povo para a prática do futebol de várzea, que foi a motivação para o seu tombamento. • O Conselheiro Heitor Frugoli Junior comentou a ocupação problemática da área após o tombamento e a necessidade de resolução da questão, que se deu com a implantação do parque efetivamente. Não considera necessária a reabertura do estudo de tombamento para resolução da questão. • O Conselheiro Paulo César Garcez Marins recordou que na época do tombamento do Parque a área era utilizada para a prática do futebol que, com a implantação de um novo parque, o uso deixou de ser feito. Como o CONDEPHAAT não tem competência sobre o uso da área e uma vez aprovado o projeto, resta recomendar que o Parque seja utilizado para a prática do futebol. • O Conselheiro Daniel Smolentzov recordou do caso do tombamento do Cine Belas Artes e a problemática acerca do tombamento de bens de acordo com o seu uso. • O Conselheiro Carlos Augusto Mattei Faggin informou que o projeto foi aprovado com a condicionante de que áreas do Parque fossem utilizadas para a prática do futebol, o que não foi atendida. • A Senhora Presidente destacou que o presente processo trata do pedido de reabertura do estudo de tombamento, e que nos cabe decidir sobre a reabertura ou não. Informou que os autos contam com o artigo da geógrafa Simone Scifoni, que considera que o projeto executado pela prefeitura não atende ao estabelecido para o tombamento. • A Conselheira Valéria Rossi Domingos informou sobre a necessidade de verificar se as condicionantes do projeto estão sendo atendidas. • Em votação, o Egrégio Colegiado deliberou acatar, por unanimidade, o parecer do Conselheiro Relator, referente ao pedido de reabertura do processo de tombamento do Parque do Povo, “Em vista destas informações concluo que as questões apresentadas pelo denunciante, e constantes do artigo da geógrafa Simone Scifoni, foram discutidas exaustivamente no âmbito do Processo do Projeto de intervenção do Parque do Povo. Mais ainda, que a aprovação do referido projeto pelo Conselho foi feita com a preocupação de manter e incentivar a prática ao futebol de várzea na área tombada, por intermédio de exigências explícitas nesse sentido dessa forma considero, em consonância com o parecer técnico da UPPH, que não cabe a reabertura do processo de tombamento, preconizadas na denúncia. Para concluir reitero a necessidade de ao responder o pedido em pauta, enviar à Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente e a Administração do Parque do Povo, ofício solicitando enfaticamente o atendimento as deliberações do Conselho, ações essas que deverão ser acompanhadas pela UPPH”.

ANEXO IV

Estudo de tombamento do imóvel localizado entre as ruas – Marquês de Paranaguá, Augusta e Caio Prado (Volume 1, p.01-04;42-43).

04
1 9 9 9 0 1 4 8 7 4 8 0
MARIAM LINDA DE JESUS
Sócia de Atuação
SMEC - C

rua

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURA E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO
CONPRESP

80/99 / CONPRESP

São Paulo, 28 de julho de 1999

pedido.

Nos Termos da Portaria nº 57/87-SMA DOM de 27/08/1987, solicitamos a vossa senhoria situar o
item, fornecendo para tanto os seguintes dados:

Conselho Mun. de Preservação do Patrimônio Cultural e Ambiental da Cidade
de São Paulo - CONPRESP
268.244/0001-63

) 3326-2048

za. Cel. Fernando Prestes, 152 - Luz
1307-002

amento do imóvel localizado entre as Ruas: Marquês de Paranaguá, Augusta
e Caio Prado

Bem Preservado

Após a situação ora solicitada pedimos a vossa senhoria, seja o processo devolvido a esta unidade a fim
de dar-se o devido prosseguimento.

M. C. AJT.
29/07/99
10.010-6
M. C. GAB.
SITUAÇÃO


Aparecida Conceição Ribeiro Martins
Secretária Executiva

199901487480

MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO		CGC *****		NÚMERO DE ATRIBUIÇÃO 49.269.244/0001-63
NOME DA EMPRESA 18 - ORGAO PUBLICO		ATIVIDADE PRINCIPAL 90.20		CNPJ DO RESPONSÁVEL 000.000.000-00
ENDEREÇO 0811700 - SAO PAULO/DESTE				
TIPO DE RAZÃO SOCIAL - DENOMINAÇÃO COMERCIAL SAO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA				
NOME DA PARADA S.P.S.M.C GABINETE DO SECRETARIO				
LOGADOURO R FREI CANECA		NÚMERO 1402	COMPLEMENTO 1º ANDAR	
CEP 01307-002	BAIRRO / DISTRITO CERQUEIRA CESAR		MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP

199901487480

MARIA RICHARDO DE JESUS
Setor de Autuação
SMC - G
15 CO FREN

mem
23/6/99

MEMORANDO

INTERTE Helenice Diamante e Vânia Lewkowicz	REFERÊNCIA S/AE/98	DATA 11/05/98
SECRETARIA Seção Técnica de Crítica Tombamento	ASSUNTO Tombamento	

03
199901487480

MARIA RIBEIRO DE JESUS
Secretária Adjunta
SAC-0

STCT
Sra. Chefe

Informamos que o Sr. Samuel Kilsjtajn solicitou pelos requerimentos 175/94 e 528/97 o tombamento do imóvel localizado entre as ruas Marquês de Paranaquá, Augusta e Caio Prado e nas duas vezes houve descontinuidade no andamento dos expedientes. Dessa forma, iniciamos aqui documento independente, para dar continuidade à solicitação acima.

A área em questão é mais especificamente o bosque remanescente do antigo Colégio Des Oiseaux demolido na década de 70 e que em visita constatamos a sua densidade e variedade arbórea composta principalmente por árvores de grande porte.

Vimos também que a região é muito pouco arborizada e densamente ocupada, acentuando a importância dessa pequena reserva para a qualidade ambiental local.

Esta área está citada no livro "Vegetação Significativa do Município de São Paulo" de autoria da Secretaria do Meio Ambiente do Estado conjuntamente com a Secretaria Municipal de Planejamento e pelo decreto nº 30.443 de 20/09/89, toda vegetação mencionada neste livro está preservada como patrimônio ambiental.

Considerando-se tratar de densa vegetação diversificada, achamos importante que o instrumento de tombamento garanta a proteção dessa área verde em região de arborização escassa, como forma de proteger a qualidade ambiental do entorno.

Dessa forma, encaminhamos uma proposta de minuta de abertura de tombamento e solicitamos o encaminhamento deste expediente à STLP para análise e emissão de parecer.

Em, 11/05/98

Vânia Lewkowicz
Helenice Diamante
Secretária Adjunta
SAC-0



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO ⁰⁴ 199901487480

MARIA ROSEIRO DE JESUS
Secret. de Atuação
SMC - C

o memorando nº 1/nº/98-pncs em 18 de 05 de 98 em 18 de 05 de 98

Proposta de Minuta de Abertura de Processo de Tombamento:

Por decisão unânime dos Conselheiros presentes à Reunião Extraordinária de _____ de 98, nos termos e para os fins da lei nº 10.236/86 e em complementação ao decidido pela Resolução nº 20 de 30/08/91, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp,

Resolve:

Artigo 1º - Abrir processo de tombamento para o imóvel localizado às Ruas Marquês de Paranaguá 115 e 217, Augusta 280 e Caio Prado 274; Setor 10, Quadra 14; Lote 131 e 438.

Artigo 2º - O disposto desta Resolução, aplica-se aos seguintes elementos existentes na área descrita no artigo 1º:

a) Toda vegetação, incluindo as espécies arbóreas e arbustivas que integram o bosque.

Artigo 3º - Os projetos de desdobro e remembramento de lote, de penderão de exame, orientação e aprovação prévia do Conpresp.

Artigo 4º - Os cortes ou podas de espécies arbóreas, dependerão de autorização prévia do Conpresp.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº 41

o termo

nº a/nº

em 04.12.98 de MMA

SICT

Sra. Chefe:

42
199901487480

MARIA RIBEIRO DE JESUS
Secretaria de Arqueologia
SMC-G

Assessoria Jurídica
A.T.A.
Av. Associação / S. Ep.
O.P.H.

Com o retorno do expediente a esta Seção vemos que é consenso das Seções envolvidas, a necessidade de preservação da área em questão.

Desta forma, reiteramos a solicitação de abertura de processo de tombamento e encaminhamos a seguinte proposta de minuta:

"Por decisão dos Conselheiros..., o COMPRESP,

Resolve:

Artigo 1º - Abrir processo de tombamento para o imóvel localizado às Ruas Marquês de Paranaguá, 115 e 217, Augusta 280 e Caio Prado 232, Setor 10, Quadra 14. Lotes 131 e 43B.

Artigo 2º - O disposto desta Resolução, aplica-se aos seguintes elementos existentes na área descrita no Art. 1º:

- a) Toda vegetação, incluindo as espécies arbóreas e arbustivas que integram o bosque;
- b) Os portões remanescentes do antigo Colégio Des Oiseaux;
- c) As edificações existentes no lote.

Artigo 3º - Os projetos de desdobro e remembramento de lote, dependerão de exame, orientação e deliberação prévia do COMPRESP.

Artigo 4º - Os projetos de demolição, construção e Regularização, dependerão de exame, orientação e deliberação prévia do COMPRESP.

Artigo 5º - Os cortes ou podas de espécies arbóreas, dependerão de orientação e deliberação prévia por parte do COMPRESP.

Assim, solicitamos o encaminhamento desta ao CONPRES, visto tratar-se de uma das poucas áreas verdes significativas da região.

Em 04/12/98

Hiawante
HELENE DIAMANTO
Proprietária
STCT / Div. Pres.

Vania Lewkowicz
VANIA LEWKOWICZ
Arquiteta - STCT/Div. Pres.

ANEXO V

Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp – Antigo Colégio Des Oiseaux.

ANTIGO COLÉGIO DES OISEAUX	
REUNIÃO ORDINÁRIA CONPRES P	
17/11/2009	<p style="text-align: center;">Reunião: 474^a Processo: 2009-0.236.747-8</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obras emergenciais na Casa do Zelador e demolição de construções localizadas no terreno do antigo Colégio Des Oiseaux • Relator: Conselheiro Elton. • Por unanimidade dos Conselheiros presentes, o processo foi deferido, com seguinte diretriz: Está autorizada a demolição das edificações, com exceção da Casa do Zelador, que deverá ter os seus vãos fechados com gradis metálicos, de modelo idêntico ao existente
10/09/2013	<p style="text-align: center;">Reunião: 574^a Processo: 2012-0.216.880-5</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alteração da Resolução 023/CONPRES P/2004 – Tombamento do Antigo Colégio Des Oiseaux - Rua Caio Prado x Rua Marques de Paranaguá x Rua Augusta – Bairro da Consolação. Relatora: Conselheira Rosane. Em razão do pedido de vista feito pela Conselheira Penha e a solicitação da Presidente da Sociedade Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cerqueira César/SAMORC pela retirada de pauta do presente processo, os Conselheiros presentes deliberam por manter em custódia até que seja marcada audiência pública
25/01/2015	<p style="text-align: center;">Reunião: 603^a Processo: 2014-0.255.413-0 (ac. 2014-0.255.417-2)</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Conselheiro relator esclarece inicialmente que o processo acompanhante trata de obra nova (...) • Relator: Conselheiro Marcelo Manhães • O Conselheiro destaca a importância do restauro das edificações remanescentes do Colégio Des Oiseaux. Com relação aos projetos de construção, em um dos lotes foi proposta a construção de 2 edifícios e em outro, onde existe o bosque a ser preservado, 1 edificação. • Os arquitetos responsáveis pelo projeto apresentaram a proposta de construção e restauro ao Conselho. • O Conselheiro relator faz algumas observações sobre o tratamento e manutenção do bosque e os acessos ao mesmo. • A Presidente questiona os interessados sobre a garantia de fruição pública do bosque. • Os interessados informam que a proposta é que o bosque seja aberto a população antes do término das obras, assim que houver aprovação do projeto em pauta (...) • Informaram que o projeto do parque não está definido/concluído, porém o fechamento será feito por meio de grades que permitam a visualização constante do bosque que deverá ter horário de funcionamento semelhante ao de um parque público. • O Conselheiro Eduardo questiona qual o instrumento jurídico que poderá garantir os termos de fruição pública permanente, funcionamento do parque e custeio de manutenção. • Os interessados informam que será garantida a fruição pública no memorial de incorporação e na futura convenção de condomínios. A Presidente lembra aos Conselheiros, que a atribuição do Conselho é zelar pelo atendimento das diretrizes estabelecidas na Resolução de Tombamento. (...)

25/01/2015	<ul style="list-style-type: none"> • O conselheiro reforçou a necessidade da definição clara dos termos e condições em que se dará a fruição pública da área, com a finalidade de dar conteúdo à obrigação prevista na matrícula do imóvel, inclusive com penalidades cabíveis no caso de descumprimento, através de instrumento jurídico que garanta seu uso público, com a participação da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, que é o órgão responsável pelos parques e áreas verdes da cidade para que lhe seja garantido fruição nos mesmo termos de um Parque Público (...) • A Presidente indaga ainda se há manifestação da população presente na reunião, contudo não houve intervenções. • O Conselheiro acompanha o parecer favorável quanto ao projeto de restauro e informa as divergências nas diretrizes propostas pelos pareceres da Seção Técnica de Crítica e Tombamento e a Diretoria da Divisão de Preservação, quanto ao projeto de construção. (...) • A Presidente, considerando o posicionamento de SVMA, que tem a atribuição de proteção das áreas verdes e que já emitiu parecer favorável ao projeto e considerando a atribuição do CONPRESP de garantir a obediência da legislação de preservação, propõe que seja dado início a votação. • Por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, os projetos de demolição, construção e restauro foram DEFERIDAS COM DIRETRIZES, a saber: 1) Apresentar projeto de adaptação do bosque protegido, indicando modificações necessárias a abertura da área para o uso público, bem como proposta de gestão do espaço que garanta o livre acesso à área verde; 2) Que constem em instrumento jurídico apropriado os termos e condições para o amplo acesso à área verde destinada à fruição pública, aprovado pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, com as garantias necessárias ao acesso e funcionamento nos mesmos moldes de um Parque público e com previsão de penalidades pelo descumprimento, cuja conservação e manutenção caberá ao futuro condomínio edilício; 3) Que seja previamente aprovado por este Conselho, o memorial descritivo relativo às vias de circulação de pedestres a serem executadas dentro do Parque, levando em conta, em especial, o fluxo de pessoas intensificado, e 4) Que as restrições constantes na matrícula do imóvel, sejam devidamente analisadas pela Secretaria Municipal de Licenciamento (SEL).
10/12/2018	<p style="text-align: center;">Reunião: 685^a Processo: SEI: 6027.2018-0004377-9</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo Preliminar – Implantação do Parque Augusta • Relator: Vitor Chuster • Síntese: Conforme ofício nº 49/DEPAVE 1-SVMA/2018, foi encaminhado ao DPH, com o objetivo de ser apreciado e em seguida deliberado, estudo preliminar para implantação do Parque Augusta. (...) • Com relação a propostas de projetos para essa área, consta que em maio de 2017, quatro foram apresentadas à SVMA, elaboradas por: 1) Movimento Parque Augusta; 2) arquitetos Arnaldo de Melo, Marjorie Romano Modesto e Daniela Bertuol (SAMORCC – Sociedade dos Amigos e Moradores do Bairro Cerqueira César); 3) escritório METRO Arquitetos; e 4) Thiago Cesário Gomes. Essas quatro propostas foram combinadas entre si, dando origem ao projeto síntese que, posteriormente foi apresentado a SVMA. • As diretrizes gerais para implantação do Parque Augusta foram elaboradas por DEPAVE.1, com a realização de um estudo preliminar para a área. A contratação do Projeto Executivo e implantação do Parque cabem às empresas Setin e Cyrela. O projeto executivo deverá contemplar a elaboração dos projetos de acessibilidade para todo o parque, incluindo as edificações e o projeto de restauro do Portal, Casa do Bosque e Arcadas do muro da Rua Augusta. (...) • A proposta desenvolvida pelo DEPAVE (...) basicamente divide a área em duas partes: o bosque a ser preservado e a área vazia, onde antes foi aprovada a construção das torres, de maior vocação para redesenho e novos usos. Nesse anteprojeto, com duas áreas distintas tem-se o bosque, mais contemplativo, e a área livre para instalação de novos equipamentos. Para integrar ambos os espaços e equipamentos, estão propostos caminhos de diferentes pisos, concreto, pedrisco e terra batida, em atendimento às demandas de acessibilidade e restauro. (...)

10/12/2018	<ul style="list-style-type: none">• A análise técnica ao seu final, concluiu que do ponto de vista do patrimônio cultural, é favorável ao prosseguimento do presente anteprojeto, desde que observadas as seguintes ressalvas: 1) A presente proposta está vinculada aos projetos de restauro de remanescentes e de intervenção nos jardins do bosque já aprovados e juntados ao presente. Eventuais mudanças e adaptações a serem incorporadas nestes projetos, deverão contar com revisão autorizada pelo autor, se for o caso, e deverá ser objeto de nova análise; 2) a nova edificação de administração do parque, bem como seus elementos anexos e quaisquer outros elementos, deverá manter um distanciamento de 10 metros do bosque protegido, conforme estabelecido na Resolução 23/CONPRESP/2004; 3) Toda a massa arbórea do bosque deverá ser mantida, nos termos da Resolução 23/CONPRESP/2004; 4) deverá ser apresentado projeto final para o parque, consolidando todas as intervenções. Tanto a Supervisão de Salvaguarda bem como a Diretora do DPH, se manifestaram favoravelmente à aprovação do anteprojeto em apreço, com as 4 ressalvas, que podemos entender como diretrizes.
------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO VI

Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp e publicações no D.O.E. com respostas às solicitações protocoladas no Condephaat - Cine Belas Artes.

CINE BELAS ARTES	
REUNIÃO ORDINÁRIA CONPRES P	
18/01/2011	<p style="text-align: center;">Reunião: 498ª Processo: 2011-0.009.424-1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura de Processo de Tombamento do Cine Belas Artes, situado à Rua da Consolação nº 2423, pedido protocolado pela entidade Via Cultural – Instituto de Pesquisa e Ação pela Cultura, complementado por solicitações com o mesmo objetivo do Excelentíssimo Senhor Vereador Gilberto Natalini, do Excelentíssimo Senhor Vereador Floriano Pesaro, do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Carlos Giannazi, da APACI – Associação Paulista de Cineastas e ABD – Associação Brasileira de Documentaristas, em razão da ampla veiculação do assunto através da imprensa e da repercussão pública do debate a esse respeito. • Em seguida, o Presidente fez a leitura da petição do escritório dos advogados Dr. Eduardo Giaretta Eulálio e Dr. José Henrique Turner Marquez, representando os proprietários do imóvel em que está instalado o cinema. • O Plenário deliberou por ouvir a defesa dessa argumentação pelos advogados mencionados, que aguardavam por essa oportunidade do lado de fora da Sala de Reuniões, o que ocorreu de imediato. • Nessa apresentação os representantes dos proprietários enfatizaram que a posição destes não era contrária à permanência do cinema no imóvel, mas que se prendia exclusivamente a razões de natureza comercial. • Após a retirada dos citados advogados, o Conselheiro José Geraldo expôs suas ponderações, que pediu que constassem em Ata: 1) que o instrumento do tombamento não incide sobre o uso do imóvel, e, neste sentido, seria ineficaz para garantir a continuidade do uso daquele espaço como cinema cultural; 2) que a decisão da sobrevida do cine Belas Artes depende, essencialmente, de uma questão de viabilidade econômica do negócio. Nesse sentido, qualquer decisão a respeito de abertura de estudo de tombamento deveria implicar, por parte do DPH/CONPRES P, em uma negociação envolvendo contrapartida por parte dos locatários do imóvel do Cine Belas-Artes, no sentido de que permaneçam com as atividades culturais lá existentes até a decisão final do processo de estudo de tombamento, ou seja, meados de abril de 2011. Nesse intervalo, haveria condições para a busca de um novo parceiro para o apoio financeiro das atividades, viabilizando assim a sobrevivência do Cine Belas Artes. Ou seja, a decisão de abrir um processo de tombamento, apesar de não poder garantir o uso, geraria um efeito político positivo, no sentido de poder contribuir para a viabilização econômica da atividade cultural lá existente. • O Conselheiro Manhães teceu vários comentários a respeito, explicitando ser contrário ao exame imediato do assunto, por considerar não haver risco imediato ao bem em análise e ser favorável a uma instrução mais detalhada da matéria, tendo, a posteriori, encaminhado por escrito e em 2 páginas o conteúdo de suas observações. • Tendo o Plenário decidido deliberar a respeito do assunto, o conselheiro Walter Pires expôs o conteúdo dos documentos juntados ao processo, informou sobre o teor dos pareceres técnicos elaborados pela Divisão de Preservação/DPH e pelo E-Cine/SMC, bem como, leu relatório em que sintetiza a posição do DPH favorável à abertura do processo de tombamento. • Passou-se à votação e, por 8 votos favoráveis e voto em separado do Conselheiro Marcelo, foi DEFERIDO o pedido de abertura de processo de tombamento do Cine Belas Artes, gerando a Resolução 01/CONPRES P/2011, cujo texto final será encaminhado para apreciação dos Conselheiros e publicação, fixando-se em 90 (noventa) dias, o prazo para instrução final.

17/01/2012	<p style="text-align: center;">Reunião: 529ª Processo: 2011-0.009.424-1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recebimento da decisão tomada em 19/12/2011 da 13ª Vara de Fazenda Pública determinando a reabertura do Processo de Tombamento do Cine Belas Artes. • Em estrito cumprimento da decisão liminar da 13ª Vara da Fazenda Pública, nos autos da Ação Civil Pública – processo 0048031-09.2011.8.26.0053, o CONPRESP, através da Resolução 01/CONPRESP/2012, reabriu o processo de tombamento do edifício do Cine Belas Artes, localizado à Rua da Consolação, 2423.
28/01/2013	<p style="text-align: center;">Reunião: 582ª</p> <ul style="list-style-type: none"> • A presidente (Nadia Somekh) convida a todos os presentes para comparecerem ao evento que ocorrerá na Praça das Artes, as 19h00 onde será realizada a assinatura de convênio com a Caixa Econômica com vistas à reabertura do Cine Belas Artes.
18/10/2016	<p style="text-align: center;">Reunião: 638ª Processo: 2011-0.009.424-1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Via Cultural – Instituto de Pesquisa e Ação pela Cultura – Enquadramento em ZEPEC – APC – Rua da Consolação, 2.423 – Consolação. • Relator: Marco Antônio Cilento Winther. • A Presidente iniciou dizendo que apesar de haver uma comissão para discutir a ZEPEC-APC, os bens deveriam ser enquadrados previamente pelo CONPRESP. • Os Conselheiros discutiram sobre o tombamento do Cine Belas Artes pelo CONDEPHAAT e o tombamento Ex-officio pelo CONPRESP, bem como sobre a mobilização da população e a importância afetiva do local para a população. • A representante de SMDU alega que, como vantagens de ser considerado ZEPEC-APC, o local pode se utilizar do instrumento da Transferência de Potencial Construtivo. • Os representantes do Movimento Belas Artes se manifestaram, elogiando a iniciativa do Município de criação das ZEPEC-APC, que auxilia no aumento da participação popular. Pedem que o instrumento siga sendo utilizado nos próximos anos, já que o uso cultural tem grande função pública. • É dado início à votação. Por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, a proposta foi DEFERIDA.
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CONDEPHAAT)	
15/10/2012	<p style="text-align: center;">Ata: nº 1685 Processo: nº 65359/2011</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interessado: VIA CULTURAL-INST. PESQ. AÇÃO PELA CULTURA • Deliberação: O Colegiado deliberou, por 16 votos favoráveis e 2 abstenções, ratificar a abertura de estudo de registro de memória (28/11/11) e dar provimento ao recurso interposto para revisão da decisão do arquivamento do processo de tombamento e, à luz de novo estudo técnico, determinar o tombamento da fachada do edifício do cine belas artes e a integração visual entre o espaço interno e externo em trecho de 4 metros contados a partir do alinhamento do lote no passeio público em direção ao espaço interno térreo. • Determinou, ainda, que a minuta de tombamento contemple elementos na calçada e fachada que remontem à memória do cinema, a fim de garantir o registro permanente da memória aderente deste lugar, sem qualquer restrição de uso, ocupação ou modificação do edifício, desde que não obstrua ou inviabilize o suporte aqui definido para o registro permanente da memória deste local.

ANEXO VII

Quadro da relação de atas de Reuniões Ordinárias do Conpresp – Sesc Pompéia.

SESC POMPEIA	
REUNIÃO ORDINÁRIA CONPRES P	
12/05/2009	<p style="text-align: center;">Reunião: 459^a Processo: 2008- 0.190.016-2</p> <ul style="list-style-type: none">• Tombamento de imóveis indicados como ZEPEC pela Subprefeitura da Lapa.• Relatores: Conselheiros Elton e Cláudio Lembo.• Após diversas vistorias aos imóveis indicados e debates entre os Conselheiros, o que se estendeu ao longo de diversas reuniões, o Conselho deliberou favoravelmente ao tombamento de 17 imóveis e excluiu da resolução nº 26/04 outros 23 imóveis da região da Lapa, conforme segue. TOMBADOS: (...) e 17) SESC Pompéia – Rua Clélia, 93 com Rua Barão do Bananal

ANEXO VIII

Processo de tombamento do Sesc Pompéia – IPHAN.

RELATORIA PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SESC POMPÉIA

O processo que me cabe relatar perante este conselho trata do pedido de tombamento de conjunto arquitetônico que abriga o centro de lazer do Serviço Social do Comércio no bairro da Pompéia em São Paulo, mais conhecido como SESC Pompéia. O conjunto surgiu num meio em mudança na periferia do centro de São Paulo, quando fábricas e casas em fita para operários com paredes de tijolos e telhados de barro inclinados começavam a ser substituídas por edifícios de apartamentos e escritórios ordinários com teto plano. Foi projetado em 1976 pela arq Lina Bo Bardi, num terreno em L inscrito em grande quarteirão e composto por dois retângulos desiguais em área: o maior ocupando a esquina e incluindo galpões fabris datados de 1933, pelo que este relator conseguiu apurar; o outro, vazio, testando com ruas paralelas e cortado ao meio pelo córrego Águas Negras, sobre cujo leito não se podia edificar.

O imóvel tinha histórico movimentado. Originalmente abrigara a Fábrica Nacional de Tambores da Mauser e cia., empresa alemã fundada em 1896, que não deve ser confundida com a empresa homônima que fornecia rifles para o exército brasileiro. Desapropriado em 1942, o imóvel foi arrematado em leilão de 1943 pela Confab, também no ramo de embalagens industriais, e vendido em 1945 para a Ibesa, que aí fabricou primeiro tambores e depois geladeiras, da marca Gelomatic. A produção cessou em 1968, quando a Ibesa foi vendida para a concorrente Climax. O imóvel foi vendido ao SESC em 1971, que começou a utilizá-lo como centro de lazer em 1973. Ao visitá-lo pela primeira vez, Lina reconheceu de imediato a a justeza do novo uso, e se encantou com os pilares e vigas elegantes de concreto armado lembrando o sistema de François Hennebique, pioneiro do material, tanto quanto se encantou com as paredes ásperas de alvenaria de tijolos aparentes, lembrando as fábricas inglesas em que se basearam as primeiras fábricas brasileiras.

Além de dados de situação e localização, o processo comporta uma descrição do conjunto, formado por dois setores. O primeiro setor corresponde aos galpões reciclados. Aqueles desenvolvidos no alinhamento abrigam sucessivamente administração, uma enorme praça coberta incluindo biblioteca e áreas para exposições, um teatro, oficinas, com construção nova preenchendo o espaço entre a praça e o teatro, um foyer coberto por duas águas de telhas francesas translúcidas; a cafeteria fica em galpão fronteiro no outro lado da rua interna. O segundo setor corresponde às instalações esportivas, duas torres flanqueando o córrego coberto por tablado de madeira, uma torre com piscina e quatro quadras esportivas, a outra com salas menores, mais o reservatório do conjunto, que evoca a antiga chaminé. Os galpões reciclados se inauguraram em 1982. A construção das torres se completou em 1986. Em ambos os casos, o sucesso de público e crítica foi imediato.

C

Conforme o ponto de vista, o conjunto é obra quadragenária ou trintona, de autora cuja contribuição à arquitetura moderna brasileira é reconhecida, como o comprovam o tombamento do prédio e do mobiliário do MASP, efetivado em 2003, e o tombamento da Casa de Vidro, efetivado em 2014, ano do centenário do nascimento de Lina. Lina foi também a autora da conversão em Museu de Arte Popular da Bahia do Solar do Unhão tombado em 1943, engenho e porto além de residência senhorial.

Há dois encaminhamentos principais e três pareceres no processo. O primeiro encaminhamento, que dá origem ao processo, vem assinado pelos arquitetos Marcelo Ferraz e André Vainer, colaboradores de Lina no projeto. O segundo encaminhamento, da arq. Anna Beatriz Ayroza Galvão, superintendente do IPHAN- SP, vem acompanhado do primeiro parecer, redigido pela arq. Carolina de Bem Pádua, do quadro do IPHAN-SP. O segundo parecer é da lavra do arq. Andrey Rosenthal Schlee, Diretor do DEPAM. O terceiro parecer é de Procurador da República Ronaldo Guimarães Gallo. Os pareceres destacam cinco pontos, na interpretação deste relator. 1. a intervenção pioneira na preservação do patrimônio industrial brasileiro; 2. a intervenção pioneira na preservação da cidade tradicional; 3. a adequação do conjunto ao programa institucional; 4. a adequação do conjunto à sua situação urbana; 5. o brilho artístico da realização, que é obra de arte total, o projeto se estendendo da edificação ao mobiliário e à comunicação gráfica, e, quando Lina era diretora artística, à museografia. O conjunto se encontra bem preservado, mantendo seus componentes funções similares às que foram previstas pelo SESC em 1976

O primeiro e o segundo pontos dizem respeito ao valor histórico do conjunto. Os três pontos seguintes são críticos e dizem respeito ao valor artístico do conjunto, mesmo implicando juízos extra artísticos. Todos os pontos são pertinentes, mas admitem precisões e complementações que reforçam a recomendação unânime de inscrever o conjunto no livro do tomo das Belas Artes e podem instrumentar a definição do entorno de proteção do conjunto em estudo, sobre a qual os pareceres do IPHAN-SP e do DEPAM divergem.

Cabe primeiro qualificar o pioneirismo do conjunto na preservação do patrimônio industrial. A intervenção de Lina tem precedente brasileiro. Data de 1972 a inauguração do Teatro do Paiol em Curitiba, reciclagem do Paiol de Pólvora de 1906 feita por Abrão Assad. Alcides da Rocha Miranda concluiu em 1981 a conversão de uma antiga gráfica da UFRJ em sede da Fundação Universitária José Bonifácio. Além disso, do mesmo ano de 1976 data o projeto de Paulo Mendes da Rocha para a conversão da Real Fábrica de Ferros São João de Ipanema, conjunto datado de 1818 e localizado em Iperó, em Centro Nacional de Engenharia Agrícola, envolvendo intervenção no Edifício de Armas restaurado pelo Iphan. Do ano seguinte de 1977 data outro projeto de Paulo, incluindo a Casa das Retortas datada de 1872 repensada como sede da Companhia Metropolitana de Gás de São Paulo. A intervenção de Lina tem precedente estrangeiro também, a conversão de Ghirardelli Square, em San Francisco, de 1962, assinada por Lawrence Halprin e Wurster, Bernardi & Emmons, registrada por Zeuler Lima em "Lina Bo Bardá" de 2013 como sendo o modelo sugerido por diretor do SESC para a reciclagem dos galpões da Pompéia, e a primeira de uma série de intervenções visando



fazer a cidade norte-americana competir com os subúrbios; entre elas, as mais famosas são as de Benjamin Thompson: Faneuil Hall Marketplace (1976), Baltimore Harborplace (1980), New York South Street Seaport (1985). Não se tratando de um exemplar isolado, o SESC Pompéia não perde a majestade. É a primeira reciclagem realizada no país de porte metropolitano, em comparação com a trajetória estado-unidense, é intervenção diferenciada, na qualidade de conversão em equipamento comunitário ao invés de comercial

Cabe qualificar também o pioneirismo na preservação da cidade tradicional de ruas corredores e quarteirões fechados, considerada obsoleta e mesmo viciosa pelos defensores da cidade moderna de torres e blocos soltos em superquadras verdes limitadas por estradas. Na medida em que os galpões se estendendo ao longo do alinhamento não foram arrasados, poder-se-ia pensar que Lina se alinhava com a crítica mais aguerrida da década de 1960 em relação à cidade funcional promovida pelos CIAM desde os anos 1920. Lina pareceria trocar o paradigma de Brasília em prol das ideias de Jane Jacobs 1962, ou do Plano de salvaguarda do centro histórico de Bolonha, capitaneado por Pierluigi Cervellati e elaborado de 1969-1973. Mas Lina não desprezava os edifícios soltos, como suas torres mostram, nem endossava as polarizações absolutas, como aquela entre tecido urbano repetitivo e monumento especial. Ela propôs um quarteirão quase fechado e uma rua quase corredor. Transformou os galpões em casario especial pelas próprias dimensões horizontais, e as torres em quase monumentos verticais, confundindo-se no perfil mas não no detalhe com o entorno em mutação. Lina rejeitava a demolição indiscriminada, mas, realista, não admitia a conservação pela conservação. Consciente da riqueza do repertório urbanístico moderno, não caía na armadilha historicista pós moderna. Via a cidade como palimpsesto. Ao assim fazê-lo estava na melhor tradição da arquitetura moderna brasileira, que sempre privilegiou na prática a interlocução com as presenças marcantes do passado no entorno, vide o Ministério da Educação e Saúde dialogando com a igreja de Santa Luzia, a ABI com a Biblioteca Nacional, a Caixa d'Água com a Sé de Olinda, o Laboratório de Anatomia Patológica com a Faculdade de Medicina da UFPE, o Grande Hotel de Ouro Preto com o casario fronteiro e a Escola de Minas acima, o Museu das Missões com a catedral de São Miguel, ou o Parque Guinle com o Palácio das Laranjeiras, muitos se alinhando em parte com ruas fronteiras. A consciência de múltiplos tempos simultâneos era a chave para o entendimento da arte moderna, dizia em "Domingo dos séculos" de 1924 Rubem Borba de Moraes, o co-organizador da Semana de Arte Moderna de 1922.

Quanto à adequação ao programa, ela se dá tanto no plano operacional quanto no simbólico, nas escolhas geométricas como materiais, na gradação sutil entre as partes que deixa clara a primazia da praça coberta, do teatro e da cafeteria sobre a administração e o galpão de oficinas mais reservados, assim como a primazia da torre das piscinas e das quadras sobre a torre dos vestiários compartimentada. A adequação se manifesta no entendimento da resistência material necessária para garantir a durabilidade de um equipamento comunitário de grande porte, e na formulação da variação significativa. O grão miúdo, avermelhado e enfaticamente horizontal dos tijolos nos galpões contrasta com a textura cinzenta e poderosa das torres novas e altivas formando portal e cidadela.

Concreto e madeira maciça colada e alourada moldam o mobiliário por toda a parte e os mezaninos internos que demarcam na praça coberta, sem prejuízo da continuidade do espaço, as áreas estruturadas de maneira permanente e as áreas desimpedidas e abertas ao uso cambiante, a eventos variados, muito particularmente às exposições efêmeras. Um gesto ressaíta, e é a troca parcial de telhas francesas de barro por telhas de vidro translúcidas, como as usadas no foyer novo do teatro, em combinação com os sheds existentes. O material aqui é a luz, a luminosidade difusa que domestica e dá aura quase intimista aos galpões reciclados, quase fazendo esquecer, com a cooperação de uma lareira aqui, o lago ali e uma tapeçaria acolá, o esforço, o suor e a mais valia amarrada no trabalho industrial que os galpões abrigavam. Em contraste, a rudeza das torres esportivas apropriadamente se acentua e elas surgem como fortalezas ou guerreiros em luta, as passarelas como lanças e arpões, o sangue formando poças nos buracos irregulares tampados por painéis de treliça vermelhos, o sangue escorrendo em filetes nos canos delgados, o sangue imobilizado em coágulos nas ventoinhas metálicas. Adentro, o kitsch brinca com a convenção nos banheiros azul e prata dos meninos, rosa e dourado das meninas, nas canchas multicoloridas, nos murais ingênuos da lanchonete no térreo da torre dos vestiários. Não esquecendo o tablado que torna em praia o córrego transbordante, a parede em frente ostentando uma paisagem marinha, como se deve. E a chaminé feito vela com a cera escorrida ou pele escamada de serpente que se renova sazonalmente.

Da adequação à situação, cabe enfatizar a inevitabilidade do partido ambivalente uma vez assumida a reciclagem dos galpões. As relações entre galpões e casario fronteiro se ratificam na semelhança de altura e materialidade e na diferença de grão e escala. As torres se levantam análogas no volume e perfil aos edifícios isolados em lotes banais surgindo no entorno mas diferentes na sua materialidade, na disposição irregular de sacadas na torre dos vestiários e na fenestração singular das duas torres, uma disposição irregular de buracos regulares na torre dos vestiários como o casario desenhado de menino aluno dos cursos do MASP, e uma disposição irregular de buracos irregulares, como o casario bombardeado da juventude de Lina. Os equipamentos especiais são de um ponto de vista tecido urbano e de outro ponto marcos, ambos quase casario e quase monumento.

Em tudo isso, o brilho artístico tem muito a ver com a economia de meios empregados. A solução impressiona ainda mais porque é direta. Como em Lucio Costa no Museu das Missões, a concisão alimenta a riqueza de significados, e uma reflexão sensível sobre a cidade e a arquitetura no tempo, sublinhada pela alusão às curvas de Niemeyer no lago da praça coberta, ao brutalismo de Arigas no mezanino do foyer do teatro, ao nativismo de Lucio Costa nas treliças dos portões corredícios. Fragmento de uma cidade perceptivelmente ambivalente, Pompéia defende continuidades (até porque é operação de recuperação) e não se desobriga da aceitação de mudanças, em parte evolucionárias (porque é reciclagem), em parte radical (porque é proposição de arquitetura nova). A torção de espaço-tempo está embutida no projeto. Porque a ruína e os galpões industriais se aburguesaram, recordar sua antiga agressividade não só convém aos novos equipamentos



esportivos como também enriquece o seu significado; afinal, o sofrimento enrijece o caráter, e no devido tempo se desbota virando memória tranqüilizadora. Brava e sabiamente, Lina proclama que o terrível é tão inerente à cidade e tão relevante para a mesma quanto o belo, o apaziguamento tão importante quanto a provocação, que urbanidade requer tanto o colírio quanto o soco na cara.

Tudo isso posto, quero reiterar a recomendação de inscrição do conjunto do SESC Pompéia no Livro do Tombo de Belas Artes, com o perímetro de tombamento correspondendo ao perímetro do seu terreno, e o perímetro do entorno protegido abrangendo as duas quadras fronteiras aos galpões fabris visando preservar a relação de escala dos mesmos com o casario existente; a solução intermediária entre as propostas dos pareceres do IPHAN-SP e do DEPAM tem o aval da Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. Adicionalmente, conforme proposto e acordado nessa Câmara, sugiro a abertura de novo processo para o tombamento dos bens integrados e dos bens móveis do conjunto do SESC Pompéia, assim como a elaboração pelo IPHAN e SESC de um Plano Integrado de Gestão incluindo o inventário dos referidos bens.

Brasília, 5 de março de 2015



Carlos Eduardo Dias Comas